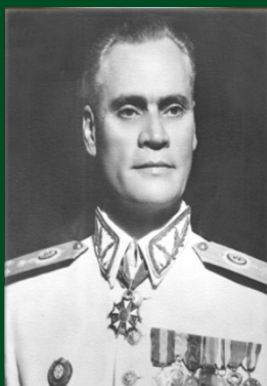




PADECEME

A publicação de atualização dos diplomados da ECEME

Publicação semestral | Nº 02/2021



LÍDERES MILITARES E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

(Escola Marechal Castello Branco)

v. 17 n. 27 - 02/2021

PADECEME

02/2021
Rio de Janeiro



ISSN 1677-1885

PADECEME

Rio de Janeiro

v. 17

n. 27

p. 01-96

02/2021

O PADECEME é uma publicação semestral da Divisão de Doutrina da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação.

Endereço e Contato

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. - CEP: 22290-270.

Tel: (21) 3873-3825 / Fax: (21) 2275-5895

e-mail: padeceme@eceme.eb.mil.br

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

Comandante da ECEME

Gen Bda **MARCIO DE SOUZA NUNES RIBEIRO**

Editor

Ten Cel **ANTONIO AUGUSTO SCHENINI CUNHA JÚNIOR**

Comissão Editorial

Cel **FLAVIO ROBERTO BEZERRA MORGADO**

Ten Cel **WILDSON PEREIRA SANTOS**

Ten Cel **RODRIGO DAMASCENO SALES**

Ten Cel **LUIZ ADOLFO SODRE DE CASTRO**

Ten Cel **ANTONIO AUGUSTO SCHENINI CUNHA JÚNIOR**

Ten Cel **FRANCISCO EDUARDO FERNANDES HENN**

Ten Cel **OINA CHILE SANTIAGO ROBERTO AGUAYO MOYA**

Ten Cel **OINA EQUADOR DIEGO XAVIER CATTAN BARREIRO**

Ten Cel **OINA PARAGUAI ERICO GUSTAVO MEDINA**

Maj **ANDERSON LUIS ALVES FIGUEIREDO**

Maj **OINA ARGENTINA JUAN IGNACIO BASABE**

Diagramador e Designer Gráfico

Ten Cel **ANTONIO AUGUSTO SCHENINI CUNHA JÚNIOR**

Propriedade Intelectual

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição BY-NC-SA 4.0.

Editoração

Divisão de Doutrina da ECEME.

Impressão

Seção de Editoração Eletrônica - SEDEL.

Design gráfico da capa

Divisão de Doutrina da ECEME.

Seção de Comunicação Social da ECEME

Tiragem

400 exemplares (Distribuição Gratuita)

Disponível também em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/PADECEME>>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

P123 PADECEME. — N. 01- . — Rio de Janeiro: ECEME,
2002- . v. : il.; 23 cm.

Semestral

Publicada dos n.1-14 com o título PADECEME entre os anos de 2002 e 2007, volta a ser publicada com o mesmo título em 2015, dando sequência a sua numeração.
ISSN : 1677-1885

1.DOCTRINA MILITAR. 2. DEFESA. I. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Brasil).

CDD 355

EDITORIAL

É com grande satisfação que nossa Escola lança mais uma publicação do Programa de Atualização dos Diplomados da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, abordando, nesta oportunidade, um tema tão relevante e caro a todos nós: LÍDERES MILITARES E SUAS CONTRIBUIÇÕES.

Conforme amplamente conhecido e reconhecido, nossa secular instituição teve sua origem na própria formação da nacionalidade brasileira, em Guararapes, ainda no século XVII, momento em que vários líderes militares já despontaram, como Filipe Camarão, Henrique Dias, André Vidal de Negreiros, Antônio Dias Cardoso e muitos outros. Desde então, o Exército Brasileiro manteve-se protagonista em inúmeros eventos históricos de vulto, sempre em defesa e apoio à sociedade em momentos de crise, o que o caracteriza como uma Força Armada extremamente identificada com a gente brasileira.

Considerando-se que as ações do Exército Brasileiro são consequência da atuação dos líderes existentes em nossas fileiras, em diversos níveis da hierarquia militar e em diferentes contextos sócio-históricos, constata-se que o conhecimento acerca dos líderes militares é de fundamental importância para o entendimento do próprio curso da história do Brasil. Os personagens militares apresentados nesta edição do PADECEME e sua participação efetiva na condução de fatos e na solução de crises ajudaram a moldar a trajetória histórica percorrida pelo Brasil rumo à grandiosidade que hoje o caracteriza.

O **primeiro artigo**, dedicado ao Marechal Estevão Leitão de Carvalho, aborda a decisiva atuação desse líder militar na redução das fricções do período republicano brasileiro e sua relevante participação na questão da política nacional do petróleo. No **segundo artigo** desta publicação, é descrita a ação do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque na reforma do ensino de formação dos Oficiais do Exército Brasileiro, e sua atuação na escolha da localização da nova capital federal.

O protagonismo do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro no cenário político nacional no século XX é descrito no **terceiro artigo** desta edição, que aborda os movimentos tenentistas, as Revoluções de 1930 e 1932 e o Estado Novo. O **quarto artigo** é dedicado à atuação do chefe militar e estadista Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, durante o movimento democrático de 1964, sua eleição como chefe do Poder Executivo, em um momento crítico para a nação brasileira, e suas ações em prol da estabilidade política, econômica e social do país. Também acerca do Tenentismo, da Era Vargas e do Movimento Democrático de 64, desponta a relevante trajetória do General Juarez do Nascimento Fernandes Távora, descrita no **quinto artigo**, em seu apoio às medidas necessárias para a manutenção da legitimidade e de um sistema democrático.

Fechando a presente edição, o **sexto artigo** desta publicação é dedicado ao General Leônidas Pires Gonçalves, Ministro do Exército cuja decisiva atuação no processo de transição democrática, bem como, posteriormente, na implantação do Plano de Modernização da Força Terrestre (FT-90).

Por fim, estamos certos de que ao relembrar, na presente publicação, os feitos dos personagens aqui apresentados, exemplos de Chefes Militares, seus valores, retidão de caráter e decisões firmes, em momentos difíceis, não apenas contribuimos para a compreensão da trajetória histórica percorrida pelo Brasil, mas também os eternizamos como autênticos líderes e exemplo para as gerações que os sucedem, em especial para os que conduzem os destinos do nosso querido Brasil.

Tenhamos todos uma boa leitura!

General de Brigada Marcio de Souza Nunes Ribeiro
Comandante da ECEME

SUMÁRIO

MARECHAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO

TC Cav GUSTAVO DANIEL **COUTINHO NASCIMENTO**, TC Inf RONNY DE **BRITO BARROS**, Maj Inf THALES ALEXANDRE GOMES **SANTIAGO**, Maj Sv Int ALESSANDRO **GUIDUCI MOREIRA**, Maj Inf FLÁVIO DE **LACERDA DE OLIVEIRA**, Maj Inf FERNANDO ROSA **BARROSO MAGNO**, Maj Inf **CARLOS HENRIQUE ARANTES DE MORAES**, Maj Inf JULIANO **TRINDADE MARTINS DE CAMPOS**, Maj Art LUIZ EUGÊNIO CARDOSO RANGEL **SERRA**, Maj Inf **TADEU POERSCHKI PACHECO DE OLIVEIRA** e Maj QMB RAFAEL COSTA **MARINHO**.

7-26

MARECHAL JOSÉ PESSOA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

TC Inf PEDRO **CARDOSO DA CUNHA NETO**, TC Cav LUCIANO ARAUJO **VIZZOTTO**, Maj Inf GABRIEL **AMARAL BARCELLOS**, Maj Inf ANDREI DOUGLAS **LAUTHERT PEREIRA**, Maj Art LUIS **RIELE MIRANDA GUIMARÃES**, Maj Com **ELIEZER DE SOUZA BATISTA JUNIOR**, Maj Sv Int **SINDERLEY JÚNIOR FERREIRA DA PAZ**, Maj Inf **JOSIAS MARCOS DE RESENDE SILVA**, Maj Inf ALEXANDRE MEDEIROS **TORRES**, Maj Art **DOUGLAS LUÍS DA SILVA**, Maj Inf MIGUEL **FIUZA NETO** e Maj Cav FREDERICO CHAVES **SALÓES DO AMOR**

27-41

GENERAL PEDRO AURÉLIO DE GÓES MONTEIRO

TC Inf Ten Cel Inf FABRÍCIO **LINO ROSA**, Ten Cel Inf HENRIQUE DE QUEIROZ **HENRIQUES**, Maj Art **FLÁVIO DE PAIVA SILVA**, Maj Inf RODRIGO BEZERRA DE **AZEVEDO**, Maj Cav **ALEXANDRE LEPRI DE MEDEIROS**, Maj Inf **FREDERICO INÁCIO BARROS SILVA**, Maj Inf **GUSTAVO HENRIQUE DO NASCIMENTO MONTEIRO**, Maj Inf **RODRIGO PEDROSO DA SILVA**, Maj Art PAULO DAVI DE **BARROS LIMA FILHO**, Maj Com FELIPE DA SILVA **ARAÚJO**, Maj Art **ABNER DE OLIVEIRA E SILVA JUNIOR** e Maj Cav FÁBIO TEIXEIRA COSTA **SOUTO MARTINS**..

42-55

SUMÁRIO

MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO

TC Inf **LUIZ GUILHERME** DE OLIVEIRA E SILVA, TC Inf **VANDO AZEVEDO** SILVA, TC Int RODRIGO DIAS **FREIRE** DE ALMEIDA, 56-70
Maj Inf AUGUSTO DE LIMA **ALBUQUERQUE**, Maj Inf **EDSON ROSA**
PEREIRA JUNIOR, Maj Inf VÍTOR GONÇALVES **LOUREIRO**, Maj Art
PAULO **ZILBERMAN** HENRIQUES, Maj Eng EDENILSON FABRICIO
DE MELLO, Maj Inf JOÃO **FAGUNDES** MARÇAL, Maj Inf **HENRIQUE**
DE OLIVEIRA MENDONÇA e Maj Cav THIAGO **ITAMAR** PLUM.

GENERAL JUAREZ DO NASCIMENTO FERNANDES TÁVORA

TC Cav IGOR PIE DE SOUZA **PINGUELLI**, TC Art MARCELO
AUGUSTO **GUAGLIANI** COELHO, TC Sv Int **RAFAEL** SILVA DOS
SANTOS, Maj Inf ÍCARO PEREIRA MACHADO, Maj Inf MARCELO
71-84
TEIXEIRA EMÍDIO DE **ANDRADE**, Maj Inf FABIANO ROCHA DA
SILVEIRA, Maj Art RAFAEL **GROSSI** LEOPOLDINO, Maj Inf GUSTAVO
MENDES RÉGUA **BARCELOS**, Maj Inf **IGOR** DOS SANTOS LEITE,
Maj Art LEONARDO COSTA **CASTIGLIONI** e Maj Cav PAULO **LOR**
TOLEDO.

GENERAL LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES

TC Inf **MARCUS VINICYUS ALVES** FERREIRA, TC Art RICARDO DIAS
REIMANN, Maj Eng HERMES LEONARDO MORAIS **FAIOLO** SILVA,
Maj Int TIAGO **PEDREIRO** DE LIMA, Maj Inf GUSTAVO MUNIZ **CAON**,
85-96
Maj Art RAFAEL AUGUSTO DA CUNHA **BONATO**, Maj Int **SÉRGIO**
VIEIRA GOMES DA SILVA, Maj Inf WILLEN BANDEIRA **GARRIDO**,
Maj Art **WALISSON** PEDROZO DA COSTA, Maj Eng MARCUS VINÍCIUS
GUIMARÃES **MONTEIRO DE CASTRO** e Maj QMB ROBERTO CÉSAR
DA SILVA **BENDIA**

Para manter-se atualizado sobre os assuntos relativos à Doutrina Militar, acesse os seguintes endereços na internet:

<http://www.cdoutex.eb.mil.br/>

The screenshot shows the homepage of the Portal de Doutrina do Exército. At the top, there is a navigation bar with links for BRASIL, CORONAVIRUS (COVID-19), Simplifique!, Participe, Acesso à informação, Legislação, and Canais. Below this is a green header with the logo of the Comando de Operações Terrestres (COTER) and the text "Comando de Operações Terrestres PORTAL DE DOCTRINA DO EXÉRCITO". A secondary navigation bar includes links for Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, EME, COTER, Rede BIE, Contatos, Fale Conosco, and Links. The main content area features a large banner with the title "SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DOCTRINÁRIO E LIÇÕES APRENDIDAS" and the text "SUA COLABORAÇÃO É IMPORTANTE ACESSE O PORTAL DE LIÇÕES APRENDIDAS TRAGA A SUA EXPERIÊNCIA". The banner also includes the URL <https://licoesaprendidas.eb.mil.br/>, an email address [e-mail: sadla@coter.eb.mil.br](mailto:sadla@coter.eb.mil.br), and a phone number **Tel: (61) 3415-5425 / (Ritex) 860-5425**. On the left side, there is a sidebar with a menu containing "EM DESTAQUE", "SOBRE O CDOUTEX", "PRODUTOS", "PLATAFORMAS DIGITAIS" (with sub-links for Biblioteca Digital do Exército, EBEventos, EBRevistas, Wikidot, and FBAJSCA), "MANJAS EM DESTAQUE", "LIÇÕES APRENDIDAS", "DOCTRINA MILITAR TERRESTRE EM REVISTA", and "CURIOSIDADES DA DOCTRINA".

<https://www.doutrina.decex.eb.mil.br/>

The screenshot shows the homepage of the Doutrina Militar Terrestre website. At the top, there is a navigation bar with links for BRASIL, CORONAVIRUS (COVID-19), Simplifique!, Participe, Acesso à informação, Legislação, and Canais. Below this is a green header with the logo of the Exército Brasileiro - DECEX and the text "Exército Brasileiro - DECEX Doutrina Militar Terrestre 'EDUCAÇÃO, CULTURA E DOCTRINA PARA UM EXÉRCITO CADA VEZ MELHOR'". A search bar is located on the right side of the header. The main content area features a large banner with the title "Assessoria de Doutrina" and an image of soldiers silhouetted against a sunset, with a tank in the foreground. On the left side, there is a sidebar with a menu containing "PÁGINA INICIAL", "INTERATIVO" (with sub-links for Histórico, Fale Conosco, Localização, Subordinação, and Formulário), "INSTITUCIONAL" (with sub-links for Visão do futuro, Valores, and Missão), and "VICARIANTES".

MARECHAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO

TC Cav GUSTAVO DANIEL **COUTINHO NASCIMENTO**, TC Inf RONNY DE **BRITO BARROS**, Maj Inf THALES ALEXANDRE GOMES **SANTIAGO**, Maj Sv Int ALESSANDRO **GUIDUCI MOREIRA**, Maj Inf FLÁVIO DE **LACERDA DE OLIVEIRA**, Maj Inf FERNANDO ROSA **BARROSO MAGNO**, Maj Inf **CARLOS HENRIQUE ARANTES DE MORAES**, Maj Inf JULIANO **TRINDADE MARTINS DE CAMPOS**, Maj Art LUIZ EUGÊNIO CARDOSO RANGEL **SERRA**, Maj Inf **TADEU POERSCHKI PACHECO DE OLIVEIRA** e Maj QMB RAFAEL COSTA **MARINHO**.¹

1. INTRODUÇÃO

Estevão Leitão de Carvalho foi um oficial do Exército Brasileiro que participou ativamente de importantes eventos históricos brasileiros. Nascido em Penedo, Estado de Alagoas, no dia 6 de abril de 1881, filho do português Francisco Leitão de Carvalho e de Maria Cerqueira Leitão de Carvalho, brasileira. Ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, incorporando à arma de infantaria. Participou da campanha pela remodelação do Exército sendo um dos integrantes da comitiva de oficiais que se aperfeiçoaram no exterior, especificamente no Exército Alemão, ficando conhecidos por “Jovens Turcos” (CARVALHO, 1959, p. 34).

Assim, introduziram-se no Exército várias das modificações propostas por esse grupo, como o serviço militar obrigatório, a organização do Exército em divisões e a reorganização dos Tiros de Guerra, além de ser um dos fundadores da revista de assuntos militares, “A Defesa Nacional” (CARVALHO, 1959, p. 42).

¹ Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

Estevão Leitão de Carvalho vivenciou eventos históricos significativos no início do século XX, especialmente, durante a República Oligárquica (1894 a 1930), a Era Vargas (1930 a 1945) e, ainda, por ocasião da questão do petróleo (1948 a 1951).

A República Oligárquica foi caracterizada pela centralização do poder político federal nas mãos das oligarquias cafeeiras paulistas e mineiras. São Paulo e Minas Gerais dominaram o governo federal na maior parte do período que se estendeu até 1930, por meio da chamada “política do café com leite”. Nesse contexto, surgiram algumas revoltas internas no país de caráter local como a Revolta da Vacina.

A Revolta da Vacina foi um motim popular ocorrido entre 10 e 16 de novembro de 1904 na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Seu pretexto imediato foi uma lei que determinava a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola.

Outro evento histórico importante se deu em 1930. A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, que depôs o presidente da República Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha.

Ademais, Estevão Leitão de Carvalho teve participação relevante junto à política nacional do petróleo, fundando o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia (CEDPEN), tendo sido ainda, presidente de honra dessa entidade.

A seguir, do estudo da História do Brasil no século XX, e da biografia do vulto histórico Estevão Leitão de Carvalho, serão analisados 03 (três) eventos históricos contidos nesta biografia, destacando a relação entre os fatos ocorridos, a postura do vulto histórico e o papel institucional do Exército Brasileiro na atualidade.

2. DESENVOLVIMENTO

a. REVOLTA DA ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA (REVOLTA DA VACINA), 1904

Para se entender o contexto da revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, importante se faz relembrar algumas características do Brasil no início do século passado. O século XX começou com o Brasil em consolidação da estrutura política republicana, com forte influência das oligarquias, e em recuperação econômica, adotando um modelo agrário, fortemente sustentado com exportação de café, borracha, algodão e cacau, o que não alterava a estratificação social herdada do império.

No campo político pairava a política dos governadores, também conhecida como política dos estados. Por meio dessa política, foi possível realizar uma aliança entre executivo e legislativo objetivando reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes. Na prática, essa política funcionava da seguinte maneira: o Governo Federal daria apoio à oligarquia mais poderosa de cada Estado e, em troca, exigia que cada oligarquia apoiasse as suas propostas no legislativo.

O funcionamento da política dos governadores dependia consideravelmente da figura do coronel, pois seria ele que, a nível regional, mobilizaria os votos necessários para eleger os candidatos certos, de acordo com o interesse de cada oligarquia. O coronel usava seu poder financeiro para pressionar as pessoas a votar em determinado candidato, “voto de cabresto”. Além da intimidação, a fraude das atas que registravam os votos eram uma prática comum.

No campo econômico, destaca-se a economia cafeeira em São Paulo como o grande motor da economia brasileira desde a segunda metade do século XIX até a década de 1920. O controle dos preços do café nos mercados internacionais permitia a obtenção de lucros elevados, tais ganhos incentivavam novas inversões de capitais no setor, elevando gradualmente a oferta de café a ser exportado. Ainda, o país esboçou um desenvolvimento industrial, mesmo que bastante tímido, com reflexos concentrados na região sudeste do país.

No campo psicossocial, a população brasileira, no início do século XX era composta, de um modo geral, por uma elite que detinha o poder político, geralmente formada pelos comerciantes envolvidos no comércio externo e ainda pelos grandes financeiros da banca, uma classe média urbana composta por funcionários públicos, pequenos comerciantes e profissionais liberais e pelos sertanejos. Havia ainda os emigrantes europeus e japoneses que, no início do século, afluíram ao Brasil em grande número.

Em resumo, o quadro político de alianças e o controle do Estado pelas elites dominantes possibilitava a atuação do Governo Federal em defesa dos interesses destes setores, com o descontentamento dos movimentos de oposição ao governo como o Partido Republicano Federal (PRF). A economia manteve sua estrutura baseada no café, o que concentrava riquezas e desmotivava investimentos em outras áreas de produção como a industrial, por exemplo. A sociedade mantinha seus quadros sociais definidos com enormes diferenças sociais.

O Rio de Janeiro se constituía na maior cidade brasileira, possuindo uma população de aproximadamente 800 mil habitantes no começo do século XX. O crescimento urbano da cidade ocorreu de forma rápida e desordenada. Assim, a questão sanitária logo se tornou um problema de urgência para a capital do Brasil, uma vez que diversas doenças matavam a população e assustavam os estrangeiros que visitavam o país. A situação era tão crítica na cidade que, durante o verão, os diplomatas se refugiavam na cidade de Petrópolis (RJ) para fugir do risco de contágio. O Rio de Janeiro era conhecido como: “túmulo dos estrangeiros”. O crescimento desordenado e sem planejamento do Rio de Janeiro, aliado ao grande fluxo de pessoas que passavam na cidade, em razão da existência de um dos portos mais importantes do país, permitiram que uma série de doenças infecto-contagiosas assolassem a população carioca. Dessa forma, doenças como a febre amarela, varíola, cólera, peste bubônica, entre outras, causavam surtos epidêmicos regulares na cidade. A cidade teve surtos de febre amarela que causaram a morte de milhares de pessoas em 1849, 1850, 1873, 1876, 1891, e o problema continuou no início do século XX (SORG, 2020).

A proposta para solucionar o surto de doenças era promover reformas estruturais na área central da cidade, demolindo construções e alargando ruas e avenidas. Na verdade, se constituía em uma campanha de saneamento e urbanização do Rio de Janeiro, encaminhada para o prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, pelo governo federal, sob a liderança do médico sanitariano Oswaldo Cruz. Além disso, os pobres deveriam ser removidos de suas residências tendo em vista as condições insalubres das mesmas, que contribuía para a disseminação de doenças. Essa proposta de reforma do Rio de Janeiro foi responsável por contribuir decisivamente para a eleição de Rodrigues Alves como presidente do Brasil. A referida proposta ficou conhecida como quadriênio progressista. Isso se deve ao fato de ter utilizado recursos deixados pelo governo de Campos Sales (1898 -1902) e pelo aumento da exportação do café e da borracha. A gigantesca reforma foi realizada nas zonas centrais do Rio de Janeiro e ocasionou a segregação social no Rio de Janeiro, a partir da remoção dos pobres para a periferia da cidade, demonstrando uma visão elitista e autoritária, colaborando para o crescimento da insatisfação da população. Essa ação ficou conhecida como: “bota-abaixo”. Os pobres que lá residiam foram obrigados a viver em locais mais afastados ou então passaram a viver nos morros que circundavam o Rio de Janeiro. Ressalta-se ainda que, a política de modernização implementada também afetou as classes intermediárias, como os comerciantes, e até as manifestações culturais, que passaram a sofrer com a repressão policial (CARVALHO, 2016).

Em junho de 1904, Rodrigues Alves propôs que fosse formulada uma lei para tornar a vacinação obrigatória em toda a cidade do Rio de Janeiro. A vacinação tinha como alvo principal a varíola, uma das doenças que mais afetavam a cidade. Entretanto, antes do projeto de vacinação obrigatória, foram organizadas equipes sanitárias para acabar com todos os focos de reprodução dos mosquitos da Dengue. Essas equipes ficaram conhecidas como “mata-mosquitos” e se espalharam por toda a cidade à procura de focos. No primeiro semestre de 1904, foram feitas 110 mil visitas domiciliares e interditadas mais de 626 edifícios e casas. Por seu caráter autoritário e invasivo, desrespeitando lares e despejando famílias, a nova política provocou enorme descontentamento popular. Residências foram

invadidas, reformas impostas e até mesmo demolições. A imprensa na época batizou essas medidas como Código de Torturas, já que elas desagradaram também políticos que reclamavam da violação de direitos individuais (SORG, 2020).

A violência ocasionada por todo esse processo provocou a insatisfação na população. No caso da peste bubônica, as autoridades procuraram erradicar ratos e pulgas da cidade. Com isso, ocorreram ações que forçaram os moradores a realizarem reformas em suas residências. Outra ação proposta foi a de incentivar a população a caçar ratos por meio do pagamento de valores em dinheiro para que levassem esses animais às equipes sanitárias. Isso serviu de incentivo para que muitos construíssem criadores de ratos para garantir um rendimento extra (SORG, 2020).

Em relação à varíola, Oswaldo Cruz e o governo federal propuseram que a vacinação fosse obrigatória. A proposta acabou sendo aprovada em 31 de outubro de 1904. Em paralelo, foram disseminadas notícias de que o governo iria propor ainda uma lei que criaria mais limitações para aqueles que não se vacinassem. Este fato foi o estopim. A insatisfação da população com a vacinação obrigatória estava presente desde junho, tanto que em 5 de novembro foi fundada a Liga Contra a Vacinação Obrigatória no Rio de Janeiro, sob a presidência do senador Lauro Sodré, em reunião ocorrida no Centro das Classes Operárias, presidido por Vicente de Souza, médico baiano, ex-abolicionista, republicano e depois socialista (CASTRO e GAGLIAR, 2009).

Com isso, a nova lei proposta para o Rio de Janeiro enfureceu a população e um motim se iniciou nas ruas da cidade. O primeiro deles foi registrado em 10 de novembro, no Largo do São Francisco, e estendeu-se para a Praça Tiradentes. Devido a proibição de reuniões públicas, a polícia investiu contra estudantes que pregavam a resistência à vacinação. O confronto com a polícia foi inevitável e se alastrou para outras áreas do centro do Rio de Janeiro, provocando o fechamento do comércio. Nos dias subsequentes os conflitos se agravaram, ocorrendo trocas de tiros, lançamento de paralelepípedos contra policiais. Isso levou a população a incendiar bondes, quebrar postes de iluminação e vitrines de lojas, além de invadir delegacias e quartéis. Os protestos se concentraram em dois distritos do Rio de

Janeiro: Sacramento e Saúde. Tropas da polícia e do Exército foram mobilizadas para conter a população e até soldados de outros estados foram deslocados para ajudar na repressão à população. No decorrer da manifestação popular, houve ainda uma tentativa de golpe de militares insatisfeitos com o governo e houve também mobilização de operários. O presidente Rodrigues Alves cogitou fugir do Rio de Janeiro (SORG, 2020).

A revolta durou seis dias e só arrefeceu quando o governo cedeu à pressão e cancelou a vacinação obrigatória. No dia 16 de novembro, foi decretado estado de sítio e, a partir daí, a revolta dos populares e dos operários perdeu força. As últimas ações repressivas aconteceram no dia 23 de novembro. As tropas do Exército ocuparam bairros populares, pois ainda havia confrontos em várias partes. Mesmo sem a obrigatoriedade da vacinação, o governo manteve a exigência do atestado de vacinação para trabalho, viagens, casamento e matrículas em escolas, como forma de dificultar a vida daqueles que se recusavam a ser vacinados (SORG, 2020).

A revolta da Vacina deixou um saldo de 30 mortos, 110 feridos e 945 presos, dos quais 461 foram deportados para o Acre, a fim de trabalharem nos seringais amazônicos, além de muita destruição material na cidade. Mais que um levante contra as medidas sanitárias, a Revolta da Vacina simbolizou a resistência popular frente à truculência elitista do governo, sendo visto também como forma de disciplinar a população pobre, vista como obstáculo para o desenvolvimento nacional. Mas, apesar de tudo, a campanha de vacinação conseguiu erradicar a varíola do Rio de Janeiro (SORG, 2020).

No contexto da revolta da Vacina, ocorreu a revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, onde o então alferes-aluno Estevão Leitão de Carvalho cursava o 3º ano do curso geral. Segundo o mesmo, em seu livro *Memórias de um Soldado Legalista*, a contaminação no seio militar se deu por influência de lideranças positivistas, dentro as quais se destacava o deputado Barbosa Lima, militar e positivista, que inflamou o discurso contra a imposição de inoculação de um vírus generiano no corpo de um ser humano (CARVALHO, 1967, p. 40).

Dessa forma, organizou-se uma revolta militar de maiores proporções que envolvia outros chefes militares, outras organizações militares, bem como as Escolas Preparatória e de Tática de Realengo e a Militar da Praia Vermelha, com o intuito de derrubar o governo (CASTRO e GAGLIAR, 2009).

Relata o Marechal Estevão Leitão de Carvalho, em seu livro de memórias que certo dia foi abordado por um companheiro da escola que lhe informara dos intentos de revolta, de quem eram as lideranças e tentava cooptá-lo para a mesma. Segundo o mesmo, a resposta que dera ao colega foi de forma franca e leal, ressaltando sua contrariedade ao movimento e que oportunamente esclareceria aos demais alunos a sua posição. Ressalta-se, que como se comprovara no dia da revolta, a grande maioria, quase a totalidade dos alunos aderiram ao movimento, destacando, assim, a coragem moral de Estevão Leitão de Carvalho em resistir ao assédio da maioria (CARVALHO, 1967, p. 42)

Ainda, no dia da revolta, junto com Castro Júnior e Raul Correia Bandeira de Melo, Estevão Leitão de Carvalho adentrou à Escola Militar da Praia Vermelha, em direção ao gabinete do comandante da Escola, General José Alípio de Macedo da Fontoura Costallat, onde declarou: “Senhor comandante! Nós três, alferes-alunos, matriculados no terceiro ano do curso Geral, estamos nos apresentando a Vossa Excelência porque não tomaremos parte na revolta da Escola e estamos prontos a correr a sua sorte, se Vossa Excelência quiser resistir ao levante.” Nota-se o senso de dever, a lealdade com a autoridade constituída que fez com que o mesmo, junto de seus companheiros, tomasse tão corajosa atitude e colocando-se praticamente, contra todos os seus companheiros (CARVALHO, 1967, p. 44).

Não obstante, as provas de resolução moral não pararam por aí. Ao se apresentarem ao ministro da Guerra, o marechal Francisco de Paula Argolo, e ao seu Chefe do Estado-Maior, general Bibiano Cesar de Macedo da Fontoura Costallat, irmão do comandante deposto da Escola Militar da Praia Vermelha, este último pareceu não aprovar a conduta adotada pelos alferes-alunos que se mantiveram legalistas e sugeriu que os mesmos retornassem à testa da coluna

das tropas para repelir a rebelião, com o pretexto de que eram “conhecedores do caminho por serem alunos”. Tal assertiva inflamou os ânimos do Alferes-aluno Estevão Leitão de Carvalho que respondeu a seguir: “Senhor General, aquele caminho é conhecido de todos nós, não basta que sejamos nós a ir à frente da coluna.” (CARVALHO, 1967).

Conclui-se, parcialmente, que em um momento dos mais conturbados de nossa história, o Marechal Estevão Leitão de Carvalho, a época alferes-aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, demonstrou atributos como coragem moral, lealdade e integridade, características extremamente importantes para o militar em geral e particularmente essenciais para o chefe e líder militar. Os acontecimentos políticos que levaram à revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, e as ações de Estevão Leitão de Carvalho, servem como exemplo para os militares do Exército Brasileiro, nos dias atuais, para evitar que a política adentre as portas dos quartéis e mantenham o Exército Brasileiro como importante instituição para manutenção da estabilidade brasileira.

b. A REVOLUÇÃO DE 30

A Revolução de 1930 marcou a ruptura do sistema político vigente. No início do século XX, o Brasil vivia o período político conhecido por República Velha ou República das Oligarquias. Esse período foi marcado pelo controle político das oligarquias regionais de São Paulo e Minas Gerais, principais centros econômicos e que alternavam o poder político do cenário nacional, consubstanciada na política conhecida por “café com leite”. Por meio da Revolução de 1930 chega ao poder o gaúcho Getúlio Vargas, quebrando a alternância de poder e dando início à Era Vargas.

No cenário global a crise de 1929, ocasionada pela quebra da bolsa de Nova Iorque, afetou sobremaneira o comércio mundial, principalmente em relação aos produtos de exportação. A oligarquia cafeeicultora de São Paulo foi sensivelmente afetada, bem como toda a exportação brasileira, já que nessa época o café era o principal produto brasileiro no mercado internacional.

O país vivia uma política de alternância do líder do executivo entre candidatos dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Porém o Presidente Washington Luís, eleito pelo Partido Republicano Paulista, quebrou o acordo com os mineiros, indicando como candidato de sua preferência o então governador de São Paulo, Júlio Prestes. Ocorre ali a ruptura entre São Paulo e Minas e o fim da política do café com leite.

O governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Ribeiro Andrada, firmou acordo com o Rio Grande do Sul em junho de 1929, vetando a candidatura de Prestes. O Partido Republicano Mineiro (PRM) lançou a candidatura de Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul, tendo como seu vice João Pessoa, então governador da Paraíba. Juntaram-se ao esforço oposicionista o Partido Republicano Rio-Grandense (PR) e o Partido Libertador (PL), formando a Frente Única Gaúcha (FUG). Da união dos partidos de oposição à candidatura de Prestes, formou-se a Aliança Liberal.

Finalmente em 1930, após diversas revoltas pelo país, ocorreram as eleições para presidente, dando a vitória para Júlio Prestes e Vital Soares como vice. A fraude alardeada pelos oposicionistas, dava seus indícios dos dois lados, como observa-se no suspeito resultado obtido por Vargas no Rio Grande do Sul: 298 mil votos a seu favor. (OLIVEIRA, 2020).

Com a derrota nas urnas, a Aliança Liberal e seus simpatizantes não interromperam a luta na esfera política e iniciavam-se planos para uma ação pela força das armas. Nesse ínterim, em 26 de julho, João Pessoa foi assassinado em Recife por João Dantas. Apesar de motivos do assassinato serem discutidos até os dias de hoje, o apoio de Dantas ao governo federal impulsionou a revolução entre os políticos conspiradores.

As motivações para a eclosão da Revolução de 1930, também se amparam nas relevantes modificações sociais ocorridas na década de 1920, quando o país iniciou seu processo de industrialização e urbanização. Esse processo evidenciou as desigualdades sociais do povo brasileiro ampliando as camadas médias e as massas urbanas, que começaram a exigir uma maior participação política e tornaram evidentes suas demandas econômico-sociais. (OLIVEIRA, 2020).

Essas transformações sociais tornaram ainda mais latentes os anseios das classes urbanas que foram robustecidas como consequência do intenso processo de industrialização pelo qual passava o Brasil, se contrapondo à influência exercida pelas classes ligadas ao meio agrário, que até então, se impunham como dominantes por meio de sistemas como o coronelismo e o voto de cabresto (OLIVEIRA, 2020).

Dessa forma, diante da ineficiência do Estado em atender essas novas demandas, as reivindicações e pressões das novas classes, por meio de manifestações populares e greves operárias, levaram à contestação do Estado oligárquico vigente. A agitação político-social do país deu embasamento para o movimento revolucionário de 1930. A sociedade brasileira se dividiu conforme a revolução tomava corpo. (OLIVEIRA, 2020).

Pouco a pouco começavam também a chegar à nossa tropa informações alarmantes sobre preparativos de levante e reunião de gente armada no município [...] o meio social ia se transformando dia a dia, com adesão de uns, o receio e a desconfiança de outros e o retraimento e a resistência de muitos (CARVALHO, 2017, p. 79).

Nesse contexto, cabe ressaltar que o Exército Brasileiro não possuía uma unidade de pensamento em relação à revolução prestes a ocorrer. Correntes de pensamento dividiam os integrantes da Força. Parcelas de tropas se mobilizaram para apoiar a Revolução nas diversas partes do país e buscavam novos adeptos para a causa revolucionária. Tal aspecto está evidenciado nas palavras de Virgílio de Mello Franco, em sua carta para o Coronel Leitão de Carvalho, convidando-o a fazer parte da revolução como chefe do Estado-Maior, onde cita:

“O Exército Nacional, como lhe disse, também está comprometido no movimento, por intermédio de quase toda a totalidade das guarnições do Rio Grande do Sul e fortes elementos no Rio, em São Paulo, na Paraíba, em Pernambuco e no Paraná. Aqui, como já lhe informei, há um Estado-Maior [...] o qual já está em plena ação” (CARVALHO, 2017, p. 112).

A revolução eclodiu no dia 3 de outubro. Ataques simultâneos em Porto Alegre e Belo Horizonte garantiram um sucesso rápido do levante. No interior do Rio Grande do Sul, as reações esboçadas em Rio Grande, São Borja, Bagé, São

Gabriel, Alegrete, Itaqui e Passo Fundo foram prontamente controladas. Em Minas Gerais, o 12º Regimento de Infantaria resistiu durante cinco dias e acabou capitulando devido à falta de água e alimentos. No Recife, em 4 de outubro, quando teve início o levante revolucionário, o comando das tropas do governo já estava alertado, o que permitiu forte resistência. Dessa forma, a revolução conquistou o apoio militar em todo o país, possibilitando respaldo para Getúlio Vargas seguir para a capital.

Vargas seguiu do Rio Grande do Sul a caminho do Rio, em um trem militar, agregando adeptos à revolução ao longo do caminho, particularmente em território paulista. Em 31 de outubro, precedido por três mil soldados gaúchos, Getúlio Vargas desembarcou no Rio, de uniforme militar, sendo recebido com uma grande manifestação de apoio. Finalmente, em 3 de novembro de 1930, Vargas tomou posse como chefe do Governo Provisório.

No contexto de fragmentação político-ideológica dentro da Força, destaca-se a figura de Estevão Leitão de Carvalho. Durante o período da Revolução de 1930, no posto de Coronel, comandava o 8º Regimento de Infantaria, sediado em Passo Fundo no Rio Grande do Sul, suas ações como legalista, recusando-se a aderir à revolução e mantendo seu Regimento a parte do movimento, caracterizaram o espírito de instituição de estado do Exército. Em sua carta resposta ao convite para aderir ao movimento revolucionário, enfatizou:

Se o governo está fora da lei, há na Constituição recursos que o compilam a voltar a ela. Foram já usados esses recursos? [...] até que ponto uma revolução poderia ser indicada como remédio aos grandes males políticos de nossa estremecida Pátria. Mas seja ou não seja, não é a nós, militares, que essa missão cabe (CARVALHO, 2017, p. 116).

Assim, para que lograsse manter o Regimento sob sua tutela neutro em relação às agitações políticas do período e garantisse a abstenção dos seus subordinados da participação na revolução prestes a eclodir, Estevão Leitão de Carvalho pautou seu comando, desde o princípio, em práticas que solidificaram sua liderança militar sobre os integrantes do 8º Regimento de Infantaria e influenciaram decisivamente a postura dos mesmos diante dos fatos. Algumas dessas práticas

merecem destaque, como a manutenção da tropa informada acerca dos acontecimentos que se desencadeavam no país, seguido de incansáveis orientações apontando a postura constitucional do militar, salientando sua subordinação a uma instituição de estado e não de governo, além disso, a aplicação de sanções precisas aos que agiam em desacordo com tais orientações, denotando rigor e senso de justiça. Ressalta-se também, o fato de lograr manter sua tropa diuturnamente ocupada, com foco na instrução militar, por meio da realização de diversos exercícios no terreno, o que contribuiu para mitigar a possibilidade de envolvimento dos integrantes do Regimento com práticas políticas. (CARVALHO, 2017).

Durante seu Comando na Guarnição de Passo Fundo, o referido oficial também logrou criar um ambiente salutar dentro do Regimento por meio de diversas confraternizações envolvendo a família militar, além de alcançar um profícuo e amigável relacionamento com as diversas autoridades da esfera civil local, independente do viés político, partidário e/ou ideológico que possuíssem, o que contribuiu para a manutenção de sua postura legalista e neutra no período que englobou a revolução de 1930. (CARVALHO, 2017).

A neutralidade dos corpos de tropa, em face das agremiações partidárias, sempre foi e tem de ser condição indispensável ao desempenho pelo Exército de sua missão constitucional, portanto só assim será ele acatado com igual confiança por todos os brasileiros, em qualquer parte da Federação (CARVALHO, 2017, p. 45).

Diante do exposto, infere-se parcialmente que a história do Exército Brasileiro se confunde com a história Nacional, estando presente nos mais importantes momentos da política brasileira. Nesse contexto, a Revolução de 1930 marcou um momento de ruptura política do Brasil, encerrando um período de controle oligárquico que sedimentou bases para o processo de urbanização e industrialização. Todavia, o Exército Brasileiro busca atuar com base nos princípios legalidade, legitimidade e estabilidade devendo manter-se dissociado das políticas de governo a fim de preservar seu papel de garantidor da constituição e soberania nacional.

Diante disso, a postura de Estevão Leitão de Carvalho como Comandante do 8º Regimento de Infantaria, merece destaque a medida que, como líder militar

exemplar, manteve sólidos os pilares da hierarquia e da disciplina entre seus subordinados diretos, abstando os mesmos da participação em atos políticos-ideológicos ligados à Revolução de 1930, o que reflete exatamente os preceitos que sedimentam o atual Exército Brasileiro como instituição de estado e a postura apolítica de seus integrantes, a fim de garantir o fiel cumprimento de sua missão constitucional.

c. A QUESTÃO DO PETRÓLEO

Segundo Marques e Salvador (2003, p. 193) o petróleo assumiu um papel de protagonista, durante o século XX, no que tange às relações comerciais entre Estados Nacionais. As vantagens econômicas da utilização desta substância como combustível ou como matéria-prima face a outros produtos são variadas; além de permitir numerosos subprodutos derivados de sua composição inicial, tais como: “a gasolina, a benzina, lubrificantes, vários tipos de plástico, sendo mesmo usado em fibras têxteis, detergentes ou medicamentos”.

No Brasil, o início da questão petrolífera pode ser considerado a partir do decreto nº 3.352-A, de 30 de junho de 1864 (BRASIL, 1864). Tal diploma legal concedia ao inglês Thomas Denny Sargeni a permissão pelo prazo de noventa anos, para extrair turfa, petróleo e outros minerais nas comarcas de Camamu e Ilhéus, ambas na Província da Bahia (DIAS e QUAGLINO, 1993, p. 1).

No entanto, acompanhando o ritmo do nascimento e fortalecimento industrial brasileiro, a demanda nacional se tornou ávida por mais petróleo, em especial a partir da década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas no poder e o incentivo de uma produção nacional e uma política de substituições, ultrapassando a economia voltada exclusivamente para o café (FAUSTO, 1996, p. 319).

O apoio do Exército Brasileiro à Revolução de 1930 e ao Estado Novo criado por Vargas possibilitou a sustentação dos projetos que eram considerados de “segurança nacional” (DIAS e QUAGLINO, 1993, p. 34).

A partir de então, o petróleo passa a figurar como material essencial para a

vida econômica do país, sua importância poderia ser enquadrada como um aspecto de segurança nacional, haja vista sua necessidade para o desenvolvimento da mudança das feições brasileiras de um país unicamente agroexportador, para um modelo de país também industrializado. Portanto, o petróleo alcançava seu protagonismo no desenvolvimento nacional (ARRUDA e PILETTI, 2006, p. 382).

Neste ínterim, corroborando com o entendimento de McCann (2009), de que a forma como a história é narrada se perpetua no imaginário coletivo dos grupos sociais e no subconsciente dos indivíduos, ressalta-se o clima político vivido no Brasil que culminou com o embate polarizado na política nacional entre os nacionais desenvolvimentistas e os entreguistas, no que se concerne ao monopólio estatal do petróleo.

Em outubro de 1945, quando o Brasil ainda vivia a euforia do retorno dos “pracinhas” da II Grande Guerra, o Diário Oficial, no dia 30, publicou um parecer do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) declarando “não justo” o Governo Federal ser o único responsável pelo ônus da pesquisa do petróleo, sendo necessário, o incentivo à injeção de capital privado nesse setor.

Nesse sentido, no início de 1946, apreciando as propostas de empresas privadas, em concorrência aberta no final do ano anterior, o CNP outorgou autorização a quatro dos concorrentes apresentados, desde que eles preenchessem, dentro de noventa dias, as seguintes condições:

- 1º - iniciar as instalações dentro de trinta dias, a contar da aprovação do projeto; e
- 2º - concluí-las dentro de dois anos, a partir de seu início.

Nesses termos, apenas duas empresas se apresentaram aptas, a Refinaria e Exploração de Petróleo União S. A., do grupo “Soares Sampaio – Corrêa e Castro” e a Refinaria de Petróleo do Distrito Federal S. A., do grupo “Drault Ernany – Eliezer Magalhães”.

Passados mais de dois anos, mesmo com algumas alterações feitas pelo Governo Federal, ampliando as vantagens das concessionárias, como por exemplo o aumento do volume de óleo que poderia ser extraído pelas empresas, estas

sequer deram início ao projeto. Assim sendo, em setembro de 1948, o Governo Federal, por intermédio do Banco do Brasil, decide pelo financiamento das duas empresas na exploração do petróleo.

Resta claro que, talvez por interesses diferentes e até obscuros, geraram contradições acerca do tema. Na época, o Brasil carecia de organização em alguns setores, como a então recente produção e refino petrolíferos.

Em 30 de novembro de 1948, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), o renomado escritor Gilberto Freyre participou de uma conferência intitulada “Nação e Exército”, homônima a um livro seu, que exemplifica tal carência de organização:

“Diante de uma situação tal qual a que se vem definindo no Brasil - a de um exército organizado ao lado de atividades civis que continuam, quase todas, desorganizadas -, a solução é claro que não deve ser a de desorganizarmos também o Exército para que tudo se iguale ou se democratize na desorganização. Ao contrário: a solução que se impõe é a de procurarmos imitar o exemplo do Exército nas zonas de atividade civil, organizando, tão bem quanto ele, as demais forças nacionais. Forças de que ele possa continuar a ser o coordenador em épocas de desajustamento mais agudo entre regiões ou entre subgrupos nacionais.” (FREYRE, 2019, p. 30).

Destarte, naquele momento de embate político e econômico sobre o tema, o General Leitão de Carvalho, percebe a importância estratégica do petróleo para o desenvolvimento nacional, bem como, a proximidade da instituição “Exército Brasileiro” com os pleitos nacionais, como registrado abaixo:

“Num país sem partidos políticos nacionais, organizados em torno de princípios, sustentados pela opinião esclarecida de seus afiliados, não é de estranhar que a escolha dos candidatos resultasse numa convergência de esforços obtida à custa de transigências e compensações realmente levadas em conta as necessidades reais da Nação.” (CARVALHO, 1959, p. 166).

Diante dessa situação, sob o principal pretexto de que o único motivo da abertura de concessões era a de atrair capital privado nacional, foi criado, no dia 21 de abril de 1948, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), no qual o General Leitão de Carvalho veio a fazer parte

como Presidente de Honra.

A criação do CEDPEN foi importante, não só para estudar e defender os interesses nacionais no que diz respeito à questão do petróleo. O centro serviu de valorosa ferramenta de esclarecimento da opinião pública, através de seus artigos, conferências, debates, comícios, caravanas e demais meios, visando à elucidação da questão a todos os brasileiros.

Em 1951, com base no Anteprojeto de Lei elaborado pelo CEDPEN e apresentado, no final de 1948, à Câmara dos Deputados, Getúlio Vargas envia ao Congresso um projeto de criação de uma empresa mista, com controle majoritário da União. No entanto, este projeto sofreu uma alteração no parlamento para o total monopólio estatal, numa discussão que durou 23 meses e finalizou com o Senado aprovando a criação da PETROBRAS (Lei 2.004/53), sancionada pelo Presidente da República (MARANHÃO, 2017, p. 18).

O dia 3 de outubro de 1953 marca o nascimento da Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS, proporcionando crescente autonomia na demanda cada vez maior por energia para fomentar a indústria e o bem-estar social, como a oferta de transporte a toda população e a distribuição de gás para aquecimento dos lares e preparo de alimentos.

Infere-se parcialmente que, diante do acima exposto, a influência da organização existente nas Forças Armadas, aliada à experiência na vida castrense do General Leitão de Carvalho, foram fundamentais para normatizar e alavancar a atividade de exploração de petróleo no Brasil – importante setor da economia nacional, desde então.

Malgrado o ambiente político partidário diverso e os interesses menores de alguns parlamentares, coube a um representante do Exército garantir que a questão do petróleo, por intermédio da criação do CEDPEN, fosse alçada ao status de uma política de segurança nacional, em especial por suas fortes ligações com o desenvolvimento do País.

Nesse sentido, a participação do General Estevão Leitão de Carvalho,

tanto na criação da CEDPEN, como na Presidência de Honra, foi de extrema relevância para garantir os estudos e debates em torno do tema, organizando e difundindo conhecimentos que serviram de subsídio para criação da PETROBRAS – entre as dez maiores companhias do setor de petróleo e gás do mundo, sendo a líder mundial no desenvolvimento de tecnologia avançada para a exploração petrolífera em águas profundas e ultra profundas, segundo o Jornal Monitor Mercantil (2020).

A capacidade de trabalho e a visão estratégica do General Leitão de Carvalho, demonstradas há cerca de setenta anos, permitiram semear: a autossuficiência energética; as melhores condições de moradia e transporte; o incremento da pesquisa e desenvolvimento no setor de óleo e gás; e, por fim, a posição privilegiada que o Brasil ocupa hoje no cenário das nações produtoras de petróleo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Marechal Estevão Leitão de Carvalho evidenciou, em vários episódios da história nacional, tanto na ativa como na reserva, os atributos mais nobres que um soldado pode possuir. Sua personalidade forte e caráter marcante corroboraram tanto para o desenvolvimento do Exército, como para a redução das fricções do período republicano brasileiro.

Em síntese, Leitão de Carvalho demonstrou ter sido um legítimo legalista, externando fidelidade ao regime legal e ao governo constituído. Desta maneira, sua conduta durante os fatos históricos apresentados contribuiu para a solidificação de valores castrenses das gerações de militares atuais como patriotismo, civismo, fé na missão do Exército, amor à profissão, espírito de corpo e coragem, permitindo o pleno cumprimento da missão constitucional do Exército.

Deduz-se que o fato histórico da Revolta Militar da Praia Vermelha, dentro do contexto da Revolta da Vacina, levou Leitão de Carvalho a evidenciar atributos como coragem moral, lealdade e integridade. Sua posição firme em recusar a integrar o movimento que visava retirar o presidente Rodrigues Alves do poder,

além de se colocar à disposição das autoridades para enfrentar os revoltosos, contribuiu para o fracasso do mesmo, servindo de conduta exemplar para os militares de hoje que são a força motriz que empurra o Exército Brasileiro no cumprimento de seu papel institucional.

Inferre-se que durante fato histórico da Revolução de 30, Leitão de Carvalho colaborou para o fortalecimento dos pilares do Exército que são a hierarquia e a disciplina. Ele agiu firmemente à frente do 8º Regimento de Infantaria impedindo que seus subordinados fossem desvirtuados pelos atos político-ideológicos revolucionários deste período, dificultando o crescimento do movimento insurgente e, mais uma vez, se mostrando como exemplo de soldado para os militares de hoje que conduzem a Força Terrestre no desempenho de suas atribuições constitucionais e subsidiárias.

Depreende-se que a grande capacidade de trabalho e visão estratégica de Leitão de Carvalho foram fundamentais para o desenvolvimento e proteção do programa de exploração do petróleo brasileiro. Afinal, defender a Pátria não implica somente em derrotar o inimigo que agredir ou ameaçar a soberania, ou a integridade territorial, mas também a preservação do patrimônio e os interesses vitais do Brasil. Por ser uma grande riqueza do país, este militar considerou o petróleo uma questão estratégica devendo, portanto, ficar protegido dos interesses estrangeiros. Ele auxiliou na criação da Petrobrás permitindo que o Brasil estivesse sempre na vanguarda da pesquisa e produção de petróleo até os dias de hoje, corroborando para o robustecimento do sentimento de preservação e proteção de riquezas brasileiras pelo Exército, pois além do petróleo, temos a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Pantanal, dentre outros.

Por fim, os nobres valores militares salientados por Leitão de Carvalho em sua carreira, sem sombra de dúvida, o colocam na galeria dos grandes líderes militares do Brasil e seu legado secundou, nos dias de hoje, para o atingimento do alto nível de confiabilidade do Exército pela sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A. PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. São Paulo: Ática, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 3.352-A, de 30 de junho de 1864**. Concede a Thomaz Denuy Sargent faculdade pelo prazo de noventa annos para, por si ou por meio de uma Companhia, extrahir turfa, petroleo e outros mineraes nas Comarcas do Camamú e Ilhéos, da Província da Bahia, 1864. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3352-a-30-novembro-1864-555171-publicacaooriginal-74298-pe.html>. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **Petróleo! Salvação ou desgraça do Brasil?** Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, 1950.

_____. **Dever Militar e Política Partidária**. Exemplar N° 1508. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1959.

_____. **Memórias de um soldado legalista**. Tomo I. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2016.

_____. _____. Tomo II. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2017.

CASTRO, Celso. GAGLIAR, Juliana. **A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904)**. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/download/33819/18952>>. Acesso em: 07 Janeiro 2021.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana; **A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS**. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2 ed. 1995.

FREYRE, Gilberto. **Nação e Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2019.

MARANHÃO, Ricardo. O petróleo é nosso. **Revista de Geopolítica**, Edição Especial, v. 8, nº 2, pp. 18 - 31, 2017.

MARQUES, Bruno Pereira. SALVADOR, Regina. **Geopolítica do petróleo: de Estrabão à(s) guerra(s) do Iraque**. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nº 16, Lisboa, Edições Colibri, pp. 191-200, 2003.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2009.

MONITOR MERCANTIL. **Petrobras: 67 anos a serviço do Brasil**. Disponível em: <<https://monitormercantil.com.br/petrobras-67-anos-a-servico-do-brasil/>>. Acesso em 02 Jan 2021.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Verbete - Revolução de 1930, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>> Acesso em: 03 janeiro 2021.

SILVA, Daniel Neves. **A Revolta da Vacina**. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/insurreicao-popular-na-revolta-da-vacina.htm>>. Acesso em: 7 Janeiro 2021.

SORG, Letícia. **Revolta da Vacina convulsiona o Rio contra reforma urbana autoritária**. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/revolta-da-vacina-convulsiona-o-rio-contr-reforma-urbana-autoritaria>>. Acesso em: 11 Janeiro 2021

MARECHAL JOSÉ PESSOA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

TC Inf PEDRO **CARDOSO** DA CUNHA NETO, TC Cav LUCIANO ARAUJO **VIZZOTTO**, Maj Inf GABRIEL **AMARAL** BARCELLOS, Maj Inf ANDREI DOUGLAS **LAUTHERT** PEREIRA, Maj Art LUIS **RIELE** MIRANDA GUIMARÃES, Maj Com **ELIEZER** DE SOUZA BATISTA JUNIOR, Maj Sv Int **SINDERLEY JÚNIOR FERREIRA DA PAZ**, Maj Inf **JOSIAS** MARCOS DE RESENDE SILVA, Maj Inf ALEXANDRE MEDEIROS **TORRES**, Maj Art **DOUGLAS** LUÍS DA SILVA, Maj Inf MIGUEL **FIUZA NETO** e Maj Cav FREDERICO CHAVES **SALÓES** DO AMOR.¹

1. INTRODUÇÃO

Do estudo da História do Brasil no século XX e da biografia de um dos nossos vultos históricos, a saber o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1959), inicia-se o presente artigo. A histórica e exemplar figura do Marechal José Pessoa nos traz muitos ensinamentos ainda nos dias de hoje. A tecnologia e os meios de comunicação se tornaram muito importantes, mas não substituem, de forma alguma, a formação militar e os valores mais caros ao Exército Brasileiro, amplamente preconizados pelo Marechal José Pessoa. Vários foram os eventos históricos que envolveram esta grandiosa biografia. Dentre esses eventos, este trabalho focará na inserção dos meios blindados e da motomecanização no Exército Brasileiro, na reforma do ensino de formação dos Oficiais do Exército Brasileiro e na seleção da localização da nova capital federal.

A vida e as ações do Marechal José Pessoa enquadraram-se em um contexto histórico, o qual teve influência das Revoluções de 1930 e 1932, da Missão Militar Francesa, da agitação política no início do século XX, havendo, consequentemente, a reverberação destas atividades na formação dos Oficiais, que tomava novo rumo com as ideias do Marechal José Pessoa. Fruto de sua grande aptidão aos estudos e à formulação de ideias inovadoras, o Marechal José Pessoa estudou

¹ Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

na Europa e trouxe diversos conceitos militares que aperfeiçoaram a formação do Oficial brasileiro, idealizando a Academia Militar das Agulhas Negras em Resende, no Rio de Janeiro, lugar distante das disputas políticas que ocorriam à época.

Os meios blindados e motomecanizados foram implantados no Exército Brasileiro, a partir de 1921, com grande contribuição do Marechal José Pessoa que, ao estudar na Escola Militar de Saint-Cyr, na França, trouxe muitos conhecimentos sobre os carros de combate desenvolvidos na Europa. Foi agregado importante conhecimento à nossa doutrina e, posteriormente, o conhecimento dos carros de combate foi sendo aperfeiçoado pelas gerações militares futuras do Brasil. Se hoje temos satisfatório desenvolvimento de doutrina e manuais nesta área, devemos muito ao Marechal José Pessoa que, embrionariamente, introduziu o que havia de mais recente e tecnológico à época, legando ao Exército Brasileiro notável evolução.

O Marechal José Pessoa teve ainda grande influência na escolha da capital federal, em que pesem iniciativas anteriores e aspirações de outras importantes personalidades históricas, como o marquês de Pombal e José Bonifácio de Andrada, os quais já sinalizavam a necessidade da escolha de uma nova capital do Brasil. Ao ser nomeado como presidente da Comissão de Localização da Nova Capital, o Marechal José Pessoa visitou o Planalto Central, projetando a infraestrutura inicial da futura capital federal.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 INSERÇÃO DOS MEIOS BLINDADOS E DA MOTOMECANIZAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

A introdução das primeiras viaturas blindadas no Exército Brasileiro (EB) foi consequência de uma missão militar para alguns oficiais brasileiros que foram enviados para a Europa. A comissão brasileira havia participado de operações militares na Primeira Guerra Mundial e, com isso, adquiriu novas experiências com meios até então inéditos na Doutrina Militar Terrestre vigente. Dentre os militares, o então Capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, teria papel fundamental na implantação e desenvolvimento do emprego dos blindados no Brasil, influenciando os comandantes a adquirirem carros de combate (BASTOS, 2011).

Em 1921, o Capitão José Pessoa, oficial de cavalaria, retornou ao Brasil, após sua participação na missão militar na Europa. Lá ele estagiou na Escola Mili-

tar de Saint-Cyr, na França e realizou um de seus maiores anseios: cursar o Centro de Estudos de Carros de Combate, em Versalhes, passando a ser o único oficial, na América Latina, capacitado em curso e com experiência de combate para comandar frações de tropas blindadas. Essas experiências lhe confeririam protagonismo na aquisição dos primeiros carros de assalto brasileiros. Cabe destacar seu comando de um pelotão de carros de combate do Exército Francês, durante a I Guerra Mundial (CÂMARA, 1985).

No mesmo ano de seu retorno, José Pessoa publicou a obra *Os “tanks” na guerra europeia*, na qual retratava toda sua experiência na França e mencionava as características dos principais carros de combate que obteve contato. Adepto da modernização, ele se esforçou para convencer seus superiores de que o Exército Brasileiro necessitava constituir uma força mecanizada/blindada, em consonância com o que ocorria nos principais exércitos mundiais. Destacava, ainda, tamanha importância que esses carros trouxeram para os exércitos que o adotaram, realizando grandes transformações doutrinárias, destacando a tática, os aspectos técnicos e sua organização (DARÓZ, 2016).

Sua obra centenária influencia conceitos aplicados até hoje nos manuais das tropas blindadas do Exército Brasileiro. A concepção de emprego do binômio carro de combate-fuzileiro é herdada do Capitão José Pessoa. Ele dizia que era necessário adestrar os infantas para cooperar com os blindados para obter a confiança mútua e melhorar a coordenação. Cabe destacar, no que se refere à organização e ao emprego tático, que José Pessoa fazia uma crítica ao modelo adotado pelos franceses, que dispunham seus carros dispersos pelos batalhões de infantaria, o que acarretava péssimos resultados. Ele preferia adotar o modelo do Exército Inglês, que reunia seus blindados em unidades independentes e que foram mais bem sucedidas, impactando assim na criação da Companhia de Carros de Assalto, gênese das unidades blindadas do Exército Brasileiro, da qual José Pessoa foi o primeiro comandante.

Ao tratar na introdução dos blindados no Exército Brasileiro, o Capitão José Pessoa salientou a necessidade de uma capacidade de manutenção agregada a uma constante evolução tecnológica. Isso se deve ao fato de evitar situações que ele observou em que muitos carros saíam de combate devido a problemas mecânicos, que muitas vezes inutilizava uma quantidade de blindados maior do que as baixas causadas pela ação do inimigo.

Para dar um exemplo da gravidade deste detalhe, bastar-me-á dizer que o regimento onde fizemos estágio, tinha na manhã da ofensiva dos Aliados de 18 de Junho de 1918, 10% do seu material imobilizado por essa razão; um dos seus batalhões contava 15 dias depois, 60 correias partidas, e, por outro lado, 95% das 'panes' tinham sido provocadas pela ruptura da correia do ventilador (sic) (ALBUQUERQUE, 1921, p. 197).

No livro, destacou ainda, critérios para a capacitação das guarnições que iriam operar os carros, cujos homens deveriam ser especializados e voluntários para servir na Arma, além de possuir conhecimento dos processos de lubrificação. Ele apontou a destinação que o Exército deveria dar aos carros adquiridos. Mesmo adquirindo carros em quantidade reduzida, eles deveriam ficar todos em uma companhia-escola e que ela fosse autônoma com aquartelamento e meios próprios para seu funcionamento. Eis o princípio dos Centros de Instrução de Motorização e Mecanização (CIMM), em 1939 e que culminaram com o hodierno Centro de Instrução de Blindados (CIBld). Nesse sentido, cabe ressaltar que o Estabelecimento de Ensino (EE) é a Organização Militar (OM) responsável por capacitar recursos humanos do Exército Brasileiro no preparo e emprego de meios blindados, seguindo a linha de raciocínio proposta pelo Marechal José Pessoa.

José Pessoa era um militar experimentado em combate e reconhecido por diversos chefes militares brasileiros e franceses. Diversas medidas adotadas em seu período como comandante da Companhia de Carros de Assalto ressaltam suas qualidades. Na época, assim como hoje, o Exército não poderia devolver à vida civil um homem adestrado para vencer no combate sem que se lhe ofereça destreza para o sucesso no retorno à sociedade e para tentar, por caminhos honrados, a vitória. Dessa forma, a Companhia de Carros de Assalto se tornou atípica em relação às demais: mesas do rancho dos soldados com toalhas novas, talheres de boa qualidade, copos ao invés de canecas de lata, aulas de alfabetização, cuidados sanitários que pareciam a muitos beirar o exagero e até bailes, onde havia conagraçamento com a sociedade dos bairros de Bangu e Realengo. As intensas medidas de valorização dos recursos humanos acompanhavam, no entanto, a dureza de um trabalho rigoroso, no próprio nascedouro da mentalidade de mecanização, de sua manutenção e de seu emprego adequado às condições brasileiras, com rigidez disciplinar e fortalecimento moral de sua tropa (CÂMARA, 1985).

2.2 A REFORMA DO ENSINO NA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A formação dos oficiais do Exército Brasileiro tem seus primórdios em 1699, na antiga “casa do Trem”, localizada no Rio de Janeiro, que tinha como função principal formar os engenheiros que seriam responsáveis pelas obras de defesa do litoral (CÂMARA, 2011). Após a vinda da família Real, D. João cria em 1810 a Academia Real Militar, realmente destinada para formar as futuras lideranças civis e militares do território brasileiro. O Marechal José Pessoa obteve vários conhecimentos acadêmicos nas ciências militares. No Brasil, realizou os cursos de formação na Escola Preparatória de Tática e, em 1909 de forma a complementar a sua formação, cursou a Escola Militar de Porto Alegre. Em 1916, realizou um estágio na Escola Militar Especial de *Saint-Cyr* na França, antes de sua participação na 1ª Guerra Mundial. (PECHMAN, 2019).

Após isso, realizou os cursos de aperfeiçoamento e Estado-Maior do Exército (GORGIS, 2010). Com tantos conhecimentos, o Marechal José Pessoa era considerado um Oficial “científico”, que possuía formação voltada à matemática e estava mais alheio às questões políticas (CASTRO, 1997).

Entre os anos de 1919 e 1922, recebe forte influência dos ensinamentos adquiridos pelos “jovens turcos” (Oficiais brasileiros que receberam formação militar na Alemanha nos anos que precederam a Primeira Guerra), que lhe deram um comportamento legalista e preocupado com a politização dos quadros. Da doutrina francesa, contratada com a incumbência de modernizar o Exército Brasileiro, aprende a importância da profissionalização militar (CÂMARA, 2011). Fruto de sua formação, o Marechal José Pessoa conseguiu realizar uma grande revolução no ensino militar. O principal destaque se dá por conta das modificações na Escola Militar de Realengo, criando uma mentalidade de uma nova Academia Militar no sentido *latu*, baseando suas transformações nas academias militares dos EUA (*West-Point*), França (*Saint-Cyr*) e Reino Unido (*Sandhurst*).

Entre 1931 e 1934, período em que foi diretor da Escola Militar de Realengo, trabalhou na infraestrutura da Escola, construindo salas aparelhadas, espaços de lazer, pintou cozinhas e dormitórios e canalizou rede de esgotos. Na parte organizacional, criou o corpo de cadetes, vinculando-os a instrutores que poderiam responder às demandas de forma mais rápida (CASTRO, 1994). Modificou os padrões para seleção dos cadetes, pois até então, eram formados por uma elite econômica, política e consanguínea. Ao invés disso, o foco da modificação foi na

formação moral, ética, intelectual e física e que desenvolvesse os valores de honestidade, probidade, lealdade e responsabilidade. Para tanto, restringiu a seleção, não permitindo acesso de candidatos com o mesmo perfil dos participantes da revolução de 1930. Ou seja, que fossem indisciplinados ou associados à política (RODRIGUES, 2006).

Também atuou no campo psicossocial, estabelecendo uniforme histórico, bandeiras históricas, estandarte e brasão. Instituiu o espadim que é uma réplica da espada de Caxias e simboliza a honra militar. Tal situação tem suas raízes na Escola de *Saint-Cyr*, na qual os cadetes franceses usam a réplica da espada de Napoleão (AHIMTB, 1996). Também reativou a graduação de cadete, extinta em 1898 e a revalorizou como praça especial. Além disso, reformulou o regulamento disciplinar, alterando a forma de execução de punições que colocavam o cadete a cumprir prisões nos corpos de tropa junto a soldados (CÂMARA, 2011). Tais implementações trouxeram motivação aos cadetes que voltaram a sentir orgulho.

De forma a ligar os cadetes aos valores históricos nacionais, reativou a memória de brasileiros que tiveram participação especial em eventos militares nacionais, em especial na Guerra do Paraguai. Esses foram considerados “Patronos” das armas, quadros e serviços. Ressalta-se a valorização do Duque de Caxias, considerado como o mais brilhante dos chefes militares. Com isso, houve o destaque como “patrono dos cadetes” e, após 1962, como “patrono do Exército brasileiro”, apesar de terem ocorrido divergências internas no Exército por conta de Caxias ser a favor do império (CASTRO, 2002).

Trouxe instrutores com o curso de Estado-Maior com a finalidade de padronizar a instrução. Além dessa vertente, os então instrutores tiveram um papel primordial em termos de continuidade do trabalho idealizado pelo Marechal José Pessoa, representando um elo entre a Escola de Realengo e a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Em destaque, pode-se elencar o coronel professor Augusto da Cunha Duque Estrada, sendo o último comandante da Escola de Realengo; o capitão Mário Travassos que era então ajudante e o primeiro comandante da AMAN; e capitão Humberto de Alencar Castello Branco que era Instrutor-chefe do Curso de Infantaria e, posteriormente, presidente do Brasil (CÂMARA, 1985).

Um de seus marcos foi a institucionalização da prática de educação física com fins de ter a mais rigorosa preparação profissional, para que os oficiais estivessem aptos ao serviço, sendo considerados robustos e enérgicos para responder às demandas que a nação necessitasse (CÂMARA, 2011). A Escola Militar

de Realengo recebeu um estádio de esportes, na parte infraestrutural. Na parte organizacional, foi estabelecida uma seção de Educação Física, com 11 (onze) instrutores e 2 (dois) médicos, formados no Centro Militar de Educação Física. Essa iniciativa de desenvolver a educação física se alastrou para outras Organizações Militares no Brasil, bem como para a sociedade brasileira.

Apesar de todas as reformas realizadas, a localização da Escola de Realengo não agradava o Marechal José Pessoa por ainda estar próximo ao centro político do Rio de Janeiro. Desta forma, em 4 de dezembro de 1931, ele propôs a criação de uma comissão, sob sua presidência, para estudar as condições de localização das instalações de uma nova escola militar. Assim, durante 10 meses, analisaram esboços de projetos originais e plantas das Escolas Militares de outras nações e iniciaram as viagens em busca do local adequado para a construção da nova escola.

A localização da nova escola deveria possuir clima ameno, variedade topográfica, curso d'água compatível para a realização de exercícios militares, uma área com espaço suficiente e ser próxima de um centro social interiorano não muito afastado do Rio de Janeiro ou São Paulo, de maneira que mantivesse os cadetes afastados dos centros de polarização política. Após visitarem diversas localidades como Teresópolis-RJ, Petrópolis-RJ, Pinheiros-SP, Valença-RJ e São João Del-Rei - MG, chegaram, em setembro de 1931, à cidade de Resende-RJ, local que por fim seria escolhido para abrigar a nova Escola Militar (BENTO, 2019).

Assim foi realizada uma concorrência para a criação dos projetos para a nova escola e, em 15 de janeiro de 1932, o anteprojeto do arquiteto Raul Penna Firme foi escolhido pela comissão. Em 1933, o Marechal José Pessoa pretendia lançar em cerimônia a Pedra Fundamental da Escola Militar, mas o fato foi desaconselhado pelo Exmo. Ministro da Guerra, o General Espírito Santo Cardoso (CÂMARA, 2011). No mesmo ano, ao observar que seu projeto estava estagnado, o Marechal José Pessoa chegou a pedir demissão do cargo de diretor da Escola Militar de Realengo, não sendo acolhido pelo governo e permanecendo no comando da Escola até o ano de 1934. Neste ano, ocorreu um boicote de cadetes e o Marechal não gostou da solução dada pelo Exército para este caso (CASTRO, 2002). Após o comando da Escola Militar de Realengo, foi para o comando do 1º Distrito de Costa, onde coordenou a missão americana que foi responsável por grandes evoluções doutrinárias. Pode-se destacar a institucionalização do Centro de Instrução de Costa, Escola técnica do Exército e a evolução da doutrina defensiva.

Nos anos seguintes, o General José Pessoa seguiu sua campanha pela construção de uma nova Escola ao publicar artigos na imprensa, destacando a importância de uma nova escola naquele cenário mundial de expansionismo de potências do eixo ocorridos no final do século XIX. Escreveu vários artigos para as revistas Escola Militar (atual revista Agulhas Negras), Clube Militar e Nação Armada e Militar Brasileira (atual revista do Exército) sobre temas relacionados à AMAN, ensino, história militar, tática e geopolítica. (BENTO, 2019b).

Por determinação do Ministro Eurico Gaspar Dutra, em 1937, o projeto é retomado, baseado nas plantas de 1934. A construção ocorreu entre os anos de 1938 e 1944. Em 11 de março de 1944, a AMAN abriu seu portão monumental para a entrada dos cadetes do primeiro ano, sendo considerada a sexta escola militar do Exército (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2011).

Verifica-se que o desempenho do Marechal José Pessoa proporcionou a perda do papel político do Exército que estava minando a imagem da instituição. Além disso, ajudou a melhorar o ensino militar, aplicando seus conhecimentos trazidos da Primeira Guerra Mundial. Há de se ressaltar o caráter de disseminação de conhecimentos, por meio dos artigos escritos em várias revistas. Além disso, instituiu vários simbolismos em que, parte desses, foram estendidos para o âmbito Exército Brasileiro. Em síntese, o Marechal representa muito mais do que o idealismo da construção da sexta escola militar (AMAN), representa uma nova percepção de como formar novas gerações de oficiais pautados em valores necessários para a instituição Exército Brasileiro e que são, até os dias atuais, disseminados institucionalmente para todas as regiões do Brasil.

2.3 SELEÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL

Além da introdução da motomecanização e dos blindados no Exército Brasileiro, José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, herói da Primeira Grande Guerra, teve participação marcante na criação da nova capital federal. Como reconhecimento por sua contribuição na epopeia da construção de Brasília, à qual sugeriu inicialmente o nome de Vera Cruz, o Exército Brasileiro publicou, em 3 de maio de 2019, a portaria nº 115 do Estado-Maior do Exército, na qual a instituição presta sua homenagem a essa grande personalidade militar e brasileira (ROCHA; PESSANHA, 2019).

A idealização de uma nova capital no interior do Brasil surgiu desde o tempo da colônia. Nesse sentido, em 1751, o marquês de Pombal já manifestara

ser possível essa mudança na então colônia portuguesa (CÂMARA, 2012, p. 33). Entretanto, foi durante a Inconfidência Mineira de 1789 que essa ideia tomou força. Diversos documentos apontam que os conjurados mineiros tinham a interiorização da capital federal como uma de suas principais pautas. Naquela época, os inconfidentes visualizavam a cidade de São João Del Rei como a principal candidata (KUBITSCHEK, 2000, p. 16).

Após algumas décadas, a ideia da interiorização retornou aos debates no momento da independência do Brasil. Em 1821, às vésperas da emancipação brasileira, José Bonifácio de Andrade defendia a criação de uma cidade central no interior do Brasil para o assento da Corte ou da Regência. Com relação à localização, o hábil “patriarca da independência” propunha ser aproximadamente na latitude de 15 graus, em terreno sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável (KUBITSCHEK, 2000). Em 1823, durante a Constituinte do Império, Bonifácio de Andrade sugeriu que a nova capital fosse batizada de Brasília (PONTUAL, 2006).

Em 1883, o italiano Dom Bosco, fundador da Congregação dos Salesianos, em um momento inusitado, sonhou com o surgimento de uma nova civilização, entre os paralelos 15° e 20° do hemisfério sul, em uma região onde se formava um lago. Por essa razão, ao lado de Nossa Senhora Aparecida, Dom Bosco tornou-se o padroeiro de Brasília (PONTUAL, 2006).

A deposição do imperador Pedro II e seu consequente exílio deram novo alento aos idealistas da transferência da capital. Nesse aspecto, o decreto nº 914-A, que instituiu a Constituição Provisória da República, previa a criação de um município neutro que constituiria o Distrito Federal. Em seguida, um projeto de emenda à Constituição Provisória da República estabeleceu, de forma irretratável, a transferência da capital para o Planalto Central do Brasil. A emenda aprovada foi ratificada pela Constituição de 1891, a qual também declarou pertencente à União uma área de 14.400 km², a ser demarcada no Planalto Central, para o estabelecimento da futura capital federal (KUBITSCHEK, 2000, p. 19).

Em 12 de abril de 1892, por ordem do Marechal Floriano Peixoto, foi instituída a Comissão exploradora do Planalto Central, também conhecida como Comissão Cruls (KUBITSCHEK, 2000, p. 20). Segundo PONTUAL (2006), essa comissão era chefiada pelo astrônomo e geógrafo belga Louis Ferdinand Cruls, sendo composta por 21 pessoas. A missão da Comissão Cruls era realizar a demarcação de uma área no planalto central e realizar, sobre esta, os indispensáveis estudos para uma futura mudança da capital.

Ao final de sua missão, a comissão realizou a demarcação de uma área de 14.400 Km² que ficou conhecida como “Quadrilátero Cruls” (PONTUAL, 2006). Os dois relatórios, apresentados pela Comissão, detalharam o Planalto Central em sua topografia, as fontes de energia e água, a fertilidade do solo, além de detalhes sobre a fauna e flora (KUBITSCHKEK, 2000, p. 21), facilitando os trabalhos da futura comissão, a qual seria chefiada pelo General Polli, e a própria escolha do local da futura capital federal.

Em 18 de janeiro de 1922, o Presidente Epitácio Pessoa assinou um decreto legislativo determinando que o “Poder Executivo tomará as necessárias providências para que, no dia 7 de setembro de 1922, seja colocada, no ponto mais apropriado da zona a que se refere o artigo anterior, a pedra fundamental da futura cidade, que será a Capital da União” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 22). A pedra fundamental ainda se encontra no mesmo local em que a colocaram, perto da cidade de Planaltina, no perímetro do atual Distrito Federal, dentro do Quadrilátero Cruls. Com o passar dos anos, este marco acabou sendo esquecido.

Nos anos 1940, durante seu período como presidente da República, o General Eurico Gaspar Dutra criou a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital. Esse grupo de trabalho, chefiado pelo General Poli Coelho, era integrado por agrônomos, engenheiros, geógrafos, geólogos, higienistas, médicos e militares. Após divergências com uma corrente minoritária que desejava a demarcação da nova capital no Triângulo Mineiro, a comissão liderada pelo General Poli Coelho deu preferência à área demarcada pela Comissão Cruls, ampliando-a para o norte (KUBITSCHKEK, 2000, p. 25).

Em 1953, Getúlio Vargas criou a Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil, que seria presidida pelo General Caiado de Castro, então Ministro Chefe da Casa Militar (CÂMARA, 2012, p. 38). Acumulando suas atribuições de Ministro com a presidência da comissão, o maior legado de Caiado foi a contratação da firma norte-americana Donald J. Belcher and Associates Incorporated, para que esta realizasse um extenso trabalho com os dados dos sítios, a fim de possibilitar a futura tomada de decisão sobre a implantação da nova capital federal (KUBITSCHKEK, 2000, p. 26).

Ao assumir a presidência após o suicídio de Vargas, Café Filho nomeou o Marechal José Pessoa para a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital, substituindo o General Caiado de Castro. Assim que assumiu o cargo, o Marechal José Pessoa decidiu realizar uma viagem ao Planalto Central, a fim de

“sentir na própria carne” a extensão das responsabilidades que haviam passado a lhe pesar nos ombros. Essa viagem foi realizada em fevereiro de 1955, época em que os estudos desenvolvidos pela empresa Donald J. Belcher já eram parcialmente conhecidos (KUBITSCHEK, 2000, p. 27).

Ressalta-se que, quando aceitou o cargo sem hesitar e liderou a missão a um Planalto Central inóspito, o Marechal já estava na reserva e possuía 69 anos (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020). Essa decisão se mostrou coerente, visto que durante essa viagem, o Marechal pode conhecer o local pessoalmente, formando um conhecimento próprio e objetivo a respeito da região. O Marechal aliou então sua perspectiva aos trabalhos que estavam sendo realizados pela empresa norte-americana Donald J. Belcher, a qual finalizou seus estudos, indicando os cinco melhores lugares para a escolha definitiva do sítio da nova capital federal (KUBITSCHEK, 2000, p. 27).

Entre as cinco opções levantadas pela empresa norte-americana, o Sítio Castanho foi considerado o mais adequado pela Comissão de José Pessoa. Esse compreendia uma parte do terreno de Planaltina, era banhado pelos rios Tortos, Paranoá, Bananal e Gama e cortado pela estrada Planaltina – Anápolis (ROCHA; PESSANHA, 2019). A demarcação foi realizada em tempo reduzido, através da utilização dos estudos anteriores e de um elaborado método de demarcação (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020). Em 9 de maio de 1955, foi definido que um território de 5.800 km², com limites de latitudes entre os paralelos 15° 30' e 16° 30', envolvendo os sítios “Castanho” e “Verde”, seria o novo limite do Distrito Federal (CÂMARA, 2012, p. 39).

Durante a gestão do Marechal José Pessoa, algumas providências tomadas foram fundamentais para a demarcação da nova capital federal. Entre elas, destaca-se a declaração de utilidade pública da terra para fins de desapropriação. Dois dias após a negativa do presidente Café Filho, o qual não queria se indispor com os congressistas no que se refere à desapropriação de terras no Planalto Central, o Marechal José Pessoa utilizou toda sua habilidade interpessoal para convencer o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, a assinar o respectivo decreto. Dessa forma, o Marechal garantiu a viabilidade da construção da nova capital federal (KUBITSCHEK, 2000, p. 30).

Além dos esforços realizados para a demarcação dos limites da nova capital federal, a equipe liderada pelo Marechal José Pessoa foi responsável pelo embrião de todo o projeto arquitetônico de Brasília. Nesse sentido, a comissão

projetou toda a rede de águas e esgotos, as superquadras, as “tesourinhas”, o lago Paranoá, rodovias e ferrovias. Além disso, foi a equipe do Marechal José Pessoa que propôs a utilização do rio São Bartolomeu para a captação de água, bem como a utilização do rio Corumbá para a produção de energia visando ao abastecimento da nova capital federal (AQUINO, 2020).

Com proeminente participação do Marechal José Pessoa, a demarcação e a transferência da capital federal para o Planalto Central acarretaram relevantes consequências para o Brasil e, conseqüentemente, para o Exército Brasileiro. No aspecto geopolítico, pode-se salientar a integração nacional, aproximando o centro de poder do território amazônico. Quanto aos aspectos econômicos e psicossociais, a mudança da capital para Brasília permitiu o deslocamento dos eixos econômico e populacional, demasiadamente concentrados no litoral, para áreas também localizadas no interior do país.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A todo país que pretende ser potência regional e mundial, é importante que haja uma nítida compreensão aos ensinamentos do passado, à conjuntura do presente e às perspectivas futuras. Neste sentido, o Brasil tem na figura do Marechal José Pessoa muito a se espelhar e a aprender, pelas suas ações no século XX. O Exército Brasileiro pode colher, na biografia do Marechal José Pessoa, importantes ensinamentos, não somente cognitivos, mas também atitudinais e procedimentais, que contribuíram com a Doutrina Militar e com a estrutura organizacional que possuímos no século XXI. A evolução do pensamento militar é dinâmica, ainda mais atualmente, com o incremento, cada vez maior, de tecnologias e dos meios de comunicação que despontam no mundo, tornando-o mais competitivo. Este ambiente desperta o interesse militar das nações, sendo assim, a atualização doutrinária é mister.

A grande contribuição implementada pelo Marechal José Pessoa, no presente estudo, pode ser percebida: por meio do desenvolvimento de nossos carros de combate, centros de instrução e pessoal especializado; pelo ensino de qualidade dos futuros Oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras e seu exemplo a todo o Brasil; e pelos efeitos positivos da escolha da nova capital federal. É importante ressaltar que a vida profissional do Marechal José Pessoa não esteve, obviamente, separada de seus anseios pessoais e nem do momento político vivido no Brasil no início do século XX. Observar, atentamente, este recorte temporal se faz necessário, a fim de que se entenda a grandiosidade das ações deste vulto

histórico que, apesar das adversidades de um país pouco industrializado e agitado politicamente, manteve o impulso e a coragem para cumprir suas metas e missões.

Assim sendo, o ineditismo do Marechal José Pessoa ganhou força, na medida em que trouxe para o Brasil algo até então inexistente, a saber, o conhecimento sobre os carros de combate. Após a experiência da Primeira Guerra Mundial, o Marechal José Pessoa contribuiu para a evolução doutrinária e para a tática, além das questões técnicas e organizacionais no combate. Nossas tropas blindadas de hoje tiveram o grande legado da obra do Marechal José Pessoa, dentre as quais, o binômio carro de combate-fuzileiro, incorporando-se à nossa doutrina e sendo aperfeiçoada com os Exercícios no Terreno e as revisões doutrinárias. A evolução tecnológica e a capacidade de manutenção também foram conceitos amplamente preconizados pelo Marechal José Pessoa e que já estão arraigados no Exército Brasileiro, em seu constante processo de transformação.

Se hoje o Exército Brasileiro tem um ensino e instalações de excelência na Academia Militar das Agulhas Negras, devemos, em grande parte, ao Marechal José Pessoa, que idealizou a formação dos Oficiais de maneira criativa e inovadora, distanciando os cadetes da agitação política da cidade do Rio de Janeiro, o que mudou paradigmas. Oficial estudioso, renomado e comprometido, o Marechal José Pessoa contribuiu com sua experiência na Europa para propor uma nova formação dos Oficiais. O Marechal José Pessoa contribuiu para a modernização do Exército Brasileiro, o que já se percebeu entre 1931 e 1934, período em que foi o diretor da Escola Militar de Realengo e reestruturou suas instalações e organização. Seu grande legado foi separar a política da formação dos Oficiais, o aperfeiçoamento do ensino militar, suas obras escritas e os diversos atributos atitudinais em que nos espelhamos de maneira perene.

O Marechal José Pessoa, ao ser nomeado como presidente da Comissão de Localização da Nova Capital, viajou, em 1955, ao Planalto Central, a fim das tratativas que estavam sob sua responsabilidade. A Comissão escolheu o Sítio Castanho e logo ocorreu sua demarcação, tendo o Marechal José Pessoa papel muito importante nas questões de desapropriação de terras, já que envolviam diversos interesses políticos e a viabilidade de construção da nova capital federal. Mesmo com 69 anos e já na reserva, o Marechal José Pessoa não economizou esforços em liderar sua equipe na proposição arquitetônica da nova capital federal, propondo sua infraestrutura básica. Fruto de sua grande importância na demarcação e transferência da nova capital federal, o Marechal José Pessoa contribuiu para a integração nacional e para o melhor aproveitamento econômico do território

brasileiro.

A biografia do Marechal José Pessoa nos aponta seu comprometimento com o Exército Brasileiro e, por conseguinte, com os interesses do Brasil, quer seja por meios dos novos conhecimentos dos carros de combate, quer seja pelo ensino de qualidade da AMAN ou mesmo pelas consequências da criação da nova capital federal. Os fatos explicitados nesses eventos históricos devem ser enaltecidos e lembrados em todo Brasil, sendo motivo de exemplo para civis e militares. No mundo em que vivemos de constante agitação política, econômica, ideológica e social, a obra do Marechal José Pessoa nos parece recente, viva e inspiradora. Mais que conceitos e conhecimentos trazidos, o Marechal José Pessoa nos lega valores e atributos que estarão sempre presentes no Exército Brasileiro.

REFERÊNCIAS

AHIMTB. **O espadim dos cadetes do Exército, cópia fiel em escala da espada de campanha do Duque de Caxias e há 65 anos símbolo da honra militar.** 1996. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/guarara5.htm>. Acesso em: 21 Jan 2021.

ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de. **Os Tanks na guerra europeia: 1914-1918.** Rio de Janeiro: Albuquerque e Neves, 1921.

AQUINO, Fernando. Marechal José Pessoa: pioneiro de Brasília. **Planalto em Pauta.** 21 Abr 2020. Disponível em: <https://planaltoempauta.com.br/marechal-jose-pessoa-pioneiro-de-brasilia/>. Acesso em: 22 Jan 2021.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. **Blindados no Brasil: um longo e árduo aprendizado.** Bauru: Taller, 2011.

BENTO, C. M. **75 anos da AMAN em Resende.** AHIMTB, 2019a. Acesso em: 21 Jan 2021. <http://www.ahimtb.org.br/75%20ANOS%20DA%20AMAN%20EM%20RESENDE.pdf>.

_____. **Brasil: pensadores militares (1631-1990).** Barra Mansa: Gráfica Drumond, 2019.

CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessoa: a força de um ideal.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

_____. Marechal José Pessoa: o centenário de um idealista. **A Defesa Nacional**, v. 717, 1985. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/ADN/article/view/5150>. Acesso em: 31 Jan 2021.

_____. O Marechal José Pessoa e Brasília. **Revista Da Cultura.** n. 20, 2012. Disponível em: http://www.funceb.org.br/images/revista/23_5o3r.pdf. Acesso em: 22 Jan 2021.

CASCARDO, F. C. **O Tenentismo na Marinha**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTRO, C. Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da escola militar. *Revista de Estudos Históricos*. n. 7, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1986>. Acesso em: 31 Jan 2021.

_____. **Os militares e a introdução da educação física no Brasil**, p. 61-78, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6699>. Acesso em: 31 Jan 2021.

_____. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A Companhia de Carros de Assalto: uma oportunidade (quase) perdida. **A Defesa Nacional**. p. 62-75, 2016.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Academia Militar: Dois séculos formando oficiais para o Exército**. Resende - RJ: IPSIS, 2011.

_____. Marechal José Pessoa: soldado do idealismo na interiorização da nova capital federal. **Noticiário do Exército**. 20 Abr 2020. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93K_cunQI/content/id/11369824. Acesso em: 22 Jan 2021.

GORGIS, L. E. **Marechal José Pessos e a I Grande Guerra**. 2010. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/O%20MARECHAL%20JOS%C3%89%20PESSOA%20E%20A%201%C2%AA%20GUERRA%20MUNDIAL%20E%20INFLU%C3%8ANCIAS%20DOU-TRIN%C3%81RIAS.pdf>. Acesso em: 13 de Jan 2020.

LOTT, F. **A família como base: nacionalismo, Exército e educação**. Rio de Janeiro: 6º Seminário Fluminense de Pós-Graduação em História, 2015.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000.

PECHMAN, R. **Verbete José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque**. 2019. (CPDOC, Editor). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PES-SOA,%20Jos%C3%A9.pdf>. Acesso em: 21 de Jan 2021.

PONTUAL, Helena. Do Quadrilátero Cruls ao Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. **Senado Federal**. 2006. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil-50anos/not02.asp>. Acesso em: 22 Jan 2021.

ROCHA, Anderson; PESSANHA, Eliezer. **Marechal José Pessoa e a Epopeia da Construção da Nova Capital Federal**. DefesaNet. 3 Out 2019. Disponível em: <https://www.defesa-net.com.br/ecos/noticia/34427/Marechal-Jose-Pessoa-e-a-epopeia-da-construcao-da-nova-Capital-Federal/>. Acesso em: 22 Jan 2021.

RODRIGUES, F. d. **A Formação de uma elite militar no Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006.

GENERAL PEDRO AURÉLIO DE GÓES MONTEIRO

TC Inf Ten Cel Inf **FABRÍCIO LINO ROSA**, Ten Cel Inf **HENRIQUE DE QUEIROZ HENRIQUES**, Maj Art **FLÁVIO DE PAIVA SILVA**, Maj Inf **RODRIGO BEZERRA DE AZEVEDO**, Maj Cav **ALEXANDRE LEPRI DE MEDEIROS**, Maj Inf **FREDERICO INÁCIO BARROS SILVA**, Maj Inf **GUSTAVO HENRIQUE DO NASCIMENTO MONTEIRO**, Maj Inf **RODRIGO PEDROSO DA SILVA**, Maj Art **PAULO DAVI DE BARROS LIMA FILHO**, Maj Com **FELIPE DA SILVA ARAÚJO**, Maj Art **ABNER DE OLIVEIRA E SILVA JUNIOR** e Maj Cav **FÁBIO TEIXEIRA COSTA SOUTO MARTINS**.¹

1. INTRODUÇÃO

O cenário político interno do Brasil no século XX passou por vários momentos significativos e o Gen Góes Monteiro foi um destacado protagonista de muitos desses episódios.

Pedro Aurélio de Góes Monteiro nasceu em 12 de dezembro de 1889, em São Luís do Quitunde, Alagoas, e faleceu em 1956, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1903, se mudou para o Rio de Janeiro, a fim de ingressar na Escola Militar do Realengo, o que aconteceu no ano seguinte quando contava com 14 anos de idade. Transferido para Porto Alegre em 1906, de lá saiu aspirante a oficial da arma de Cavalaria, em 1909. Foi promovido a segundo tenente em 1914 e em 1916 se casou com a senhora Conceição Saint-Pastous, tiveram dois filhos, Maria de Lourdes e Pedro.

Na década de 1920, Góes Monteiro teve atuação destacada no enfrentamento aos Movimentos Tenentistas. Ele participou do combate aos Dezoito do Forte, à Revolução Paulista e à Coluna Prestes (SANZIO, 2020, p.13).

Durante a Revolução de 1930, assumiu o comando militar do movimento revolucionário articulado para depor o presidente Washington Luís. Após parti-

¹ Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

cipar do início do movimento em Porto Alegre, comandou o deslocamento das tropas revolucionárias em direção ao Rio de Janeiro, capital federal do país, tendo recebido a notícia da deposição de Washington Luís quando se preparava para penetrar no estado de São Paulo, principal reduto situacionista. Por estes fatos, passou a desfrutar de grande prestígio junto ao novo governo que era presidido por Getúlio Vargas (FGV CPDOC, 2020).

Góes Monteiro também foi um dos personagens centrais durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937 a 1946). Coube a ele o papel de garantidor do apoio militar que permitiu a instauração e manutenção da ditadura varguista, bem como a articulação do movimento que depôs Getúlio em 1946.

A seguir, serão analisados três eventos históricos contidos na biografia do General Góes Monteiro, destacando a relação entre os fatos ocorridos, a sua postura atos e sobre o papel institucional do Exército Brasileiro na atualidade, concluindo sobre os ensinamentos deixados para a Instituição.

2. DESENVOLVIMENTO

a. GÓES MONTEIRO E OS MOVIMENTOS TENENTISTAS: 18 DO FORTE, REVOLUÇÃO PAULISTA E COLUNA PRESTES

O Clube Militar foi fechado no dia 1º de julho e, conforme relata McCann (2007, p. 340), quatro dias depois, em 5 de julho de 1922, a revolta se iniciou. Isso se deu sob a liderança de Euclides Hermes, filho de Hermes da Fonseca (BUENO, 2012, p.310). No Forte de Copacabana, “à uma hora da manhã [...], um dos canhões do forte foi disparado: era a senha para os demais fortes do Rio de Janeiro aderirem ao levante. Mas o tiro de pólvora seca ecoou solitário pela baía” (BUENO, 2012, p. 310). Inicialmente, a revolta contava com 301 homens, dos quais restaram apenas 28 devido ao abandono dos demais após os bombardeios realizados contra o forte e seus revoltosos. Esses 28 iniciaram sua caminhada pela Avenida Atlântica e, conforme BUENO, “na altura do hotel de Londres, [restavam] apenas 18; os demais desertaram. A eles, junta-se um transeunte civil [...], Otávio Correia.”

Da leitura da obra de Bueno (2012, p. 312), entende-se que os revoltosos em sua caminhada sofreram “saraivadas de tiros”, entretanto Fausto (2013, p. 263 e 264) dá conta de uma “troca de tiros”. Em que pese a discrepância entre

os relatos, resta que “sobrevivem apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes - justamente os dois líderes do movimento que entraria para a história com o nome de ‘Os 18 do Forte’ (BUENO, 2012, p. 312).

Destaca-se que “os 18 do Forte” é um fato que se relaciona diretamente com os demais movimentos tenentistas, servindo-lhes como estopim e criando a legenda do “tenentismo”, como apontado por Fausto (2013, p. 263 e 264). Destaca-se, ainda, que Góes Monteiro, “embora como oficial aluno [da EsAO] ele se mantivesse à margem dos acontecimentos, apoiou o governo na crise” (McCANN, 2007, p. 357), ou seja, assumiu posição ao lado da legalidade. Cabe, ainda, ressaltar que tal postura pode ser vista no papel institucional atual do Exército como esteio da legalidade no Brasil, conforme prevê a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 142.

A Revolução Paulista de 1924 ocorreu no dia 5 de julho, exatamente dois anos após a eclosão dos “18 do Forte”. Segundo Bueno (2012, p.314), tinha como objetivo a deposição do presidente Artur Bernardes e foi comandado pelo general da reserva Isidoro Dias Lopes, pelo Major Miguel Costa (então comandante do 1º Regimento de Cavalaria da Força Pública) e pelo tenente Joaquim Távora.

Nas primeiras horas de 5 de julho de 1924, cinco tenentes, além dos capitães Joaquim e Juarez Távora e Newton Estillac Leal, tomaram o quartel do 4º Batalhão de Cavalaria e juntaram-se ao Major Miguel Costa e seus soldados da Força Pública e transformaram o quartel-general da polícia no posto de comando revolucionário do General Isidoro Dias Lopes (McCANN, 2007, p. 348).

“Assim, os rebeldes tomaram o poder. Mas não por muito tempo” (BUENO, 2012, p. 315). McCann (2007, p. 348 a 352) relatou a tentativa frustrada, por parte dos rebeldes, de tomar o palácio dos Campos Elíseos, sede do governo estadual paulista; o equilíbrio entre as forças; a percepção, da parte de Isidoro Dias Lopes de que os rebeldes entrariam em uma armadilha e de que seria necessária uma retirada; a revogação dessa, devido ao governador de São Paulo e suas forças terem abandonado a cidade; os bem sucedidos bloqueios dos acessos ao Rio, realizados pelo General Eduardo Sócrates, comandante da 1ª Região Militar, a mando de Setembrino de Carvalho (o, então, ministro da Guerra); o bombardeio de São Paulo pelas forças legalistas; a morte de Joaquim Távora; as subseqüentes tentativas fracassadas de negociação junto ao governo, por Dias Lopes; e, por fim, a retirada de 3 mil homens, na noite de 27 de julho de 1924.

Ressalta-se que essa rebelião se relaciona aos outros levantes, como “o das guarnições missionárias do Rio Grande do Sul, que, ao comando de Luís Carlos Prestes, que iniciara a longa jornada pelo interior do país [...] hostilizada pelas forças policiais ao serviço das oligarquias [...]” (SODRÉ, 2010, p. 271), sem contar sua relação direta com “Os 18 do Forte”, cuja data de início homenageou diretamente, dois anos depois. Ressalta-se, ainda, que Góes Monteiro foi mandado, já como capitão, a Santos para ajudar a organizar as forças federais após a tomada de São Paulo e não escondeu sua postura de desgosto com o bombardeio contra São Paulo, conforme relata McCANN (2007, p. 357).

Houve, ainda, dentro do Tenentismo, a Coluna Prestes. Conforme a obra de Bueno (2012, p. 315-317), esse foi o nome pelo qual ficou conhecida a 1ª Divisão Revolucionária, formada pelo encontro de cerca de 2 mil gaúchos sob as ordens de Luís Carlos Prestes com os remanescentes da revolta paulista, com Miguel Costa, que se encontravam no Paraná. A decisão era de prosseguir a marcha e invadir o Mato Grosso, porém a Coluna acabou percorrendo cerca de 25 mil quilômetros pelo Brasil e trechos de Paraguai e Bolívia. Ainda segundo Bueno (2012, p. 317-318), “o objetivo da Coluna Prestes era percorrer o interior do Brasil para propagar o ideal revolucionário e conscientizar a população rural, fazendo-a sublevar-se [...]”. Sodré (2010, p. 271) indica o mesmo objetivo, enquanto Fausto (2013, p. 265-266) defende o propósito de propagar a ideia da revolução e levantar a população contra as oligarquias. McCann (2007, p. 353), por sua vez, acrescenta que o propósito não era o de tomar o Rio de Janeiro, mas manter a vida dos revolucionários, manter a coluna em movimento e fazê-la parecer invencível, no que houve certo sucesso, até que se refugiassem na Bolívia, em 1927.

“O efetivo da Coluna Prestes nunca ultrapassou 1500 pessoas [...]” (BUENO, 2012, p. 318) e seu deslocamento, segundo o mesmo autor, era rápido, de vilarejo em vilarejo, evitando o choque frontal com as forças legalistas. O deslocamento da Coluna se iniciou em 1925 e, em março de 1927, “após uma penosa travessia do Pantanal, parte dos integrantes da Coluna, comandados por Siqueira Campos, chegou ao Paraguai. O restante, sob a liderança de Prestes, ingressou na Bolívia” (BUENO, 2012, p. 318-319).

Salienta-se que “o elenco de combatentes de ambos os lados incluiu muitos dos principais atores da política militar e civil brasileira nas décadas seguintes” (McCANN, 2007, p. 353), como Juarez Távora (seria ministro da Agricultura na Era Vargas), Eduardo Gomes - ambos revolucionários - e Góes Monteiro (futuro ministro do Exército e Chefe do Estado-Maior do Exército) - legalista -, o que marca a relação entre a Coluna Prestes e o próprio tenentismo aos fatos futuros, como a Revolução de 1930 e a deposição de Vargas, em 1945.

Ressalta-se, ainda, a participação de Góes Monteiro na repressão à Coluna Prestes, como chefe do estado-maior de Álvaro Guilherme Mariante, empurrando a Coluna Prestes-Miguel Costa de encontro à fronteira paraguaia, em 1925; e organizando “grupos de caça”, com jagunços a soldo, na Bahia, em 1926, sem, contudo, conseguir deter nem derrotar os rebeldes, conforme relata McCann (2007, p. 357-358). Faz-se importante, ainda como observação desse mesmo autor, destacar a consternação de Góes Monteiro com o despreparo do Exército e sua consequente conclusão quanto à necessidade de preparo dessa instituição previamente ao surgimento de uma ameaça estrangeira real ao país.

Cabe salientar o papel atual do Exército de se fazer presente em todo o território nacional, já visível desde o combate à Coluna Prestes, ou mesmo antes disso. Sua atuação foi marcante ao longo dos aproximados 25 mil quilômetros percorridos pela Coluna, como se nota na prisão do Tenente-Coronel Paulo Krüger no Maranhão e nas ações de Góes Monteiro no interior da Bahia.

Diante do exposto acerca do Tenentismo, infere-se que esse evento contido na biografia de Góes Monteiro foi crucial como predecessor das grandes mudanças políticas que viriam com a Revolução de 1930, fato com o qual tem destacada relação, e a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Brasil. Além disso, trouxe, por intermédio de figuras que teriam ressaltado papel institucional futuro, como Góes Monteiro, ensinamentos como a importância do papel do Exército na defesa da legalidade e a necessidade de melhor preparo institucional, a fim de fazer oposição eficaz contra as possíveis ameaças internas e externas ao Brasil. Tais ensinamentos ligam-se diretamente aos variados papéis institucionais que o Exército Brasileiro desempenha na atualidade.

b. GÓES MONTEIRO E AS REVOLUÇÕES DE 1930 E 1932

A revolução de 1930 marcou o fim da República Velha ao encerrar a chamada República do Café com Leite, que centrava o poder político do país nos estados de São Paulo e Minas Gerais (FGV, 2020). Em 1929, sob influência da grave crise econômica e social gerada pela quebra da bolsa de Nova Iorque, o Estado de São Paulo rompeu a aliança com Minas Gerais e indicou o paulista Júlio Prestes para presidente da República.

Desse modo, um movimento revolucionário, liderado pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba fez surgir a Aliança Liberal. Militarmente,

tal aliança encontrou suporte na baixa oficialidade do Exército, tendo como principal liderança o Tenente-Coronel Góes Monteiro. Legalista durante as revoltas tenentistas, ele viu na conjuntura política pré-revolucionária a oportunidade de implementar ideias de centralização política e industrialização (FGV, 2021).

A Revolução de 1930, após o assassinato por motivo passional de João Pessoa, candidato à vice-presidência pela Aliança, destituiu do poder o presidente Washington Luís, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e levou à presidência o gaúcho Getúlio Vargas. As conspirações para o êxito do movimento revolucionário ocorreram sobretudo no Rio Grande do Sul, perpetradas por Góes Monteiro (FGV, 2021a).

Em ato seguinte, a Revolução de 1932 carregou os ressentimentos paulistas pela suposta dissonância de sua pujança econômico-financeira com o – agora limitado – poder político que gozava. Outra causa central da Revolução de 1932 foi o hiato constitucional gerado pela revogação da Constituição de 1891 em 1930 por Getúlio Vargas. Tal Constituição era favorável ao poder oligárquico paulista e à maior independência dos Estados. Getúlio, no poder desde 1930, ainda não havia convocado nova Assembleia Constituinte, trazendo flagrante clamor popular para que o fizesse rapidamente (FGV, 2021b).

Destaca-se a participação do Exército na crise em três correntes: a legalista, constituída pela alta oficialidade, a revolucionária, organizada em torno de Góes Monteiro, e a dos tenentes (FGV, 2021a). O papel do General Góes Monteiro nas Revoluções de 1930 e 1932 foi central, sendo líder militar de grande influência no campo político à época.

Por ocasião da Revolução de 1930, Góes Monteiro exerceu o comando militar do movimento, adotando posição contrária às tropas legalistas. Sua decisão de apoiar a revolução foi surpreendente, pois o histórico de sua carreira militar o conduziria naturalmente ao generalato. Assim, assumiu o risco de perder sua reputação em nome de suas convicções (ALMEIDA, 1933).

Nessa ocasião, Góes Monteiro possuía:

A convicção de que a atitude que tomava era em bem da Pátria ameaçada de dissociação por urna política que só fazia malefícios ao povo, reconhecendo que pelos meios pacíficos era impossível mudar a mentalidade dos dirigentes, dos homens que se assenhorearam do poder, e que deles usavam e abusavam para satisfazer os baixos apetites pessoais e interesses facciosos, não produzindo nenhum bem para a coletividade. (ALMEIDA, 1933).

Ou seja, desejava pôr fim a um sistema oligárquico vigente, em defesa do desenvolvimento nacional, de aumento de maior representatividade na condução política do país, e de direitos políticos, como, por exemplo, o voto secreto (FGV, 2021a).

Góes Monteiro fundou a Legião de Outubro, cujos objetivos eram “impedir ou deter a divisão nas forças armadas e as incompatibilidades no meio político”, bem como congregar civis e militares para defender os princípios e as obras da revolução. Além disso, Góes deu outra versão complementar: o clube teria por fim impedir que os “tenentes”, debatendo ali suas preocupações políticas, transferissem essas atividades para os quartéis, interferindo negativamente na preservação dos regulamentos disciplinares. (FGV, 2021a)

Em 1932, Góes Monteiro foi o líder da contraofensiva governista e comandante em chefe das forças do Leste. Foi o responsável pelo cerco e isolamento a São Paulo e pelo combate de rebeldes no Mato Grosso. Já desfrutava de grande prestígio junto a Getúlio Vargas e atuava por vezes como representante do Governo Provisório, indício claro de sua proeminência política à época (FGV, 2021b).

Ao fim da revolução de 1932, influenciou o governo para que fosse concedida anistia aos militares opositores e fosse promovida a reincorporação dos mesmos às Forças Armadas. Cabe ressaltar que Góes Monteiro havia perdido o irmão, Cícero Augusto de Góes Monteiro, em combate contra os paulistas. Assim, de modo abnegado, evitou punições aos derrotados a fim de não os prejudicar em suas carreiras e restaurar a coesão no seio das Forças Armadas. Tornou-se assim o promotor da homogeneização das Forças Armadas, a fim de livrá-las do jugo da influência política e permitir a profissionalização das mesmas à altura da missão que possuem (ALMEIDA, 1933).

Esgotou, também, a mística tenentista ao defender que qualquer ação das Forças Armadas deveria ser precedida do envolvimento e aquiescência dos mais altos escalões, colaborando para o fim da grande instabilidade que vigorava nos quadros de oficiais subalternos desde a década de 1910.

Após as mencionadas revoluções, as posições de Góes Monteiro sobre o Brasil sempre foram de profunda crítica e realismo. Suas duras opiniões estendiam-se desde questões de organização político-social do país até à própria conformação histórico-psicológica do homem brasileiro, o qual ele chamava de excessivamente otimista ou excessivamente pessimista, sempre distanciado da realidade sóbria (ALMEIDA, 1933). Tais observações foram fruto dos óbices ob-

servados na revolução de 1930, quando pôde perceber a ineficiência do Exército e da Marinha, bem como a corrupção e o personalismo latentes no setor político.

Sua visão dos valores brasileiros era, de igual modo, relutante. Em seus escritos afirma que “as questões brasileiras são muito complexas, os nossos valores reais são escassos, os casos pessoais privados, particulares, regionais, são inumeráveis e tudo absorvem” (ALMEIDA, 1933). Para Góes Monteiro a grandeza do Brasil exigia valores nobres e caros que a massa política não possuía, gerando corrupção, fraco desenvolvimento e instabilidade social.

Em suas assertivas sobre as Forças Armadas, após os acontecimentos de 1930 e 1932, Góes Monteiro consolidou sua postura incômoda ao desaparelhamento e ao despreparo das mesmas, fazendo menção à falta de qualidade dos quadros, devido a problemas conjunturais de seleção e formação.

Fruto das dificuldades enfrentadas na mobilização e emprego das tropas para os levantes de 1930, propôs uma série de medidas, muitas posteriormente adotadas, para corrigir os problemas detectados. Como exemplo, propôs a adoção de um tipo de meritocracia que refinaria a promoção dos oficiais e a seleção de comandantes a fim de retirar de funções-chave o pessoal que não esteja comprometido e dedicado às lides esperadas de um chefe militar.

Seu pensamento e influência moldou o espírito militar dos líderes de sua época e sucessivamente até o dia de hoje. Seu discurso sobre o papel institucional das Forças Armadas inaugurou a linha que vê as Forças Armadas como “Forças construtoras” da nação. Góes Monteiro colocou tal base, ao reconhecer a falência e incapacidade da estrutura política nacional para resolver os problemas brasileiros.

Apesar disso, reconhece que tal contribuição das Forças Armadas ao país deve ser temporal, e que, em prosseguimento, deve haver a assunção do poder pela classe política. Suas palavras, proferidas 31 anos antes da Contra Revolução de 1964, soam quase como proféticas e, certamente, impulsionaram o país a clamar por suas Forças Armadas em períodos de turbulência político-social e descrença na capacidade dos políticos do país.

Do exposto nesta seção, pode-se concluir que a participação de Góes Monteiro nas revoluções de 1930 e 1932 influenciaram sua visão e pensamento sobre os problemas brasileiros e sobre as Forças Armadas. As posições que manifestou, após as mencionadas revoluções, serviram de base e influência para o prosseguir

mento da Era Vargas e para a adoção de mudanças estruturais nas Forças Armadas, muitas vigentes até hoje.

c. GÓES MONTEIRO E O ESTADO NOVO

O General Góes Monteiro foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército em meados de 1937, sendo o oficial general que por mais tempo ocupou a função. A nomeação de Góes se deu por insistência do General Dutra, Ministro da Guerra, que ameaçou abandonar a função caso o General Góes Monteiro não fosse nomeado. O presidente possuía pleno conhecimento de que o apoio e a liderança de Góes Monteiro facilitariam a neutralização dos opositores existentes nos estados, fortalecendo ainda mais a política adotada por Getúlio Vargas. Ressalta-se que Góes Monteiro era defensor de um regime mais centralizado e autoritário com a finalidade de promover a defesa nacional e colocar os interesses nacionais acima dos regionalismos existentes.

O General Góes Monteiro entendia que era necessário um Estado mais forte, com maior concentração de poder, para acabar com os regionalismos que causavam instabilidade. A maior concentração de poder favoreceria os investimentos na modernização e rearmamento do Exército, objetivo-mor de Góes, levando-o a apoiar o Estado Novo, regime caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, autoritarismo e anticomunismo (COUTINHO, 1956; MCCANN, 2009).

Assim, o General Góes Monteiro buscou o desenvolvimento de novas armas e equipamentos militares, bem como a elaboração de uma estratégia nacional de defesa, que era diretrizes para as “bases fundamentais do plano de guerra e dos seus derivados”. (COUTINHO, 1956, p. 340).

De acordo com MCCANN (2009), Góes, juntamente com o General Dutra, apoiou Vargas em troca do seu compromisso de equipar e armar o Exército e, como contrapartida, garantiria a paz social e política. Nesse sentido, Coutinho (1956) demonstra que a decisão de Dutra de apoiar a implantação do Estado Novo surgiu da conversa que teve com Góes Monteiro, quando este declarou que seus argumentos eram os mesmos quando da Intentona Comunista de 1935:

Omitindo, por inoportunas, quaisquer outras divagações analíticas, ou justificação, a meu ver, o Governo só poderá seguir, na presente emergência, três vias:

a) - Golpe de Estado, consistente em declarar abolida a Constituição atual até que outra seja promulgada, dentro de um prazo determinado, ficando ele na posse de todo o poder para atender às circunstâncias excepcionais do País. (COUTINHO, 1956, p. 311).

COUTINHO (1956) ainda afirma que a implantação de um governo forte e centralizador era vista como uma continuação da Revolução de 1930, cujo objetivo foi o de acabar com a degradação moral e a miséria social existente no país, mas, no entanto, não lograra tal intento. Segundo o próprio General Góes Monteiro:

Não foi para isso que lutei, mas sim para introduzir reformas substanciais na vida política e social do País, regenerando seus costumes e moralizando sua administração. Do contrário, seria implantar, abusiva e absurdamente, um sistema autocrático, o que seria inadmissível. (COUTINHO, 1956, p. 311).

O Plano Cohen surgiu nesse contexto de encontrar uma justificativa para a centralização dos poderes nas mãos do presidente Getúlio Vargas (MEZZARROBA, 1992). O documento descrevia um suposto plano de golpe de estado comunista, cuja provável autoria seria do Capitão Olímpio Mourão Filho, oficial do Exército e integralista desde 1932 (ALMEIDA, 2013).

Segundo Mezzaroba (1992) e McCann (2009), o General Góes Monteiro aproveitou parte do documento como embasamento para solicitar a decretação do estado de guerra pelo Congresso. Contudo, o próprio General desmente essa ideia em Coutinho (1956), quando afirma:

Em face de uma exposição do Ministro da Justiça, Sr. José Carlos Macedo Soares - que substituíra o Sr. Agamennon Magalhães - sobre a gravidade da situação - exposição fundamentada em grande parte no referido "Plano Cohen" e declarando que que fôra o mesmo captado pelo Estado-Maior do Exército - o Sr. Getúlio Vargas enviou mensagem ao Congresso solicitando a decretação do estado de guerra, uma aberração da Constituição de 1934 pela maneira como estavam redigidos os dispositivos a respeito de uma emergência fictícia e não real. Quando li na imprensa a justificação do pedido, fiquei desapontadíssimo: o documento não fôra captado no Estado-Maior, por onde apenas transitara; não fôra aí elaborado e sim, confessadamente, forjado por integralistas. (COUTINHO, 1956, p. 303).

No final da década de 1930, os EUA desejavam estreitar os laços com o Brasil visando o seu apoio na guerra com a Alemanha, que se avizinhava. O General Góes Monteiro, apesar da admiração que tinha pelo Exército Alemão desde os

tempos de tenente - inspirado pelos ideais dos Jovens Turcos -, sendo até mesmo acusado de germanófilo pela imprensa, tentou minimizar os danos causados junto ao governo dos EUA pelo posicionamento pró-nazifascismo de Getúlio Vargas quando do discurso deste no Dia da Batalha Naval de Riachuelo, em 11 de junho de 1940, a bordo do Minas Gerais, quando, após ser perguntado pelo Presidente sobre sua opinião acerca do discurso, respondeu que Vargas deveria ser cauteloso nas suas afirmações para não causar atritos desnecessários com os EUA, com quem o Brasil mantinha ótimas relações (COUTINHO, 1956).

Dessa maneira, o General Góes Monteiro demonstrou sua postura isenta e sensata face à situação apresentada, inclusive contribuindo para apaziguar, no dia seguinte, os ânimos deixados pelo discurso de Getúlio Vargas quando Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, solicitou sua presença para uma reunião com o embaixador norte-americano, Jefferson Caffery, para tratar do assunto.

Em outubro de 1940, quando em viagem marítima para o encontro de Chefes de Estado-Maior dos países americanos, em Washington, o General Góes Monteiro concluiu que deveria haver uma mudança radical nos planos de guerra e seus derivados, que ele mandara elaborar no EME anteriormente.

Segundo o General Góes Monteiro, era uma rotação de 180° nas bases fundamentais desses planos, ou melhor, o repúdio à passividade da 'Linha Maginot', por influência, talvez, dos brutais acontecimentos que ocorriam na Europa. (COUTINHO, 1956, p. 370).

Segundo COUTINHO (1956), para Góes Monteiro, essas mudanças profundas na doutrina militar brasileira, afastando-se dos pensamentos trazidos com a Missão Militar Francesa, os quais influenciaram a doutrina na EsAO e na ECEME, “revolucionavam o espírito estratégico então dominante em nossas Forças Armadas, e preconizavam a modalidade do risco extremo a fim de ganhar o máximo pela audácia (...)” (COUTINHO, 1956, p. 370).

Salienta-se que a postura do General foi importante para a evolução da doutrina militar brasileira, afastando-se do paradigma da guerra estática francesa. Assim sendo, tal evolução foi marcante, aproximando o Exército da doutrina militar norte-americana, situação que permanece até os dias atuais.

A influência do General Góes Monteiro para o fim do Estado Novo ficou explícita já no início de 1945, quando do seu retorno de Montevideu, onde havia desempenhado a função de Delegado no Comitê de Emergência e Defesa Política

da América. Segundo Coutinho (1956), o General tomou ciência da insatisfação reinante no país em relação ao fato de o Brasil lutar na Segunda Guerra Mundial contra as ditaduras nazifascistas, enquanto vivia algo semelhante com o Estado Novo. Em sua primeira reunião com Getúlio Vargas após sua chegada ao Rio, Góes Monteiro afirmou-lhe que havia retornado ao Brasil para “acabar com o Estado Novo” (COUTINHO, 1956, p. 405).

Na manhã de 29 de outubro de 1945, o General Góes Monteiro foi informado pelo Chefe de Polícia, João Alberto, que Getúlio Vargas determinara a substituição deste, colocando seu irmão, Benjamin Vargas, em seu lugar. Ainda, João Alberto relatou que o Presidente solicitou que tal medida não fosse informada previamente ao General (COUTINHO, 1956). Essa postura de Vargas representava seu interesse em permanecer no poder. Segundo o General Góes Monteiro:

(...) o Presidente Getúlio, com esse procedimento, faltava a todos os compromissos e deveres para comigo, que me estava sacrificando para mantê-lo no Governo. (...) Mas não houvesse dúvida, acrescentei, ele se enganara redondamente e sua carreira política estava liquidada, pois não podia durar num Governo em que só eu o aguentava com um esforço sobre-humano. (COUTINHO, 1956, p. 442).

Instado pelo General Gustavo Cordeiro, e apoiado por outros chefes militares, como o General Cordeiro de Farias, o General Góes Monteiro aceitou assumir o Comando em Chefe das Forças de Terra, Mar e Ar e “tomasse conta dos destinos do país, ainda que fosse unicamente para evitar uma luta civil.” (COUTINHO, 1956, p. 445). Assim, ele determinou a movimentação de tropas no Rio de Janeiro e em outras regiões do país a fim de evitar qualquer sublevação por parte de apoiadores de Vargas. Com isso, a deposição de Vargas se deu sem derramamento de sangue, assumindo a Presidência José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Conclui-se que o General Góes Monteiro teve papel vital e decisivo no Estado Novo. Isto pôde ser observado no seu protagonismo tanto na implantação quanto na manutenção desse período autoritário na História do Brasil, com destaque para o fortalecimento e modernização do Exército no período, frente às novas ameaças que surgiriam no cenário nacional e internacional, e que ainda refletem na instituição atualmente. Além disso, foi também o principal fiador da deposição do presidente Vargas em 1945, possibilitando a redemocratização do país.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do General Góes Monteiro nos eventos históricos denominados de Movimentos Tenentistas, Revoluções de 1930 e 1932 e Estado Novo, caracterizou o processo de amadurecimento das Forças Armadas e institucional do país.

Em síntese, a participação do General Góes Monteiro, nos eventos históricos analisados, balizou o posicionamento da instituição Exército Brasileiro, como no estabelecimento do Estado Novo e na deposição de Getúlio Vargas. Destaca-se que o posicionamento legalista do General Góes Monteiro contribuiu para o fortalecimento do papel desenvolvido pelo Exército Brasileiro como instituição de Estado, reverberando atualmente na Força Terrestre, garantindo sua imparcialidade e compromisso com o país.

Conclui-se que os ensinamentos deixados pelo General Góes Monteiro para o Exército Brasileiro, por sua atuação nos eventos que envolveram os Movimentos Tenentistas, foram a busca da legalidade das ações e respeito à hierarquia; o afastamento de questões políticas das lides internas da Força, bem como a necessidade de manter o Exército preparado para fazer frente a uma ameaça estrangeira ou mesmo interna. Tais afirmações podem ser observadas na conduta de Góes Monteiro que, desde os postos mais baixos, se manteve pautado pela correção de atitudes, disciplina e respeito aos valores da instituição, sempre agindo calcado na legalidade, contribuindo para a consolidação do papel institucional do Exército perante a sociedade Brasileira.

Pode-se concluir, ainda, que o General Góes Monteiro deixou importantes ensinamentos para a instituição, fruto da sua participação nas Revoluções de 1930 e 1932, influenciando o pensamento militar e a adoção de mudanças estruturais nas Forças Armadas. Suas posições, nos referidos eventos, demonstraram a importância de assumir riscos pelo bem da pátria, mesmo sob pena de prejudicar sua reputação. Identificou ainda a importância de impedir que os “tenentes”, transferissem suas preocupações políticas para os quartéis e pudessem interferir negativamente na preservação dos regulamentos disciplinares.

O General Góes Monteiro demonstrou, ainda, seu espírito pacificador ao defender a anistia aos militares opositores e a reincorporação destes às Forças Armadas, sendo um grande promotor da homogeneização das Forças Armadas. Além disso, ele propôs uma série de medidas, para corrigir os problemas detectados nas revoluções, relacionados à baixa qualidade dos quadros, implementando a meritocracia para melhorar a promoção dos oficiais e a seleção de comandantes em funções-chave, medidas vigentes até os dias de hoje.

Conclui-se, também, que outro ensinamento deixado, advindo da participação do General Góes Monteiro no Estado Novo, foi a necessidade de se manter uma força armada coesa, disciplinada, moderna, acima de qualquer interesse político e capaz de debelar qualquer movimento armado que atentasse contra os ideais democráticos do Brasil. Tais afirmativas foram observadas na atuação desse líder militar durante a confecção dos planos de guerra e da reestruturação do Exército, bem como na participação efetiva na deposição de Getúlio Vargas.

Por fim, verifica-se que o protagonismo do General Góes Monteiro nos Movimentos Tenentistas, nas Revoluções de 1930 e 1932 e no Estado Novo o colocam como uma das principais personalidades brasileiras do século XX. Sua postura legalista influenciou toda uma geração de oficiais que vieram a desempenhar um papel relevante para o país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo. **Gal Góes Monteiro, a revolução de 30 e o papel político do Exército**. Assis Cintra e Andersen editores, 1933.

BUENO, Eduardo. **Brasil uma história: cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes depõe**. Livraria Editora Coelho Branco, 1956.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. Companhia das Letras, 2007.

MEZZAROBA, Orides. **Plano Cohen: A consolidação do anticomunismo no Brasil**. Revista Sequência N° 24 Set 1992.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. Companhia das Letras, 2014.

SANZIO, Ricardo Rocha Gusmão. **O General Góes Monteiro e sua contribuição para a modernização do Exército Brasileiro**. Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para o Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar, 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Editora Expressão Popular. 2010

TREVISAN, Leonardo. **O Pensamento Militar Brasileiro**. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores, 2005. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em: 15 dez. 2020.

MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO

TC Inf **LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA E SILVA**, TC Inf **VANDO AZEVEDO SILVA**, TC Int **RODRIGO DIAS FREIRE DE ALMEIDA**, Maj Inf **AUGUSTO DE LIMA ALBUQUERQUE**, Maj Inf **EDSON ROSA PEREIRA JUNIOR**, Maj Inf **VÍTOR GONÇALVES LOUREIRO**, Maj Art **PAULO ZILBERMAN HENRIQUES**, Maj Eng **EDENILSON FABRICIO DE MELLO**, Maj Inf **JOÃO FAGUNDES MARÇAL**, Maj Inf **HENRIQUE DE OLIVEIRA MENDONÇA** e Maj Cav **THIAGO ITAMAR PLUM**.¹

1. INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro é uma instituição que manteve destacada participação em importantes eventos históricos do País. Nesse contexto, alguns de seus mais proeminentes líderes militares se tornaram vultos históricos de relevância nacional. Dentre eles, salienta-se o marechal Castello Branco.

Humberto de Alencar Castello Branco nasceu em 20 de setembro de 1897, em Fortaleza, Ceará. Ingressou nas fileiras militares no ano de 1918, na Escola Militar de Realengo, e chegou ao posto de Marechal, o mais alto posto da carreira. Sua rica bibliografia contempla inúmeros feitos e funções exercidas, como a participação na II Guerra Mundial, como Chefe da 3ª Seção da Força Expedicionária Brasileira (FEB), Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Chefe do Estado-Maior do Exército e relevante atuação no movimento cívico-militar de março de 1964, após o qual foi eleito Presidente da República.

O Brasil entrou oficialmente na Segunda Guerra Mundial em 22 de agosto de 1942, quando declarou guerra à Alemanha e à Itália, potências do Eixo, em resposta aos ataques nazistas que afundaram 31 barcos mercantes brasileiros. A participação brasileira no teatro de operações europeu ocorreu por meio da Força Expedicionária Brasileira, que operou na Itália ao lado dos Aliados entre setem-

1 Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

bro de 1944 e maio de 1945. A participação do Exército Brasileiro na Campanha da Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial projetou o país em um momento marcante da história da humanidade.

Nas décadas posteriores à guerra, o Brasil sofreu reflexos da Guerra Fria, conflito político-ideológico que opôs o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América ao bloco socialista, liderado pela União Soviética. A escalada da crise interna que se desenvolveu no Brasil durante o governo de João Goulart exigiu a intervenção do Exército no cenário político nacional, tomando as rédeas da Revolução Democrática de 31 de março de 1964.

Poucos dias após a revolução, a 11 de abril de 1964, Castello Branco foi eleito presidente pelo Congresso, permanecendo no cargo até 1967, dando início ao que ficou conhecido como o primeiro dos governos militares. O país foi conduzido por cinco presidentes militares diferentes, em um período de aproximadamente 21 anos. Dentre as características marcantes dos governos militares, verifica-se o legado do desenvolvimento nacional, principalmente nos setores de infraestrutura e indústria.

A história do Exército Brasileiro se confunde com a história do próprio país. Nos momentos mais significativos da trajetória do Brasil, o Exército esteve presente como um ator relevante, por intermédio de líderes ilustres como Marechal Castello Branco. Balizado por um pensamento democrático e pela busca do desenvolvimento nacional, em todos os campos do poder, o Exército Brasileiro contribuiu sistematicamente para o Brasil chegar nos dias atuais sendo uma das maiores democracias do mundo e um país em pleno crescimento no cenário global.

Diante de todos esses eventos históricos que marcaram a história recente do Brasil, é notória a manifestação das ações de Castello Branco dentro de um escopo de pensamento alinhadas com o atual papel institucional do Exército Brasileiro: de servir à Nação, de guardião da Constituição e do Estado republicano e democrático, e de pautar seus princípios na legalidade, legitimidade e estabilidade.

A seguir, a partir do estudo da História do Brasil no século XX, e da biografia do Marechal Castello Branco, serão analisados a Campanha da FEB, o movimento cívico-militar de 1964 e o governo de Castello Branco, destacando a relação entre esses fatos ocorridos, com a postura de Castello Branco diante de cada um deles e o papel institucional do Exército Brasileiro na atualidade, concluindo sobre a importância dessa relação para a consolidação da democracia no Brasil.

2. DESENVOLVIMENTO

a. A CAMPANHA DA FEB

A Segunda Guerra Mundial teve um papel determinante para a projeção internacional do Brasil, bem como para a modernização do Exército Brasileiro. No início do conflito, em setembro de 1939, o Brasil manteve-se neutro, conforme o decidido em outubro de 1939, pelos chanceleres do continente americano reunidos no Panamá. Entretanto, em dezembro de 1941 os Estados Unidos da América foram alvos do ataque japonês à base de Pearl Harbor no Havaí, fazendo com que o Brasil rompesse relações diplomáticas e econômicas com os países formadores do Eixo. (FROTA, 2000)

A entrada dos norte-americanos na guerra, inseriu o Brasil nos planos estratégicos dos aliados. A localização brasileira permitia o desembarque de tropas no norte da África por intermédio das cidades de Belém, Natal e Recife. Em maio de 1942, um acordo político-militar foi assinado com os Estados Unidos da América, permitindo a criação de duas comissões mistas para definir os termos do apoio brasileiro. No curso de 1942, após diversos navios mercantes brasileiros terem sido afundados por submarinos alemães, o Brasil declarou de guerra aos países do Eixo. (FROTA, 2000)

À época do conflito, a Força Terrestre possuía grande alinhamento doutrinário com a sua contraparte francesa, fruto da Missão Militar de Instrução contratada em 1919 para apoiar de maneira cerrada o desenvolvimento do Preparo e Emprego do Exército. Prova disso é que o próprio Marechal Castello Branco, que viria a ser designado como Oficial de Operações da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), servira junto à Missão Militar Francesa, como adjunto de instrução e ingressara, em 1936, na *École Supérieure de Guerre*, em Paris. (KORNIS, 2020)

Entretanto, os acontecimentos no Teatro de Operações Europeu impeliaram o governo de Getúlio Vargas e sua cúpula militar a quebrar o paradigma existente, buscando renovar e inovar em suas cooperações militares. Nesse contexto, os Estados Unidos apresentaram-se como a principal força capaz de debelar a ameaça representada pelos países do Eixo.

Inicialmente, ficara definido que os Estados Unidos da América forneceriam material para equipar as tropas brasileiras, e que o Brasil enviaria uma força expedicionária no valor de 01 corpo de exército, aproximadamente 100.000 ho-

mens (três divisões de infantaria e uma divisão blindada), mais 01 grupo aéreo de apoio. Entretanto, por meio da Portaria Ministerial 4744, de 9 de agosto de 1943, decidiu-se que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) teria como grande escalão de combate a 1ª DIE. O General Mascarenhas de Moraes foi designado seu comandante; ao então Tenente-Coronel Castello Branco coube a função de Oficial de Operações. (MOREIRA, 2020)

Para exercer essa função, o TC Castello realizou um estágio em *Fort Leavenworth, Kansas*, juntamente com outros oficiais do Estado-Maior da Divisão. O principal objetivo dessa atividade foi aclimatar o EM às características da doutrina americana: “movimentos rápidos e audaciosos, altamente motorizados, (...) reduzem as marchas a pé e a cavalo”. (KORNIS, 2020)

A 1ª DIE foi formada com base na doutrina norte-americana e era constituída de Infantaria Divisionária (ID), Artilharia Divisionária (AD), Batalhão de Engenharia (BE), Batalhão de Saúde (BS) e Tropa Especial. Esta última, composta por elementos de apoio e um esquadrão de reconhecimento (Esqd Rec). O Exército Brasileiro que, até então, era moldado em doutrina e padrões franceses, enfrentou o desafio de criar organizações militares novas para atender à FEB, para os quais não dispunha de pessoal, tampouco material. (FARIA, 2015, p. 241)

Para tanto, empregou organizações militares de diferentes partes do território nacional, o 1º Regimento de Infantaria da Vila Militar, no Rio de Janeiro; o 6º Regimento de Infantaria, de São Paulo; o 11º Regimento de Infantaria, de Minas Gerais; o 9º Batalhão de Engenharia, de Mato Grosso, e os três grupos de artilharia (de 105 a 155 milímetros), do Rio de Janeiro e de São Paulo. Oficialmente criada em agosto de 1943, a divisão necessitaria ainda de um ano para realmente tornar-se instruída e pronta para o serviço. Ao todo, a FEB contou com efetivo de mais de 25 mil homens. (WILLIAMS, 1986)

No final de 1943 decidiu-se o destino da FEB: o teatro de operações do Mediterrâneo. O TC Castello Branco integrou o 1º Escalão do embarque, ocorrido na noite de 30 de junho para 1º de julho de 1944, no navio norte-americano General W. A. Mann, sob o comando do general Zenóbio da Costa, comandante da Infantaria Divisionária da 1ª DIE. A Força Expedicionária Brasileira uniu-se às tropas do V Exército Norte Americano, com a missão de colaborar na manutenção do contato com os alemães, impedindo sua retirada para o território francês, onde dar-se-ia a ofensiva final aliada. (MOREIRA, 2020)

A FEB teve o seu batismo de fogo na região do Vale do Rio Serchio, onde conquistou importantes vitórias, como em Massarosa, Camaione e Monte Prano (MORAIS, 1947). Entretanto, a grande dificuldade imposta pela defensiva alemã, no nível operacional, constituiu-se na Linha Gótica, posição estabelecida com o intuito de bloquear a pressão dos Aliados na região. Tendo em vista que os planejamentos realizados pelo Estado-Maior da FEB vinham sendo bem-feitos, o Comando do V Exército julgou a tropa apta a cumprir a difícil missão de tomar Monte Castelo, uma elevação de grande importância na Linha Gótica fortemente defendida pelos alemães.

Nesse embate, toda a preparação e resiliência do TC Castello Branco foram testadas. As investidas iniciais não surtiram efeito, e após três ataques entre novembro e dezembro de 1944, o Monte Castello ainda pertencia ao inimigo. Porém, em 1945, após aproveitar o inverno para instrução da tropa, em 20 de fevereiro, com temperaturas menos rigorosas, o V Exército planejou e a FEB participou da execução da Operação *Encore*. O Monte Castello, palco de três insucessos brasileiros em 1944, foi conquistado em 21 de fevereiro, abrindo caminho para o sucesso aliado na região. (BROOKS, 2003)

Prosseguindo no sucesso alcançado, a FEB conquistou ainda Belvedere, Mazzancana, Capela de Ronchidos, Morro De La Toracia, La Serra, Soprassasso e Castelnuovo Di Vergato, que levaram à ocupação dos Montes Apeninos, caracterizando a execução plena do Plano *Encore*. A conquista de Castelnuovo de Vergato, em 5 de março de 1945, foi assim descrita pelo Gen Div Octávio Pereira da Costa, que à época era primeiro-tenente, servindo como oficial de inteligência do 1º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria: “foi uma obra-prima de concepção tática, de autoria pessoal de Castello.” (SANTOS, 2004, p. 25)

Já comandante da FEB, o Marechal Mascarenhas de Moraes, em seu livro *Memórias*, registrou o seguinte sobre a participação do TC Castello Branco durante a campanha da Itália:

Nesse conflito de paixões que a guerra provoca e alimenta, a Seção de operações do estado-maior divisionário, chefiada pelo Tenente-Coronel Humberto de Alencar Castello Branco, portou-se à altura de suas responsabilidades, sem destas nunca se eximir, proporcionando ao comandante da FEB os dados de decisão, pelo qual se fez responsável esse chefe, tanto nas ações frustradas da defensiva-agressiva, como nas que coroaram de brilhantes vitórias nas ofensivas de fevereiro a abril de 1945. (MORAES, 1984, apud SANTOS, 2004, p. 23)

Por todas as dificuldades apresentadas à nossa Força Expedicionária, o Estado-Maior - e particularmente o Oficial de Operações - foram exigidos em altos níveis cognitivo, físico, psicológico e moral. A liderança exercida pelo TC Castello Branco alçou novos patamares, destacando-o cada vez mais no âmbito do Exército Brasileiro como um dos maiores líderes de sua gloriosa história.

Promovido ao final da guerra, o Coronel Humberto de Alencar Castello Branco foi designado para a Escola de Comando e Estado-Maior, no cargo de Diretor de Ensino, preparando a Escola para a nova doutrina militar, que não poderia mais ser a francesa, derrotada na guerra. Já o Exército Brasileiro ganhou muito com a sua participação no conflito mundial. A experiência em combate fez surgir nova mentalidade na oficialidade. Assim como o Coronel Castello Branco, diversos oficiais integrantes da 1ª DIE foram nomeados instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior e na Academia Militar, adaptando-as aos novos conceitos da guerra, introduzindo as modificações que se faziam necessárias. (SANTOS, 2004, p. 28)

Conclui-se parcialmente que a campanha da FEB foi um marco definitivo na vida de Humberto de Alencar Castello Branco, tendo desenvolvido seu caráter, conhecimento técnico e liderança, sendo esse desafio respondido à altura pelo então TC Castello Branco, que conduziu as tropas brasileiras aos sucessos hoje historicamente conhecidos e laureados, ao derrotar tropas nazistas nos campos da Itália demonstrando o esforço do Exército em lutar pela democracia, até mesmo fora do território nacional.

b. O MOVIMENTO CÍVICO-MILITAR DE MARÇO DE 1964

O movimento cívico-militar de 31 de março de 1964 refletiu a polarização da Guerra Fria. No início da década de 1960, o Brasil e o mundo viviam o auge da disputa ideológica, política e econômica sob forte influência das duas potências hegemônicas: os Estados Unidos da América (EUA), de ideologia capitalista e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), socialista (FAUSTO, 2013, 376-393). Internamente, essa conjuntura colocou em choque os ideais democráticos da nação brasileira e aqueles característicos da revolução do proletariado defendida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em coordenação com URSS e China, bem como com a cooperação do Partido dos Trabalhadores (PTB) e dos sindicatos. Salienta-se que Castello Branco, mantendo espírito febianista, era um defensor da democracia brasileira. Segundo o militar, havia uma diferença entre o pensamento comunista e o democrático, uma vez que “o primeiro vê na guer-

ra um fim e, o segundo, um meio de defesa de sua civilização atacada, não uma primeira razão da política e, sim, a última e a menos desejável.” (SANTOS, 2004, p. 230) Desse modo, essa bipolaridade ideológica ameaçou a coesão nacional, exigindo de suas Forças Armadas e, em particular, do Exército Brasileiro, firme atuação para a manutenção do Estado Democrático de Direito.

Por sua vez, a instabilidade política e econômica do país suscitava a necessidade da intervenção militar. A renúncia de Jânio Quadros e a posse do vice-presidente, João Goulart, intensificaram um quadro de tensão social interno, marcado pelo aumento dos saques e das greves generalizadas (BRITO, 2010, p. 13). Além disso, o início da década de 1960 foi marcado por um quadro caótico de hiperinflação, pelo radicalismo da esquerda brasileira, cujas lideranças, como Leonel Brizola e o Grupo dos Onze, pregavam a revolução (VAL, 2008, p.13). Ressalta-se a postura legalista e pragmática de Castello Branco que em 1963, como chefe do EME, emitiu um memorando defendendo a importância de uniformizar condutas e promover a coesão em defesa da legalidade da Constituição, bem como um discurso, no final do mesmo ano, no qual enfatizou a inadequabilidade das leis em promover a evolução política, econômica e social do Brasil à época. Assim, a crise nacional comprometia a segurança interna, fomentando a atuação do EB na defesa da lei e da ordem.

Outro motivo para a ação cívico-militar de 1964 foi a latente ameaça comunista. Diversos setores da sociedade, entre eles as Forças Armadas, observavam um alinhamento do governo de Goulart ao bloco socialista. Isto porque, esse mandatário participou ativamente de comícios e campanhas populares, visitou a China, bem como teve apoio de lideranças de esquerda como a de seu cunhado Leonel Brizola (FAUSTO, 2013, p. 376-377 e 390-392). Cabe destacar que Castello teve sempre uma postura conservadora e de combate ao comunismo, como pode ser observado no apoio à criação, ainda em 1952, da Cruzada Democrática, movimento preocupado com a infiltração comunista no meio militar, bem como por ocasião de sua carta em repúdio a postura da Revista do Clube Militar em 1950, devido aos artigos que denotavam uma simpatia ao regime comunista na Coréia do Norte. Em 1962 cada vez mais seus discursos traziam questão do combate ao comunismo, que lhe parecia influenciar crescentemente os líderes das organizações estudantis e do operariado, para ele “os militares que colocassem a doutrina comunista acima do compromisso de defender as instituições da nação deveriam exonerar-se das forças armadas” (KORNIS, 2020). Dessa maneira, o projeto comunista vislumbrava a instalação de um governo ditatorial no Brasil, motivando o EB para que assumisse seu papel de bastião da defesa nacional e desencadeasse a contrarrevolução em defesa da democracia.

O temor da desestabilização da instituição Forças Armadas concorreu para o movimento democrático de 1964. Desde 1955, os comunistas declaravam-se furiosamente legalistas, para melhor se infiltrarem em todos os setores do Brasil e se apoderarem de cargos e comandos nas Forças Armadas (SANTOS, 2004, p. 247-248). Ademais, o apoio de Goulart à politização dos militares, sobretudo das praças, sua leniência por ocasião da revolta dos sargentos em Brasília contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 12 de setembro de 1963 e do motim dos marinheiros, em 25 março de 1964, bem como sua participação na assembleia no Automóvel Clube em 30 de março de 1964, constituíram-se em importantes demonstrações da fragilização das estruturas militares, da hierarquia e da disciplina (REZENDE FILHO, 2007, p. 22 a 24). Cabe salientar que Castello Branco foi ferrenho defensor da coesão interna do EB, como por exemplo em seu discurso na ESG durante o Governo Vargas quando condenou o Manifesto do Coronéis (1954), e em seus discursos como diretor de ensino e formação (1961) já preocupado com as divisões ocorridas no seio das forças armadas em consequência da crise nos últimos meses sempre conclamou aos líderes para que restabelecessem a unidade e revigorassem o espírito militar (KORNIS, 2020). Dessa forma, essa possibilidade da quebra da unidade institucional reduziu o apoio dos militares ao governo, contribuindo para a eclosão do movimento democrático sob a liderança castrense.

A ação do EB foi apoiada por grande parte da população brasileira. A população e a opinião pública clamavam pela retomada da ordem interna, sendo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964, o ponto culminante com a participação de cerca de quinhentas mil pessoas. Cabe ressaltar que o Marechal Castello Branco se manteve leal ao seu espírito patriótico, decidindo pela defesa da constituição e não de um governo que a traía (MATOS, 1990, p. 38). Segundo o chefe militar, havia quem desejasse que as Forças Armadas ficassem omissas ou partidárias do comando da subversão, porém “submeter a Nação ao comunismo de Moscou isto sim, é o que seria a antipátria, antinação e antipovo” (SANTOS, 2004, p. 277).

A iminência de um golpe capitaneado por Goulart desencadeou o movimento democrático. Para tanto, a fim de insuflar as massas populares para pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base, ele organizou o comício de 13 de março de 1964, realizado na Estação da Estrada de Ferro da Central do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ). Tais reformas, caso não atendidas, deveriam ocorrer “na marra”, sendo esse um pretexto para a dissolução do congresso (OLIVEIRA, 2018, p. 22 e 23). Destaca-se que nessa ocasião Castello mostrou uma postura crítica ao

considerar inadequada a participação do Ministro da Guerra no referido comício, bem como definindo o ato do presidente Goulart como provocativo e ameaçador (KORNIS, 2020). Como Chefe do EME e legalista manteve posição de contenção e retardou ao máximo sua adesão e do EB ao movimento, mas reconheceu nesse momento que a legalidade conduzia o país ao comunismo (MATOS, 1990, p. 37 e 38). Assim sendo, o medo de um golpe ditatorial congregou as lideranças civis e militares do país, concorrendo para o protagonismo do EB na defesa do ordenamento e dos poderes constitucionais.

Ao eclodir o movimento na manhã de 31 de março, iniciado pelo Estado de Minas Gerais, as tropas que inicialmente mantinham-se ao lado de João Goulart gradativamente aderiram ao movimento cívico-militar. Cabe ressaltar mais uma vez a postura firme de Castello Branco em buscar a sinergia entre os comandos militares para realizar a oposição ao plano evidente de Goulart de usar os sindicatos operários como base política para a derrubada da estrutura constitucional (ALBUQUERQUE, 2011, p. 131). Assim sendo, militares e civis enxergaram em Castello Branco o líder que detinha a autoridade e o prestígio que o movimento necessitava para ser bem sucedido (LIMA, 2008, p.99).

O intuito da contrarrevolução era restabelecer a ordem política e democrática no país. Destaca-se que em 20 de março de 1964, Castello Branco emitiu uma circular aos generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e das organizações subordinadas, reafirmando que os meios militares nacionais e permanentes não eram propriamente para defender programas de Governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei. Ainda, que não sendo milícia, as Forças Armadas não eram armas para empreendimentos antidemocráticos (SANTOS, 2004, p. 276-277). Assim, a postura do presidente João Goulart escalou a crise interna em nível crítico, levando o Exército Brasileiro a romper com o Governo e destituí-lo, para recobrar a estabilidade da ordem política e democrática do Brasil.

Conclui-se, parcialmente, que o movimento cívico-militar de março de 1964 foi uma resposta da sociedade brasileira ao elaborado plano de transformação do Estado em uma “República Sindicalista”, com inspiração marxista-leninista. Nesse contexto de crise interna, caracterizada por retração econômica, polarização política-ideológica e inaptidão do Governo do presidente João Goulart, coube ao Exército Brasileiro e, em particular, à figura do Marechal Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército à época, liderar a contrarrevolução socialista de 1964, em prol da manutenção da democracia no território nacional.

c. O GOVERNO DE CASTELLO BRANCO

A primeira tarefa dos contrarrevolucionários em 1964 foi determinar a realização de eleições para presidente e vice-presidente dentro de dois dias a partir da publicação do Ato Institucional. Assim, Castello Branco foi eleito em 11 de abril, com 361 votos, diante de 72 abstenções e 5 votos para outros candidatos. Ao assumir a presidência do país, Castello Branco enfraqueceu as intenções comunistas e angariou estabilidade institucional, fortalecendo o seio da democracia brasileira.

Castello Branco determinou uma série de expurgos e prisões de conspiradores e rebeldes. Milhares foram presos durante a “Operação Limpeza”, inclusive membros de organizações católicas, como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Universitária Católica (JUC) e outras cujas atividades de organização ou caritativas atraíram a suspeita da inteligência militar ou do DOPS, a polícia política. Partidos políticos da esquerda também foram atingidos, como o pró-Moscou Partido Comunista Brasileiro (PCB), o maoísta Partido Comunista do Brasil (PC do B) e os trotskistas, como a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) (SKIDMORE, 1988, p. 36). Destaca-se a ênfase de Castello Branco para a segurança no Nordeste, pois ali atuavam muitos líderes considerados perigosos, como o governador de Pernambuco Miguel Arraes, o superintendente da SUDENE Celso Furtado, o especialista em alfabetização Paulo Freire, o advogado Francisco Julião, das ligas camponesas, e o velho ativista do Partido Comunista, Gregório Bezerra, configurando um verdadeiro reduto de instabilidade e desordem. Tal fato desestimulou a criminalidade e a desordem, ressaltando o aspecto da legalidade naquele período e tão pregado pelo Exército Brasileiro na atualidade.

A Escola Superior de Guerra teve papel preponderante no governo Castello Branco. No contexto da bipolaridade, a ESG subsidiou o discurso progressista de “correção de rumos” e a mentalidade de planejamento, programação e orçamentação dominantes durante o período em que os militares estiveram à frente do Executivo nacional. Destaca-se a implementação da Doutrina de Segurança Nacional, delineada pelo General Golbery Couto e Silva, como eixo central da Defesa Nacional, além da ativa participação na elaboração do Plano Econômico (FREITAS, 2004, p. 34). Dessa forma, é notório o envolvimento das Forças Armadas no pensamento geopolítico e formulação de políticas que contribuíram para as diversas realizações durante aqueles anos e que sustentam a credibilidade da instituição militar junto à sociedade brasileira até os dias atuais.

A equipe econômica do novo governo, liderada por Roberto Campos e Octavio Gouveia de Bulhões, parecia bastante qualificada para a ingrata tarefa de recuperar a economia nacional. O diagnóstico econômico do novo governo estava contido numa publicação de 240 páginas intitulada Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado por Campos e Bulhões (MORAES, 2016). Salienta-se a preocupação de Castello Branco com o bem estar socioeconômico da população, no sentido de recuperar a economia nacional e o poder de compra da população que estava assolada por uma inflação de cerca de 100% (cem por cento). Dessa forma, o governo pautava-se pelo princípio da estabilidade fortalecendo o regime democrático do Brasil.

Castello Branco editou o 2º Ato Institucional em 27 de outubro de 1965, com duração prevista até 15 de março de 1967 (fim do seu mandato). Seu principal propósito era tornar mais difícil qualquer vitória eleitoral da oposição. O presidente, vice-presidente e todos os governadores seriam eleitos, a partir de agora, indiretamente - o presidente e o vice-presidente pelo Congresso e os governadores pelas assembleias legislativas. Forneceu, novamente, ao chefe do governo, o poder de cassar os mandatos de todas as autoridades eleitas, inclusive parlamentares, assim como a autoridade para suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão (SKIDMORE, 1988, p. 72). O documento estabelecia ainda o aumento de 11 para 16 do número de ministros do Supremo Tribunal Federal. Além disso, o AI-2 abolia todos os partidos políticos então existentes (FICO, 2021). Ressalta-se a postura centralizadora de Castello Branco outrora, no intuito de prosseguir no programa de reformas que já apresentavam sinais iniciais de sucesso, sem interferências dos opositores do Parlamento. Nesse sentido, o referido governante buscou revestir seu ato político de institucionalidade, enfatizando o princípio da legalidade tão exaltado pelo Exército Brasileiro nos dias de hoje.

No plano internacional, a diplomacia do governo Castello Branco ficou caracterizada pela interdependência e pelo alinhamento automático aos Estados Unidos. A adesão aos princípios ocidentais, como o capitalismo, a democracia e o cristianismo, se contrapôs aos valores do bloco comunista. Nesse ínterim, os chanceleres Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães adotaram o universalismo, a autonomia instrumental e a busca pelo desenvolvimento como vetores estruturantes das relações exteriores do Brasil, como se pôde observar na ação da delegação brasileira que participou da criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964, pelo intercâmbio comercial com países do Leste Europeu, por meio da Comissão Mista Brasil-URSS, e pela

polêmica reaproximação com o salazarismo português, a fim de evitar que Cabo Verde e Angola caíssem para o comunismo (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014, p. 90). Dessa forma, salienta-se o discurso progressista elaborado por militares da ESG e, em particular, a diplomacia dos círculos concêntricos, do General Golbery Couto e Silva, como norteadores das prioridades no âmbito externo, caracterizando o papel estrategista e geopolítico exercido pelo Exército Brasileiro no período.

Em meio ao cenário regional, foram estabelecidos dois eixos prioritários de atuação: o Prata e o Amazonas. Quanto ao primeiro, as negociações com o Paraguai levaram à demarcação de fronteiras na região das Sete Quedas e à Ata das Cataratas, deixando claro que a rivalidade conflituosa com a Argentina havia sido substituída pela rivalidade natural (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014, p. 90). Ao se debruçar sobre a porção setentrional, destaca-se o rompimento das relações com a Venezuela e com Cuba, em obediência à doutrina Betancourt, devido aos ideais democráticos propugnados pela liderança ocidental. O apoio com cerca de 1.100 homens - além do comandante militar, o General Hugo Penasco Alvim - à intervenção norte-americana na República Dominicana, contribuindo com a Força Interamericana de Paz, ilustra a participação militar como suporte às pretensões externas e a importância da segurança coletiva para o desenvolvimento pretendido pelo governo Castello Branco.

Conclui-se, parcialmente, que o governo de Castello Branco rompeu com a escalada de desestabilização política, econômica e social instaurada durante e após a deposição do presidente João Goulart. Sua eleição, como chefe do poder Executivo, em um momento singular e crítico da nação brasileira, escancara que o Exército e seus integrantes não se curvam à interesses adversos, pauta suas condutas e decisões na legitimidade do Estado Brasileiro, como o bastião de sua sociedade, sempre em prol da estabilidade e dentro dos limites legais que lhe são impostos, impulsionando o desenvolvimento da nação brasileira.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Exército Brasileiro teve participação efetiva em acontecimentos marcantes no período republicano brasileiro, principalmente no século XX contribuindo, deste modo, para a projeção do país no cenário internacional. A atuação de líderes ilustres como Castello Branco foram fundamentais para a consolidação da república e dos ideais democráticos brasileiros vigentes até os dias atuais.

Em síntese, o Exército Brasileiro, ao longo de todo o período republicano, demonstrou ser um autêntico guardião de valores democráticos da nação, servindo de sustentáculo das instituições e da legalidade constitucional constituída. Por intermédio de grandes personalidades, como o Marechal Castello Branco, a Força Terrestre vem atuando em todos os campos do poder enfatizando seus princípios de legalidade, legitimidade e estabilidade.

Conclui-se, portanto, que a atuação de Castello Branco, desde sua destacada participação como Oficial de Operações da Força Expedicionária Brasileira, até a assunção da Presidência do Brasil, após as eleições indiretas em abril de 1964, personifica a atuação do Exército Brasileiro como instituição de salvaguarda dos direitos e deveres afetos a nação.

Neste contexto, as ações de Castello Branco como destacado chefe militar contribuíram para a derrocada do nazifascismo no mundo e foram fundamentais para a manutenção da ordem interna, com a derrocada do movimento comunista no Brasil e a manutenção da unidade territorial ao debelar as ações subversivas que tentaram se apoderar do país no início da década de 1960.

Conclui-se, ainda, que as ações de Castello Branco, já como Presidente da República foram fundamentais para a manutenção da democracia e para o reestabelecimento político e econômico do Brasil, dando início a importante período político da história do País, denominado de Governos Militares. Como descreve Frota (2000, p. 708) o Marechal Castello Branco assumiu encargos e deveres pesados e antipáticos de estabelecer a ordem interna e a síntese desse governo residiu na restauração da autoridade do presidente da República, recuperação econômica e anulação das forças políticas de esquerda, conforme Frota (2000, p.710).

Por fim, a atuação do Exército Brasileiro por intermédio de seus heróis, destaca a importância do papel institucional desempenhado pela Força Terrestre para a manutenção da República e a consolidação da democracia do País. Assim, o Exército se mantém como Instituição Nacional, permanente e fundamental para a história do Brasil, cujas contribuições de líderes como Castello Branco, enaltecem a tríade que pauta as ações de seus integrantes, representada pelos princípios da legalidade, legitimidade e estabilidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, João Gustavo Barbosa de. **A participação dos militares brasileiros na política nacional após a 2ª Guerra Mundial. Influências dessa participação no movimento cívico-militar de 31 de março de 1964, destacando a atuação do Marechal Castello Branco.** 2011. 183 f. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. 2011.

BRITO, Elisário. **O Exército e os Governos dos presidentes Médici e Geisel: contribuições dos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND).** 2010. 65 f. Monografia (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração Militar) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. 2010.

BROOKS, Thomas R. **The War North of Rome (June 1944-May 1945).** Capó Press, 2003.

CASTRO, Celso. **O golpe de 1964 e a instauração do regime militar.** Disponível em: O golpe de 1964 e a instauração do regime militar | CPDOC (fgv.br). Acesso em: 21 jan. 2021.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. **História das Relações Internacionais do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 14ª Ed. São Paulo: Editora EDUSP, 2013, 677p.

FARIA, Durland Puppim de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira.** Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Disponível em: Revista n°447 vol 24.qx4 (scielo.br). Acessado em 21 jan. 2021.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. **A escola geopolítica brasileira.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2004.

FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de História do Brasil.** Biblioteca do Exército. 2000.

KORNIS, Mônica. **Humberto de Alencar Castello Branco.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>. Acesso em: 18 dez. 2020.

LIMA, Ladislau Boaventura. **31 de março de 1964: imposição da força ou execução da vontade nacional?** 2008. 133 f. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. 2008.

MATTOS, Carlos de Meira. **Castello Branco - Oficial de Estado-Maior, Chefe Militar e Estadista.** A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n° 747, p. 29-41, 1990. Disponível em: <http://www.abbrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5541/4785>. Acesso em: 18 dez. 2020.

MORAES, Rafael. **O Governo Castello Branco e a Federação das indústrias do Estado de**

São Paulo: as bases do “Milagre” (1964-1967). Disponível em: O Governo Castello Branco e a Federação das indústrias do Estado de São Paulo: as bases do “Milagre” (1964-1967) (scielo.org.mx). Acesso em: 21 jan. 2021

MORAIS, João Batista Mascarenhas de. **A FEB por seu comandante.** Editora Progresso, 1947.

MORAIS, J. R. G. DE S.; ALVES, V. C. Da Influência Francesa à Norte-Americana: Análise da Blitzkrieg na Revista A Defesa Nacional (1936-1944). **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 10, n. 37, p. 59-70, 24 out. 2016.

MOREIRA, Regina da Luz. **1944: O Brasil vai à guerra com a FEB.** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB>. Acesso em: 12 Jan 2020.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação geral). **História oral do Exército na segunda guerra mundial.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001, t.5.

OLIVEIRA, Dêivid Neto de. **Legalidade e legitimidade do governo Castello Branco: uma análise de 1960 a 1967.** 2018. 49 f. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. 2018.

REZENDE FILHO, Marinho Pereira. **O Movimento Democrático de 31 de março de 1964: suas contribuições para o desenvolvimento nacional e influências sobre as Forças Armadas.** 2007. 74 f. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. 2007.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil.** Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SANTOS, Francisco Ruas. **Marechal Castello Branco seu pensamento militar.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2004.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964- 1985.** Tradução de Mario Salviano Silva. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

VAL, Fábio Pires do. **Os militares do Exército e a história republicana no Brasil no período de 1955 a 1978: contribuições para a consolidação do Estado Democrático de Direito.** 2008. 98 f. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. 2008.

WILLIAMS, John Hoyt. **O Tributo de Sangue da FEB.** A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, nº 727, p. 21-30, 1986. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/ADN/article/download/5271/4531>. Acesso em: 1º dez. 2020.

GENERAL JUAREZ DO NASCIMENTO FERNANDES TÁVORA

TC Cav IGOR PIE DE SOUZA **PINGUELLI**, TC Art MARCELO AUGUSTO **GUAGLIANI** COELHO, TC Sv Int **RAFAEL** SILVA DOS **SANTOS**, Maj Inf **ÍCARO** PEREIRA MACHADO, Maj Inf MARCELO TEIXEIRA EMÍDIO DE **ANDRADE**, Maj Inf FABIANO ROCHA DA **SILVEIRA**, Maj Art RAFAEL **GROSSI** LEOPOLDINO, Maj Inf GUSTAVO MENDES RÉGUA **BARCELOS**, Maj Inf **IGOR** DOS SANTOS LEITE, Maj Art LEONARDO COSTA **CASTIGLIONI** e Maj Cav PAULO **LOR** TOLEDO.¹

1. INTRODUÇÃO

O Tenentismo, a Era Vargas e o Movimento Democrático de 1964 foram três importantes eventos da História do Brasil contidos na biografia do vulto histórico Juarez do Nascimento Fernandes Távora.

O Tenentismo foi um movimento político-militar ocorrido no Brasil, envolvendo jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro (tenentes), que estavam insatisfeitos com o governo da República Oligárquica, no início da década de 1920. Esse evento antecedeu e influenciou a Era Vargas, que foi o período entre 1930 e 1945, no qual Getúlio Vargas presidiu o país. O Movimento Democrático de 1964, por sua vez, surgiu em um cenário de crescente radicalização política que permeou a Guerra Fria. Tais eventos históricos ocorreram no Brasil, durante o século XX, e contaram com a participação marcante do militar e político brasileiro, Juarez Távora.

Aspirante a Oficial da Arma de Engenharia, de 1919, Juarez Távora, natural do município de Jaguaribemirim, atual Jaguaribe (CE), teve significativa carreira militar e política. Ressalta-se sua participação no Movimento Tenentista e no governo Vargas, onde foi Ministro Provisório dos Transportes (1930) e Ministro da Agricultura (entre 1932 e 1934), bem como membro autocrático da

¹ Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

Assembleia Constituinte, que produziu a Constituição democrática de 1934. Na carreira militar chegou ao posto de Oficial General, colaborou com a organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e, durante o Movimento Democrático de 1964, foi Ministro de Viação e Obras Públicas (entre 1964 e 1967).

A seguir, do estudo da História do Brasil no século XX e da biografia do vulto histórico Juarez do Nascimento Fernandes Távora (1898-1975), serão analisados o Tenentismo, a Era Vargas e o Movimento Democrático de 1964, todos contidos nesta biografia, destacando a relação entre os fatos ocorridos, a postura do vulto histórico (ou seus atos) e o papel institucional do Exército Brasileiro na atualidade.

2. DESENVOLVIMENTO

a. TENENTISMO

As revoltas tenentistas se estenderam por toda a década de 1920 e culminaram na Revolução de 1930. Foram movimentos de protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República em março de 1922, contra punições de militares e contra o fechamento do Clube Militar. Dessa forma, os levantes ocorreram

no Rio de Janeiro, seja na Vila Militar, seja na Escola Militar do Realengo e, também, no Forte de Copacabana, cuja ocupação terminou na conhecida marcha dos 18 do Forte, iniciando-se dentro das fileiras do Exército Brasileiro.

No contexto político daquele momento histórico, a sucessão presidencial foi o acontecimento político que incitou as classes oligárquica e a militar. Do lado da caserna, a luta foi travada em defesa da dignidade e da honra das forças armadas, ofendidas pela postura do presidente Epitácio Pessoa, que em seu governo nomeou civis para as pastas militares, como Pandiá Calógeras para o Ministério da Guerra; recusou o aumento dos soldos; e, principalmente, pela publicação das chamadas “cartas falsas”. Do lado oligárquico, os setores não ligados ao café manifestaram o desejo de maior participação nas decisões e acesso ao poder. Assim, a campanha presidencial se desenvolveu dentro de um clima de grande disputa e violência, ganhando visibilidade.

Diversos acontecimentos se sucederam no começo dos anos de 1920, escalonando a crise. Em outubro de 1921, publicou-se no jornal carioca *Correio da Manhã*, a primeira carta falsa, com a suposta assinatura de Bernardes,

denegrindo o marechal Hermes da Fonseca, o que desagradou os tenentes, bem como difamando Epitácio Pessoa. Sucederam outras e, na eleição de 1º de março de 1922, que deu vitória a Bernardes, desapoiado pelos tenentes e oligarcas de setores alheios ao café, a tensão aumentou. Dessa monta, aos meados de julho houve a prisão do marechal e o fechamento do Clube Militar, aumentando a agitação oposicionistas, particularmente entre os militares, que liderariam em 5 de julho e continuariam a influenciar gerações seguintes, seja no colapso da Primeira República, nos governos militares da década de 60.

O episódio conhecido como os “Os 18 do Forte” findou em Copacabana e teve início na Vila Militar, na noite de 4 para 5 de julho de 1922; e na Escola Militar do Realengo, no Forte do Vigia. Em breves combates as forças do governo dominaram os levantes, controlando todos os focos da rebelião, com exceção do Forte de Copacabana. Entre as lideranças destacaram-se Euclides Hermes da Fonseca, filho do marechal Hermes da Fonseca, os tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Newton Prado e Mário Carpenter e um civil, Otávio Correia. Destarte, os 18 marcharam do Forte Copacabana contra as forças públicas num combate que resultou na morte da maioria e de alguns feridos, como, entre outros, Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

As principais lideranças do movimento dos “18 do Forte”, incluindo Juarez Távora, permaneceram presos até o início de 1923, quando, por determinação do Supremo Tribunal Federal, foram postos em liberdade enquanto aguardavam julgamento. Por suspeitar que o Governo Federal pressionava a justiça pelo agravamento de suas penas, Juarez Távora decidiu por sair do estado do Rio de Janeiro, indo para Boituva (SP) em dezembro de 1923, para em caso de um julgamento desfavorável incorporar-se à conspiração que se articulava no estado de São Paulo (FGV, 2020a.).

A Revolução Paulista de 1924, foi a segunda revolta tenentista, com a participação dos tenentes do movimento de 1922, entre eles Joaquim Távora (falecido na revolta), Juarez Távora e Eduardo Gomes. Teve duração entre 5 e 28 de julho e foi motivada pelo descontentamento dos militares com a crise econômica e a concentração de poder nas mãos de políticos de São Paulo e Minas Gerais. Ainda reivindicava o voto secreto, a justiça gratuita e a instauração do ensino público obrigatório (FAUSTO, 2006), temas fundamentais para a criação de uma democracia pujante, defendida até os dias atuais pelo Exército Brasileiro.

Juarez Távora teve papel importante no planejamento bem como no desfecho dos acontecimentos da Revolução de 1924. No início do ano de 1924, esteve presente em Guarnições Militares dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, onde buscou apoio para o início da Revolta em São Paulo, onde destaca-se o primeiro contato com Luís Carlos Prestes. Durante as ações na cidade de São Paulo, Juarez Távora se destacou na tomada do 4º Batalhão da Força Pública e posteriormente na tentativa de retomada do bairro do Belenzinho, tendo recebido ferimentos leves no combate (FGV, 2020a).

No momento em que os revoltosos abandonaram São Paulo, em 27 de julho de 1924, esses iniciaram seu deslocamento para o interior, em direção a Bauru. Conforme descreve Fausto (2006, p. 309), essa foi a chamada “coluna paulista”, que chegou até as proximidades de Foz do Iguaçu, onde se envolveu em escaramuças contra os legalistas, enquanto aguardavam outra coluna, proveniente do Rio Grande do Sul, onde também ocorrera uma revolta tenentista, que teve como um dos líderes Luís Carlos Prestes.

Cabe destacar a liderança de Juarez Távora na preparação da revolta militar do Rio Grande do Sul, onde comandou o levante na cidade de Uruguaiana, conforme relata o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV (2020a). A junção entre as colunas gaúcha e paulista aconteceu em abril de 1925, nascendo o movimento que ficaria conhecido como a Coluna Prestes. “Juarez desempenhou papel de destaque no comando da Coluna, até ser preso nos arredores de Teresina (PI), no início de 1926”. (FGV, 2020b).

A coluna realizou uma incrível marcha pelo interior do país, percorrendo cerca de 24 mil quilômetros até fevereiro/março de 1927, quando seus remanescentes deram o movimento por encerrado e se internaram na Bolívia e no Paraguai. [...] O apoio da população rural não passou de uma ilusão, e as possibilidades de êxito militar eram praticamente nulas. Entretanto, ela teve um efeito simbólico entre os setores da população urbana insatisfeitos com a elite dirigente. Para esses setores, havia esperanças de mudar os destinos da República, como mostravam aqueles heróis que corriam todos os riscos para salvar a nação. (FAUSTO, 2006, p. 310).

No que se refere à Revolução de 1930, Fausto (2006, p. 319) afirma tratar-se de um movimento que era pouco previsível, considerando que os anos do governo Washington Luís transcorreram de maneira tranquila. Entretanto, o

Presidente resolveu apoiar a candidatura do paulista Júlio Prestes, o que romperia com a “política do café-com leite” vigente. Iniciou-se, então, a rivalidade política entre São Paulo e Minas Gerais, que contava com o apoio do Rio Grande do Sul, em troca da possibilidade da eleição de um presidente gaúcho: Getúlio Vargas. Para seu vice, o indicado era o paraibano João Pessoa.

Mesmo assim, Fausto (ibidem, p. 323) considera que as conspirações da época ainda eram insuficientes para uma revolução, até que João Pessoa foi assassinado em uma confeitaria, no Recife. O autor considera que esse fato foi explorado politicamente, embora também houvesse razões pessoais para tal, e, em consequência, reuniu-se uma grande massa para acompanhar o enterro na capital, para onde foi trasladado o corpo de João Pessoa.

Nesse momento histórico, também exerceu um papel importante Juarez Távora. Após escapar da prisão, dirigiu-se à Paraíba, liderando os confrontos armados ocorridos no contexto da Revolução de 1930, desembarcando no Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1930, sendo chamado de “Vice-rei” por ter sido vitorioso na Revolução do Norte.

A forte imagem que carrega esse “título-honorífico” retrata de modo muito pertinente seu papel na tomada de poder no Norte e sua liderança na região durante os primeiros anos do Governo Provisório. Contudo, o “vice-reinado” – termo bastante comum quando se pensa os estados nortistas nos primeiros anos da década de 1930, mas ainda pouco problematizado – é apenas uma das facetas de Juarez Távora e do Norte nessa conjuntura. (LOPES, 2012, p.3).

Conclui-se, parcialmente, que o Tenentismo foi um movimento que levou o Exército Brasileiro a exercer maior protagonismo no cenário político nacional, a partir do início da década de 1920, sendo um dos principais impulsionadores dos principais fatos históricos ocorridos no período e que culminou com o colapso da Primeira República. Nesse contexto, Juarez Távora é um exemplo de vulto histórico ligado ao Exército, que participou do Movimento Tenentista de 1922, da Revolução de 1930 e, futuramente, contribuiria, com outros participantes desses movimentos, com o Movimento Democrático de 1964, que deu origem ao período dos Governos Militares no país. Atualmente, a postura democrática e garantista dos poderes constitucionais que detém o Exército Brasileiro remonta aos tempos de Juarez da Távora e demais Tenentes.

b. ERA VARGAS

O governo Provisório marcou o início da Era Vargas no Brasil. Durante o governo provisório Vargas decidiu racionalizar a administração pública criando alguns ministérios, como o da Educação e Saúde, o do Trabalho e o da Indústria e Comércio, além de se preocupar com a industrialização. Durante o governo provisório foram empossados interventores federais, na sua maioria militares, que eram aliados de Vargas para cumprir as ordens do poder executivo nos Estados de acordo com o código dos interventores. Destaca-se a atuação de Juarez Távora como Delegado militar junto aos interventores do Norte, desde o Estado do Acre até a Bahia, sendo chamado pela imprensa da época de “Vice Rei do Norte”. Dessa forma, esse período marcou a presença de diversos militares atuando diretamente na manutenção da igualdade do federalismo nacional, modificando as antigas estruturas de poder.

O Movimento Constitucionalista de 1932 foi um momento marcante na Era Vargas. Os paulistas estavam insatisfeitos com o governo provisório de Vargas, esperavam a convocação de novas eleições, a elaboração de uma nova constituição e a saída imediata do interventor pernambucano João Alberto, além da nomeação de um interventor paulista. Após intensa contrariedade, Vargas não atendeu às reivindicações dos paulistas e com isso, em maio de 1932, começou uma série de manifestações de rua contrárias ao governo. O conflito militar teve início em 9 de julho de 1932, com um levante na cidade de São Paulo. Os combates ocorreram de 9 de julho a 4 de outubro de 1932 (87 dias), e terminaram com a derrota dos paulistas, devido à marcante presença do Exército junto ao governo. Destaca-se a atuação de Juarez Távora na subchefia do Estado-Maior da 4ª Divisão de Infantaria, que operava no eixo Itajubá - Pouso Alegre - Ouro Fino - Moji Mirim. Dessa maneira o movimento constitucionalista de 1932 foi um acontecimento com forte atuação do Exército garantindo a unidade nacional.

Outro acontecimento da Era Vargas foi o processo constituinte promulgação da constituição de 1934. Com o fim do movimento constitucionalista de 1932, a questão do regime político veio à tona, forçando desta forma as eleições para a Assembleia Constituinte em maio de 1933, que aprovou a nova Constituição substituindo a Constituição de 1891. O objetivo da Constituição de 1934 era o de melhorar as condições de vida da grande maioria dos brasileiros, criando leis sobre educação, trabalho, saúde e cultura. Entre elas, o desenvolvimento do ensino superior e médio, o desenvolvimento da indústria nacional, a criação do salário-mínimo e a redução da carga horária, entre outras. Destaca -se a parti-

cipação de diversos militares e principalmente a de Juarez Távora, na condição de ministro da agricultura que era também membro automático da Assembleia Constituinte que produziu a Constituição democrática de 1934. Assim, o processo de promulgação da Constituição de 1934 teve grande influência dos militares que participaram do processo, demonstrando dedicação total e participando das mudanças para boa parte da população brasileira.

A Intentona Comunista de 1935 representou um relevante acontecimento nacional da Era Vargas. Tal movimento caracterizou-se por um levante comunista liderado por Luís Carlos Prestes e articulado junto à Internacional Comunista, com o objetivo de derrubar o governo de Getúlio Vargas. O episódio foi marcado por embates armados entre os militares revoltosos e as forças legalistas, dentro de aquartelamentos como a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Ressalta-se que a postura de Juarez Távora foi de repúdio ao levante, já que na ocasião havia retomado a carreira militar e se afastado de Prestes, de quem era próximo durante o Movimento Tenentista, em virtude de discordâncias políticas e ideológicas. A insurgência comunista dentro de unidades militares provocou profunda reflexão interna no âmbito do Exército Brasileiro, contribuindo para o atual fortalecimento do sentimento de coesão e do espírito de corpo de seus integrantes.

A Era Vargas foi marcada pela intensa intervenção estatal na economia brasileira. A exploração do petróleo nacional tornou-se pauta de grande importância no contexto econômico brasileiro, o que culminou com a criação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1938. A discussão sobre a melhor forma de exploração do insumo opôs os nacionalistas, que defendiam a nacionalização da extração, produção e comercialização aos chamados “entreguistas”, os quais acreditavam que a exploração do produto deveria ser feita por empresas estrangeiras. Destaca-se que, por ocasião de reunião no Clube Militar em 1947, Juarez Távora insistia na necessidade de a questão do petróleo ser encarado sob um prisma de colaboração internacional, o que causou grande controvérsia aos que defendiam a exploração em regime de monopólio estatal. O petróleo tornou-se, desde então, um insumo energético de grande relevância nacional, tendo o Exército Brasileiro um papel preponderante na proteção e garantia de circulação em estruturas estratégicas terrestres, tais como as refinarias da Petrobras.

O Levante Integralista de 1938 foi um episódio marcante no período do governo Vargas. Os integralistas, num primeiro momento, apoiaram a instalação do Estado Novo, pois acreditavam que a tendência autoritária e centralizadora do

governo era próxima de seu projeto político para o Brasil, já que viam nas liberdades democráticas uma séria ameaça ao desenvolvimento nacional. A decisão de Vargas de colocar todos os partidos na ilegalidade, inclusive a Ação Integralista Brasileira (AIB), desencadeou a revolta, quando um grupo de aproximadamente oitenta integralistas realizou um ataque ao Palácio da Guanabara, em maio de 1938. Os integralistas acabaram sendo reprimidos pelas forças militares e policiais que apoiavam o Estado Novo, culminando com a prisão e o exílio de Plínio Salgado, idealizador da AIB. Destaca-se que a postura de Juarez Távora frente ao Levante Integralista de 1938 foi de neutralidade, visto que já havia se afastado da política e retomado a carreira militar, tendo realizado o curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército de 1936 a 1938. A ação dos militares em impedir o levante integralista e a derrubada do governo Vargas ilustra um dos papéis do Exército Brasileiro na atualidade, o da garantia da lei, da ordem e dos poderes constitucionais.

Durante o período do Estado Novo da era Vargas, o governo realizou diversos investimentos no desenvolvimento da indústria nacional e na construção de infraestrutura. Foram criados o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) em 1937, a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, e em 1942, a Companhia do Vale do Rio Doce e a Fábrica Nacional de Motores. Destaca-se que nesse período, Juarez Távora foi classificado para o comando do 1º Batalhão Rodoviário e para a chefia da Comissão de Estradas de Rodagem no Paraná e Santa Catarina. Além disso, em setembro de 1944, assumiu a chefia da Diretoria de Engenharia do Exército, dessa forma contribuindo para o desenvolvimento da engenharia militar brasileira e para estabelecer o seu papel de colaboradora do desenvolvimento da infraestrutura nacional, particularmente na construção de estradas.

A Era Vargas foi caracterizada pela participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial, após através do envio da FEB para o teatro de operações da Itália, onde tomou parte ativa dos combates a partir de setembro de 1944 e do rompimento da Linha Gótica e da última ofensiva aliada naquele front.

Destaca-se que Juarez Távora demonstrou-se interessado em participar da organização da FEB, tendo sido classificado, em abril de 1944, para o comando do Batalhão Vilagran Cabrita, sediado na Vila Militar. Essa unidade estava incluída entre as forças expedicionárias e já tinha preparado, durante o comando anterior, uma companhia de transmissões para integrar a 1ª Divisão Expedicionária.

Assumindo o comando deste batalhão no mês seguinte, Juarez organizou outra companhia de Transmissões para a 2ª Divisão Expedicionária e permaneceu no comando do Batalhão Vilagran Cabrita até setembro. Assim, verifica-se que Juarez Távora Colaborou para consolidar a imagem do exército como responsável pela defesa da pátria e do mundo livre, bem como para o desenvolvimento da doutrina militar alinhada com as necessidades de defesa brasileira da época e para planejamento e execução da mobilização militar em caso de conflito.

Conclui-se parcialmente que durante a Era Vargas houve uma participação intensa do Exército Brasileiro, mantendo a integridade da federação e fortalecendo a imagem do Brasil no exterior. Essas ações são notórias e reverberam no tempo sendo mantidas pelo Exército da atualidade.

c. MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE 1964

A gênese do Movimento Democrático de 1964 remete a uma série de eventos que se inicia com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. Após a renúncia, os ministros militares se posicionaram contra a posse do vice-presidente João Goulart, o que gerou uma grave crise institucional. Essa crise foi inicialmente contornada pela adoção do parlamentarismo e, mais tarde, pelo plebiscito que restituiu o presidencialismo, ocasião em que João Goulart assumiu o poder de fato.

Cabe destacar que, nessa ocasião, o General (Gen) Juarez Távora mostrou-se favorável à iniciativa do Congresso, que, em 2 de setembro, aprovou a Emenda Constitucional nº 4, instituindo o regime parlamentarista no país, como fórmula conciliatória capaz de permitir a posse de João Goulart na presidência da República.

Ao final de 1963, a oposição ao governo de João Goulart, liderada pelos governadores Ademar de Barros, de São Paulo, e Carlos Lacerda, da Guanabara, passou a considerar uma reação à aproximação de Goulart das forças de esquerda, ao avanço do movimento em favor das reformas de base, que para os comunistas não passavam de um meio para a tomada do poder, e à expansão das greves em todos os setores da atividade econômica. Num momento de particular agravamento desta crise, Goulart enviou, em outubro, uma mensagem ao Congresso pedindo a decretação do estado de sítio, alegando que ele era imprescindível para que o governo mantivesse a ordem pública.

Ressalta-se que o Gen Juarez Távora se posicionou contra essa iniciativa e conseguiu convencer os seus colegas pedecistas na Câmara a votar pelo não atendimento do pedido. A proposta acabou sendo rejeitada pelos parlamentares de todos os grandes partidos (UDN, PSD e PTB) e dois dias depois João Goulart solicitou a retirada da proposta da Câmara.

O comício na Central do Brasil, ocorrido no dia 13 de março de 1964, reuniu cerca de 250 mil pessoas, e, nele, João Goulart defendeu as Reformas de Base, de natureza estatizante e direcionadas para um sistema político-econômico característico do bloco soviético. Prometeu, também, mudanças radicais na estrutura agrária, econômica e educacional do país. Antes e depois do evento, o Presidente assinou decretos de desapropriação e encampação de refinarias e propriedades rurais, acirrando a tensão política no país.

Seis dias depois, em 19 de março, dia de São José Operário e Dia da Família, católicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, juntamente com entidades femininas, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), organizaram uma manifestação contra as intenções de João Goulart. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade reuniu cerca de 500 mil pessoas, e teve como principal articulador o deputado Antônio Sílvio da Cunha Bueno, apoiado pelo governador Ademar de Barros. A marcha, que clamava “pela salvação da democracia”, contou ainda com a participação de Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, e Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara, aumentando o apoio contra as ações de João Goulart.

Cabe salientar que Juarez Távora, ao regressar da Conferência Interparlamentar Pan-Americana, realizada em Washington, onde representou a Câmara dos Deputados, encontrou o país mergulhado em grave crise institucional. A crescente polarização das forças político-sociais, como o Comício da Central do Brasil e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, acabou resultando num movimento político-militar que, em 31 de março, depôs o presidente João Goulart.

A Instituição da Nova Ordem teve início com a edição do Ato Institucional nº 1 (09/04/1964). O Alto Comando Revolucionário, composto pelo General Artur da Costa e Silva, Almirante Augusto Rademacker e Brigadeiro Correia de Melo, de forma geral, preservou a Constituição de 1946, mas implementou uma série de medidas que fortaleceram o Poder Executivo. O presidente da República, por exemplo, passava a poder propor emendas constitucionais e decretar estado de sítio, além de determinar a eleição indireta do presidente e vice-presidente da

República, com mandato até 31 de janeiro de 1966.

Pode-se destacar que Juarez não participou diretamente do movimento democrático, mas proferiu um discurso na Câmara louvando a iniciativa conjunta das forças armadas de restaurar a paz social sem derramamento de sangue para garantir a sobrevivência dos princípios democráticos e cristãos.

A sólida base militar é característica do Movimento Democrático de 1964. Ao assumir o governo, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco convidou inúmeros militares para impor uma rígida política de contenção à inflação e pela rigorosa repressão a elementos acusados de subversão e corrupção administrativa. As inúmeras prisões e inquéritos policiais-militares resultaram na cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos por dez anos de várias pessoas, entre elas os ex-presidentes João Goulart, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek.

Destaca-se que Juarez Távora foi nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas como pessoa de confiança para aproveitar a aprovação de diversas leis que permitiram o andamento da máquina administrativa.

A influência de uma Frente Patriótica Civil Militar pode ser verificada no Movimento Democrático de 1964. Constituída desde 1962, reunia generais, jornalistas e políticos ligados aos partidos anti-janguistas (SILVA, 1976). Toda esta junção de pensadores consolidou suas ideias nos Atos Institucionais como, por exemplo, o Ato nº 2, que extinguiu antigos partidos políticos, criando a ARENA e o MDB, o Ato nº 3 que determinava eleições indiretas para governadores dos Estados, e o Ato nº 4, que estabelecia as normas para a confecção de uma nova constituição. Salienta-se Juarez Távora como um dos Oficiais envolvidos nas discussões sobre temas tratados na época.

O governo Castelo Branco implementou, na parte econômica, o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo). Essa política econômica abria caminho para um melhor funcionamento e maior expansão industrial e comercial, nacionais e internacionais (SILVA, 1976). Destaca-se que Juarez Távora recebeu o convite do presidente Castelo Branco para assumir o Ministério das Minas e Energia ou Viação e Obras Públicas, escolhendo a segunda opção. Assim, Távora convidou o coronel Rodrigo Otávio Jordão Ramos para chefiar o seu gabinete. Com diversas leis aprovadas que davam liberdade para seu ministério trabalhar, Juarez Távora desenvolveu, em colaboração com outros ministérios, um trabalho de recuperação da Marinha Mercante, dos portos nacionais e da Rede Ferroviária

Federal, além de construir, em 1966, os primeiros comboios destinados à navegação dos rios Paraguai e São Francisco. Dessa forma, o general Juarez Távora teve papel proeminente no início dos governos militares, alavancando a economia brasileira no início da década de 1960 e impulsionando a infraestrutura de transportes.

Duas importantes obras ferroviárias foram entregues no início de 1967. Uma delas ligava Bento Gonçalves a Vacaria, no Rio Grande do Sul. A outra se tratava da parte central da ligação Pires do Rio-Brasília, o que conectava Brasília à Rede Ferroviária Centro-Oeste, integrando-se ao litoral. É plausível salientar que esses feitos tiveram a direção do Ministério da Viação e Obras Públicas, sob coordenação de Juarez Távora. Assim sendo, corrobora-se a ideia da importante participação desse chefe militar no desenvolvimento da infraestrutura brasileira por ocasião do início dos Governos Militares, o que trouxe reflexos positivos para o país até os dias atuais (FGV, 2020).

No governo do General Artur da Costa e Silva, iniciado em março de 1967, o Ministério da Viação e Obras Públicas foi extinto, criando-se o Ministério dos Transportes. Dessa maneira, Juarez Távora transmitiu o cargo ao coronel Mário Andreazza. Juarez foi convidado para integrar o diretório da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista nascido a partir do AI-2. No entanto, alegando problemas de saúde, Távora recusou o convite e abandonou a vida pública, vindo a falecer no Rio de Janeiro em 18 de julho de 1975 (FGV, 2020).

Infere-se, parcialmente, que o Movimento Democrático de 1964 foi pautado pelo comprometimento do Exército Brasileiro com a democracia. A atuação oportuna da Instituição impediu o crescimento do quadro de desordem existente no governo de João de Goulart, assim como o avanço dos projetos de autoritarismo da esquerda. A condução firme e austera da vida política ao longo dos governos militares permitiu, ainda, uma reabertura política pacífica, o que viria a contribuir para a definição das suas missões constitucionais na atualidade. Cabe destacar que o General Juarez Távora, embora não tenha participado diretamente nos atos políticos de março de 1964, expressou firmes opiniões favoráveis ao Movimento, e chegou a concorrer ao cargo de Presidente da República naquele ano. Ao ser derrotado por Castelo Branco nas eleições indiretas, tornou-se ministro da Viação e Obras Públicas, deixando um importante legado no que se refere às infraestruturas básicas, particularmente no setor de transportes, o que traz reflexos positivos ao Brasil até os dias atuais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode-se observar, o Tenentismo, a Era Vargas e o Movimento Democrático de 1964 foram eventos importantes da História do Brasil, ocorridos no século XX, contidos na biografia do General Juarez Távora, nos quais foi possível identificar significativa participação do Exército Brasileiro, que influenciou o atual papel legal da Instituição junto à nação.

Em síntese, pode-se verificar que a participação do Exército nos eventos do Tenentismo, da Era Vargas e do Movimento Democrático de 1964 delineou sua atual missão constitucional, consolidando-o como instituição de Estado e fortalecendo a importância de sua missão de garantir a lei e a ordem por ação dos Poderes. Da análise dos três eventos pode-se perceber que o Exército Brasileiro é um dos mais fortes pilares de sustentação da democracia.

Sobre o vulto histórico, Juarez Távora, percebe-se que esteve sempre isento de influência governamental, ora apoiando o governo ora contra o mesmo, mantendo-se fiel aos seus valores e princípios. Teve participação ativa no processo que levou Getúlio ao poder e participativo no governo desse. Contudo, não se alinhou ao populismo e, nos governos militares, veio a apoiar as medidas necessárias para a manutenção de um sistema democrático.

No tocante ao Tenentismo, conclui-se que foi um movimento iniciado dentro das fileiras do Exército Brasileiro, que deu visibilidade a este e influenciou os líderes das gerações seguintes, além de colaborar para o colapso da Primeira República e da política oligárquica. Seus ideais prosperaram até os governos militares da década de 60, influenciando governantes e instituições estatais.

Conclui-se, também, que durante a Era Vargas houve uma participação intensa do Exército Brasileiro na manutenção da integridade da federação e no fortalecimento da imagem do Brasil no exterior. Tais ações fundamentaram o preceito atual de serem as Forças Armadas os principais responsáveis pela defesa e integridade territorial do país.

Infere-se, ainda, que o Movimento Democrático de 1964 fortaleceu a democracia, impedindo um cenário de desordem e de autoritarismo que poderia se implantar no país. Juarez Távora, como ministro da Viação e Obras Públicas, deixou um importante legado no que se refere às infraestruturas básicas, particularmente no setor de transportes, o que traz reflexos positivos ao Brasil até os dias atuais. Tudo isso favoreceu a uma abertura pacífica do sistema político nacional,

possibilitando o surgimento de uma nova constituição com missões bem definidas e pertinentes para o Exército Brasileiro, bem como para as Forças irmãs.

Por fim, percebe-se que os eventos analisados contaram com a participação de um relevante vulto histórico e com a atuação positiva e eficaz do Exército Brasileiro, possibilitando ao país possuir uma Instituição de imensa confiabilidade nacional e com missões muito bem definidas atualmente.

REFERÊNCIAS

FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945; Coluna Prestes**. 2020a. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/ColunaPrestes>. Acesso em: 01 dez. 2020.

_____. _____. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945; Juarez Távora**. 2020b. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juarez_tavora. Acesso em 01 dez. 2020.

LOPES, Raimundo Helio. **As várias fronteiras de um líder: Juarez Távora, o norte e a construção do herói no imediato pós-1930**. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. CP-DOC/FGV. Aprovado em 03 ago. 2012. ISBN 0102-9487.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil: Colônia, Império e República**. São Paulo, Ed. Moderna, 1976.

GENERAL LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES

TC Inf **MARCUS VINICYUS ALVES FERREIRA**, TC Art **RICARDO DIAS REIMANN**, Maj Eng **HERMES LEONARDO MORAIS FAIOLO SILVA**, Maj Int **TIAGO PEDREIRO DE LIMA**, Maj Inf **GUSTAVO MUNIZ CAON**, Maj Art **RAFAEL AUGUSTO DA CUNHA BONATO**, Maj Int **SÉRGIO VIEIRA GOMES DA SILVA**, Maj Inf **WILLEN BANDEIRA GARRIDO**, Maj Art **WALISSON PEDROZO DA COSTA**, Maj Eng **MARCUS VINÍCIUS GUIMARÃES MONTEIRO DE CASTRO** e Maj QMB **ROBERTO CÉSAR DA SILVA BENDIA**.¹

1. INTRODUÇÃO

A biografia do General Leônidas Pires Gonçalves foi marcada por eventos históricos que influenciaram o Exército Brasileiro. Esses eventos fizeram parte da evolução histórica do Brasil em momentos decisivos para a nação brasileira.

O século XX foi exemplo dessa simbiose histórica. No início desse período o país passava por agitações políticas decorrentes da recente transição para a república. Esse momento histórico contou com a participação do Exército Brasileiro no processo de estabilização política e social do país, colaborando com o fortalecimento do Estado.

No decorrer do século XX, o Brasil vivenciou a eclosão de duas guerras mundiais e, posteriormente, um período de bipolaridade mundial com muita tensão política e militar. Novamente, o Exército Brasileiro esteve presente enviando tropas e vencendo os dois maiores conflitos do período. Além disso, liderou o movimento que impediu que os ideais comunistas tomassem o poder do país durante a Guerra Fria.

Importante ressaltar que o Brasil é dotado de um território de 8.515.767 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo fronteira com 10 (dez) países da América do Sul, exceto Chile e Equador, e possui uma população aproximada de 210 (duzentos e dez) milhões de habitantes. Esses

¹ Os autores são alunos do Curso de Comando e Estado-Maior e confeccionaram o artigo como requisito da disciplina de História Militar.

dados fazem com que o Brasil se projete no cenário internacional desde que se tornou independente, o que traz grande responsabilidade para suas Forças Armadas, que têm o dever de proteger suas riquezas, território e população.

Essa importância histórica do Exército Brasileiro na evolução do País pode ser contada a partir de fatos ocorridos com alguns de seus ilustres integrantes, dentre eles o General de Exército Leônidas Pires Gonçalves. O General nasceu em Cruz Alta (RS) no dia 19 de maio de 1921. Em abril de 1939, iniciou sua vida militar na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de onde se formou aspirante da arma de Artilharia em setembro de 1942 (FRIEDE, 2015).

No início de 1964, estava servindo no Estado-Maior do Exército, sob as ordens do General Humberto de Alencar Castelo Branco, um dos líderes do movimento político-militar que derrubou o presidente João Goulart (1961-1964) em 31 de março daquele ano, e que depois se tornaria presidente da República (1964-1967).

General Leônidas foi Adido Militar junto à embaixada do Brasil na Colômbia, de julho de 1964 a novembro de 1966. Em fevereiro de 1969, assumiu o comando do Regimento Deodoro, em Itu (SP), exercendo-o até março de 1971. Em março de 1974, foi promovido a General de Brigada e nomeado chefe do Estado-Maior do I Exército. Permaneceu nessa chefia até janeiro de 1978. Em abril de 1979, recebeu a patente de General de Divisão, assumindo a diretoria de obras e cooperação. Comandante Militar da Amazônia e da 12ª Região Militar em abril de 1980, permanecendo até dezembro de 1981, quando foi nomeado vice-chefe do Estado-Maior do Exército.

Em agosto de 1982, foi promovido a General de Exército. Por ocasião de sua promoção, chegou a ser citado como um dos prováveis candidatos à sucessão do general João Batista Figueiredo na presidência da República. Ainda em agosto, ao assumir o cargo de secretário de Economia e Finanças do Ministério do Exército, declarou ser a democracia uma tarefa sem fim e um objetivo da Revolução de março de 1964, e que tinha um compromisso com a abertura política.

Em agosto de 1983, tornou-se comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre. Em seu discurso de posse, o General Leônidas Pires Gonçalves apontou a preservação da soberania e a guarda das instituições nacionais como “missões especiais” da arma, e que, para desempenhá-las, seria preciso profissionalizar-se cada vez mais (GONÇALVES, 2002).

Em março de 1985, o General Leônidas Pires Gonçalves tomou posse do cargo de ministro do Exército, no governo de José Sarney (1985-1990), o primeiro presidente civil após 21 anos de regime militar, substituindo o general Válter Pires de Carvalho e Albuquerque.

Em 15 de março de 1990, no fim do governo de José Sarney, Leônidas Pires Gonçalves deixou o Ministério, sendo substituído pelo General de Exército Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, indicado pelo novo presidente da República, Fernando Collor de Melo.

Nesse período, tornou-se membro correspondente do centro de estudos estratégicos da Escola Superior de Guerra, membro da Associação Promotora de Estudos Econômicos e conselheiro do Conselho de Estratégia da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

A seguir, serão analisados dois eventos históricos contidos na biografia do general de Exército Leônidas Pires Gonçalves, destacando-se a relação entre os fatos ocorridos, a postura do Gen Ex Leônidas (ou seus atos) e o papel institucional do Exército Brasileiro na atualidade, concluindo-se sobre os reflexos dos eventos para o Exército atual.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A ATUAÇÃO DO GENERAL LEÔNIDAS NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

A Redemocratização constituiu-se em evento histórico ocorrido após o Regime Militar, caracterizado por uma transição negociada dos presidentes militares para autoridades civis, por meio de uma distensão lenta, gradual e segura, garantindo a realização de eleições diretas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República no ano de 1984 (LINHARES, 2002, p.88).

Retornando a década de 1960, observa-se que o Tenente-Coronel Leônidas estava servindo sob as ordens de Castello Branco no Estado-Maior do Exército. Assim, como Oficial de Estado-Maior, e, portanto, discípulo castellista (e de seus ideais democráticos), contribuiu, no contexto do movimento contrarrevolucionário de 1964, para que fosse evitada a implantação de uma nova ditadura em nosso País, por meio da introdução de um regime totalitário, de feição comunista, numa espécie de reedição do Estado Novo, com novas bases ideológicas, mas com o mesmo viés antidemocrático. Dessa forma, congregava os mesmos ideais

de Castello quanto a realizar uma transição pacífica do governo para os civis.

Com efeito, é possível asseverar que o então Cel Leônidas testemunhou e participou de várias das medidas que contribuíram para a consolidação da estabilidade institucional que o Brasil passou a ostentar a partir de então. Segundo A. C. Scartezini (2015): ao assumir o poder, o Marechal Castelo Branco providenciou uma reforma nas Forças Armadas que criou a chamada compulsória: a partir dos 70 anos, os militares passam à reserva automaticamente. Além da idade, duas providências abreviaram a carreira de generais: nenhum oficial podia ser general por mais de 12 anos; e cada um dos três graus do generalato deveria renovar anualmente um quarto de seu quadro. [...] Os coronéis deviam permanecer na patente por pelo menos sete anos, mas não mais do que nove. A ideia era impedir o amadurecimento de lideranças políticas internas entre militares. Com esse mesmo objetivo, o Gen Leônidas, já como ministro do Exército, em 1985, fez algumas restrições ao projeto do senador Itamar Franco, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Minas Gerais, que garantia aos militares da reserva o direito de se manifestarem sobre assuntos políticos. De acordo com o ministro, seria melhor que tivessem esse direito apenas os militares da reserva engajados em campanhas ou filiados a partidos políticos, diminuindo assim o engajamento dos militares em causas políticas. Além disso, em maio do mesmo ano, advertiu os militares de que eles só deveriam fazer comentários sobre assuntos técnicos e administrativos de seus respectivos setores, evitando falar sobre política. Essa declaração foi um nítido recado ao ex-ministro do Serviço Nacional de Informações (SNI), então comandante Militar da Amazônia, General Otávio Aguiar de Medeiros, que ao ser indagado a respeito de sua opinião sobre a maneira como o governo vinha conduzindo as negociações entre grevistas e patrões, respondera que “cacete não é santo, mas faz milagres”. O ministro expressou ainda suas preocupações com as greves existentes no país, principalmente devido aos seus reflexos na economia.

Outro acontecimento que marca a figura do Gen Leônidas como um defensor da democracia e de seu compromisso de não envolver os militares no jogo do poder político nacional ocorreu em julho de 1985, onde compareceu ao Congresso Nacional para expor a política de segurança executada pelo seu ministério e, como qualquer funcionário do governo, submeter-se à prestação de contas sobre a aplicação do dinheiro do contribuinte. A presença, no plenário da Câmara, do comandante da maior e mais poderosa das três Forças Armadas foi um marco dos novos tempos nas relações entre os poderes da República (MENDONÇA, 2015).

Foi então, com esse espírito democrático e com a convicção de que os militares não mais poderiam interferir na política brasileira, que o Gen Leônidas se notabilizou ao garantir a posse de José Sarney na presidência do Brasil após a morte de Tancredo Neves, contrapondo-se ao que desejavam certos setores do exército, que pretendiam empossar o Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães.

O episódio acima descrito já foi lembrado em diversas entrevistas. Uma das mais detalhadas foi para os jornalistas Hélio Teixeira e Rose Arruda, onde ele narra com detalhes o fato de como Sarney chegou ao poder e sua atuação para que tal fato ocorresse. Em um dos trechos da entrevista ele diz: “... Cheguei a uma sala onde estava um grupo de homens reunidos — cálculo de 15 a 20 homens. Estavam o Dr. Ulysses Guimarães, o Fragelli, o Sarney, acho que o Marco Maciel. Aquela gente toda estava lá. Quando cheguei ao centro, eu me dei conta de qual era a discussão: quem é que iria assumir?... Então, quando chegou naquela hora, eu disse assim: *“Mas, qual é a dúvida? Os arts. 76 e 77 da Constituição de 1969 são bem claros: quem assume é o José Sarney.”* E foi o que se decidiu...” (ARRUDA, 2015).

O ex-presidente José Sarney afirmou na ocasião que “a participação de Leônidas na transição democrática foi decisiva e a ele se deve grande parte da extinção do militarismo — a agregação do poder militar ao poder político — no Brasil. Ele deu suporte para que a transição fosse feita com as Forças Armadas e não contra as Forças Armadas. Pacificou o Exército e assegurou e garantiu o poder civil. Reconduziu os militares aos seus deveres profissionais, defendendo a implantação do regime democrático que floresceu depois de 1985” (SHALDERS, 2015).

Dessa forma, Leônidas garantiu o fim do ciclo de generais na presidência, ao impedir uma contraofensiva de militares que não aceitavam a eleição de presidentes civis. Em suas últimas falas públicas, Leônidas fez questão de defender a necessidade da contrarrevolução de 64 (FERRAZ, 2014).

Com certeza, a visão institucional, sempre norteada pelos valores democráticos e consonantes com os mais legítimos interesses nacionais, legados da administração do General Leônidas, contribuíram para que o Exército Brasileiro sempre tenha figurado entre as instituições mais confiáveis segundo a própria percepção da população brasileira.

Conclui-se parcialmente que a atuação do Gen Leônidas como ministro do Exército entre os anos de 1985 e 1990 foi fundamental no processo de rede-

mocratização do Brasil após o período dos governos militares, em especial pelo fato de ter garantido a posse do presidente José Sarney, fazendo ser cumprida a constituição vigente à época, trazendo reflexos para o Exército Brasileiro até os dias atuais, diminuindo o engajamento político dos militares.

2.2 A ATUAÇÃO DO GENERAL LEÔNIDAS COMO MINISTRO DO EXÉRCITO

Nas eleições de 1984, o Gen Leônidas foi convidado para assumir o cargo de Ministro do Exército, substituindo o General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque. Militar com grande vivência política, fruto de sua presença nos governos do General Dutra, Jânio Quadros e do General Castelo Branco e com vasta experiência profissional, decorrente das funções exercidas de Chefe do Estado Maior do Comando Militar do Leste, Comandante Militar da Amazônia e do Sul, o General buscou implementar mudanças no sentido de preparar a Força Terrestre para a nova conjuntura nacional e internacional (SKIDMORE, 1988, p. 137). Destaca-se aqui o projeto denominado Plano de Modernização da Força Terrestre (FT-90), que tinha como objetivo colocar o Exército à altura da dimensão estratégica do Brasil .

A FT-90 contemplava 8 (oito) programas:

2.2.1 Estruturação

A nova estrutura concebida pelo General Leônidas, por intermédio da FT-90, buscava capacitar operacionalmente as Grandes Unidades do Exército Brasileiro, através da organização, transformação e transferência de Organizações Militares.

Os objetivos iniciais eram a diminuição do hiato tecnológico por meio da implantação da Aviação do Exército, da Guerra Eletrônica, criação de novas brigadas na Amazônia, em conexão com o Projeto Calha Norte e desconcentrar as organizações militares da 1ª Região Militar (Rio de Janeiro), redistribuindo-as estrategicamente. Além disso, dar atenção às organizações militares prioritárias, profissionalizando-as progressivamente, buscando a capacitação operacional permanente. Destaca-se a visão de futuro do então Ministro do Exército, antevendo a necessidade de maior equidade na distribuição das unidades no território nacional. Como reflexo, verifica-se uma similitude da organização concebida pelo General com a apresentada pela Força Terrestre nos dias atuais.

2.2.2 Complementamento de pessoal e equipamento

O programa de complementamento de pessoal e equipamento tinha como concepção completar o pessoal e equipamentos das Organizações Militares (OM) existentes, com prioridade para aqueles considerados básicos e críticos. As principais ações planejadas incluíam distribuir novos equipamentos individuais para as OM das Brigadas prioritárias e incrementar a modernização e a recuperação das viaturas, armamentos e equipamentos em geral. Como reflexo para os dias atuais, podemos citar o Programa Estratégico do Exército Obtenção da Capacidade Operacional Plena (Prg EE OCOP), adotado pelo Exército Brasileiro nos dias atuais, aos moldes daquilo que havia sido visualizado pelo General Leônidas em meados da década de 1980.

2.2.3 Aquisição de Blindados

O programa de aquisição de blindados, terceiro objetivo da FT-90, preconizava a aquisição de blindados para complementamento e criação de OM blindadas e mecanizadas previstas na estruturação da Força Terrestre. Nesse sentido, foram adotadas as viaturas CASCAVEL E URUTU para completar as unidades de Cavalaria em substituição aos tradicionais cavalos, proporcionando mobilidade tática a essas unidades. Destaca-se que esse projeto concebido pelo General Leônidas serviu de inspiração para o Programa Guarani, prioritário para o Exército Brasileiro nos dias atuais, o qual tem por objetivo transformar as Organizações Militares de Infantaria Motorizada em Mecanizada e modernizar as Organizações Militares de Cavalaria Mecanizada com o emprego de viaturas desenvolvidas em território nacional.

2.2.4 Guerra Eletrônica

O quarto eixo de atuação da FT-90 concebia a implantação do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE). Dentre as principais ações planejadas e executadas estavam o envio de 24 (vinte e quatro) Oficiais para realizar cursos e estágios na área, a implantação do CIGE em Brasília, aquisição de um módulo básico experimental de Guerra Eletrônica e a aquisição de equipamentos de telecomunicações e processamento de dados. Destaca-se a visão estratégica do General Leônidas que já identificava a Guerra Eletrônica (GE) como verdadeiro multiplicador do poder de combate. Verifica-se assim estreita ligação e pontos de tangência com Programas Estratégicos do Exército, como o PROTEGER, SISFRON e LUCERNA, todos empregando meios de GE para a consecução dos seus objetivos.

2.2.5 Pesquisa e Desenvolvimento

O quinto braço para a estruturação da FT 90 era a Pesquisa e Desenvolvimento e que visava buscar inovações tecnológicas para implementação no EB de modo a torná-lo independente tecnologicamente. Com base nesse eixo estruturante foram realizadas obras de ampliação e adequações do Centro Tecnológico do Exército (CTEx) localizado no Rio de Janeiro - RJ, permitindo-lhe pesquisas para o desenvolvimento principalmente de sistemas de armas e de viaturas blindadas. Esse programa de desenvolvimento reverberou no Exército mesmo após o Gen Leônidas deixar o Ministério e pode ser vislumbrado nos dias atuais com novas tecnologias próprias incorporadas à Força como as viaturas da família Guarani, o radar SABER e o sistema Astros. Salienta-se que o Gen Leônidas possuía uma visão nacional-desenvolvimentista em relação aos Materiais de Emprego Militar refletindo na visão do Alto Comando do Exército da atualidade e do qual faz parte o Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), órgão máximo do EB no que se refere à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

2.2.6 A Formação de Pessoal

Outro eixo guia da FT 90 foi a formação de pessoal. Pretendia-se formar militares a fim de atender plenamente às necessidades das Organizações Militares à época e as que eventualmente viessem a se impor num contexto de modernização e adequação. A falta de pessoal em número e adequada qualificação eram um obstáculo ao alcance de um Exército verdadeiramente operacional.

Nesse contexto, o General Leônidas implementou a ampliação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o que elevou de 1200 para 2200 a capacidade daquela Escola na formação de oficiais combatentes, impedindo que nas primeiras décadas do século XXI houvesse falta de oficiais superiores nos quadros da Força. Destaca-se a visão de futuro projetada pelo Ministro do Exército em que o aumento do efetivo de aspirantes-a-oficial formados na AMAN, acrescido dos efetivos de oficiais R-2 seriam suficientes para o preenchimento dos Quadro de Cargos Previstos (QCP) das OM e permitiriam o escalonamento nos diversos postos da carreira dos oficiais, inclusive na atualidade.

Ainda com relação à formação de pessoal, o então Ministro do Exército decidiu pela criação da Escola de Administração do Exército (EsAEx), atualmente Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx). Sua missão é formar oficiais do Quadro Complementar em áreas de interesse do Exército, tais como

Direito, Administração, Contabilidade entre outras, aproveitando civis e militares formados de instituições de nível superior e liberando oficiais combatentes para exercer as atribuições para os quais foram formados. Destaca-se que a criação do Quadro Complementar de Oficiais surgiu da estratégia do Gen Leônidas em racionalizar o emprego dos recursos humanos, o que, atualmente, tem ganhado força com a implementação do Programa de Racionalização Administrativa em diversas guarnições do país.

Em relação à qualificação, criou o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), funcionando na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Esse curso atendeu as reivindicações de estudiosos em assuntos militares, possibilitando o preenchimento de lacunas referentes à formulação de estratégia militar terrestre e alta administração na Força. Essa iniciativa foi coroada de êxitos, a qual garantiu o funcionamento desse curso até os dias atuais com cerca de 60 a 80 alunos por ano.

2.2.7 Aviação do Exército

A implementação da Aviação do Exército (AvEx) foi um dos principais eixos estruturantes da FT 90. De início foram criados o 1º Batalhão de Aviação do Exército (1º BAvEx) e um Centro de Instrução, ambos em Taubaté-SP. A AvEx deveria possuir uma estrutura flexível e compatível com a realidade brasileira e em médio e longo prazo deveria haver um BAvEx por Comando Militar de Área e um Centro de Instrução próprio para a formação e especialização de pilotos e mecânicos de aeronaves. Nesse contexto, ao longo dos anos foi criado o Comando de Aviação do Exército contando com 04 (quatro) BAvEx, um Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército, um Centro de Instrução de Aviação do Exército, uma Base de Aviação de Taubaté e uma Companhia de Comunicações de Aviação do Exército, dotando o Exército Brasileiro (EB) de autonomia e capacidade operativa no tocante a aeronaves de asa rotativa.

Destaca-se que, na visão do Gen Leônidas, era inconcebível um Exército moderno não dispor de sua própria aviação para o aumento da sua capacidade operacional, sendo as ações daquele comandante militar imprescindíveis para a criação desse braço operativo na Força Terrestre.

2.2.8 A informatização do Exército

No final da década de 1980, quando o Gen Leônidas figurava à frente do

Ministério do Exército, iniciava-se uma franca expansão do uso de computadores pessoais. No Brasil não era diferente, apesar de estar em atraso em relação aos países desenvolvidos. Ressalta-se que o então Ministro do Exército vislumbrou a necessidade de inserir no escopo da FT 90 um oitavo eixo: a informatização do Exército, a fim de garantir de vez a inserção da Força na Era do Conhecimento e da Tecnologia da Informação. Nesse contexto, ações do Gen Leônidas difundiram no EB a ampla informatização que culminou com a criação de diversos sistemas corporativos, como o Sistema de Protocolo Eletrônico (SPED) e o Pacificador, desenvolvidos pela própria Força Terrestre e que trouxeram facilidades para o desempenho de atividades tanto operacionais, quanto administrativas.

Conclui-se parcialmente que a atuação do General Leônidas Pires Gonçalves como Ministro do Exército, entre os anos 1985 e 1990, pós Redemocratização, trouxe reflexos que perduram até os dias atuais no Exército Brasileiro, sobretudo em sua operacionalidade, estruturação, desenvolvimento tecnológico e profissionalização, tudo no escopo do projeto da FT-90, que serviu para adequar a Força Terrestre à nova conjuntura internacional advinda do pós Guerra Fria.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 1942, quando o General Leônidas se formou na Escola do Realengo, até 1990, último ano seu no serviço ativo, ocorreram eventos de grande relevância para a história do século XX e para a atualidade. Pode-se citar, por exemplo, o auge e o fim da 2ª Guerra Mundial; o fim do Estado Novo, com a consequente eleição de Dutra; o início do governo militar, em 1964; a transição para governos civis, em 1985; a promulgação de diversas constituições, sendo a última em 1988; todo o período da Guerra Fria; a queda do Muro de Berlim o desmantelamento da URSS; o início e desenvolvimento da revolução informacional, impulsionada pela informática e pela internet.

O General Leônidas permaneceu no serviço ativo ao longo de um período de profunda agitação política e modernização do Exército. Militar destacado, teve marcante participação no processo de redemocratização do Brasil e na reestruturação da Força Terrestre (FT – 90).

Em síntese, o General Leônidas, enquanto Ministro do Exército, preparou a Força para a nova fase ensejada pelo fim da Guerra Fria, mais intensiva em tecnologia, mais dinâmica e complexa. A FT- 90 sintetiza os esforços bem sucedidos

do oficial em direcionar a Força para o futuro. Os avanços obtidos pelo Exército Brasileiro, na atualidade, se tornaram possíveis, em grande medida, graças à FT-90, seja no desenvolvimento de novas capacidades, entre elas a Guerra Cibernética, a Guerra Eletrônica e a Aviação, seja na formação de recursos humanos, por meio de um sistema de ensino adequado às novas demandas profissionais, sem transigir os valores militares.

Quanto ao processo de redemocratização pode-se inferir que General representou uma voz de moderação e de mediação entre a classe política e os militares que naquele momento deixavam o poder. Certamente, o posicionamento do Gen Leônidas na época criou condições para que o Exército se posicionasse, definitivamente, como uma Instituição de Estado e não de governo. Ressalta-se que a missão do Ministro do Exército, naquele período, foi complexa, pois ele teria de, ao mesmo tempo, arrefecer os ânimos dos militares e dos civis mais radicais, contribuir com a governabilidade de José Sarney, obter apoio financeiro e político para modernizar o Exército e adequar-se à era pós-Guerra Fria no âmbito internacional.

Por fim, pode-se afirmar que as ações do General Leônidas foram essenciais para que o Exército Brasileiro da atualidade seja uma instituição sólida, moderna, disciplinada, coesa, operacional e engajada na manutenção da soberania e da ordem interna do país. Ademais, pode-se afiançar que as ações e posicionamentos do militar contribuíram para a manutenção dos valores democráticos do país.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Roldão. General conta como garantiu a posse de Sarney na Presidência. **Estadão**, São Paulo, 14 jan. 2015. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/general-conta-como-garantiu-a-posse-de-sarney-na-presidencia/>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FERRAZ, Lucas. Militares nunca foram intrusos na história brasileira, diz general. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1432148-os-militares-nunca-foram-intrusos-na-historia-brasileira-diz-general.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FRIEDE, Reis. Um Tributo à Memória de um Ícone da História do Brasil: General Leônidas Pires Gonçalves. **Defesanet**, Brasília, 20 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/pensamento/noticia/19758/Um-Tributo-a-Memoria-de-um-Icone-da-Historia-do-Brasil-General-Leonidas-Pires-Goncalves>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

GONÇALVES, Leônidas Pires. *In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonidas-pires-goncalves-1>>. Acesso: 19 jan. 2021.*

LINHARES, Maria Y. **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MENDONÇA, Ricardo. Ministro do Exército na gestão Sarney, Leônidas Pires Gonçalves morre no Rio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 jun. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1637960-ministro-do-exercito-do-governo-jose-sarney-morre-no-rio.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SHALDERS, André. Leônidas Pires, 94 anos, general. **Correio Braziliense**, Brasília, 05jun.2015. Disponível em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/5120_97/noticia.html?sequence=2>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SCARTEZINI, A.C: Rara Lição da Ditadura. 1ed. Rio de Janeiro: O Globo, 2015.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



ISSN 1677-1885

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Caso os diplomados queiram participar de nossa publicação, enviando artigos de opinião, resenhas ou mesmo artigos científicos, estes deverão ser encaminhados por via digital para os nossos endereços eletrônicos. www.eceme.ensino.eb.br (padeceme@eceme.eb.mil.br)

Os textos devem ser em "Times New Roman 12" espaço simples com termos estrangeiros em itálico. O tamanho sugerido do artigo deve ser de no máximo 4.000 palavras, podendo ter até 3 (três) ilustrações, com resolução de 300 dpi (entre figuras, mapas, imagens, desenhos, fotografias, gravuras, tabelas e gráficos) referidas o mais próximo possível da localização no texto e acompanhadas das respectivas legendas e fontes.

As normas para Referências Bibliográficas e Citações deverão seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 6023 e 10520 respectivamente). As citações deverão ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data, sendo sua correlação na lista de referências.

Os autores devem informar, se for o caso, local onde servem (nome da OM, cidade, estado e país) e a mais alta titulação.